



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 45ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a realização do encontro regional sobre o novo marco regulatório da mineração
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/9/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Sávio Souza Cruz

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Presidente - Palavras do Coordenador dos Trabalhos - Palavras do Deputado Federal Jaime Martins - Palavras do Deputado Federal Leonardo Quintão - Palavras do Deputado Federal Vítor Penido - Palavras do Deputado Federal Marcos Montes - Palavras do Deputado Federal Mário Heringer - Palavras do Deputado Federal Renato Andrade - Palavras do Deputado Federal Paulo Abi-Ackel - Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz - Palavras do Deputado Durval Ângelo - Palavras do Deputado Federal Fábio Ramalho - Palavras da Sra. Cristiana Nepomuceno - Palavras do Deputado Federal Padre João - Palavras do Sr. Luiz Paulo Guimarães - Palavras do Sr. Ailton Moraes da Silva - Palavras da Sra. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo - Palavras da Sra. Maria de Lourdes Souza Nascimento - Palavras da Sra. Joeliza Aparecida de Brito Almeida - Palavras da Sra. Alzira Maria Fernandes - Palavras do Vice-Governador do Pará - Palavras da Secretária Dorothea Fonseca Furquim Werneck - Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva - Palavras do Sr. Marcus Vinícius Dias Nunes - Palavras do Sr. Juscelino Anacleto da Silva - Palavras do Sr. José Maria Soares - Palavras do Prefeito Celso Cota - Palavras do Sr. Anderson Cabido - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Sr. José Osvaldo de Souza - Palavras do Sr. Paulo Sérgio de Oliveira - Palavras da Sra. Patrícia Generoso Tomás - Palavras do Sr. Ailton Ferreira da Silva - Palavras da Sra. Fátima Carvalho - Palavras do Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior - Palavras do Sr. Celso Garcia - Palavras do Deputado Pompílio Canavez - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Helena Flávia Marinho de Lima - Palavras do Sr. João Ferreira Nunes - Palavras da Sra. Flávia Lima Barroso - Palavras do Sr. Wilson Starling Júnior - Palavras do Sr. Celso Afonso de Moraes - Palavras da Sra. Terezinha - Palavras da Sra. Aída Anacleto - Palavras do Sr. Luís Márcio Vianna - Palavras do Sr. André Mendes Moreira - Palavras do Sr. José Mendo Mizaél de Souza - Palavras do Vereador Gil - Palavras da Sra. Marcilene Aparecida Ferreira - Palavras da Sra. Sandra Vita - Palavras da Sra. Celeste Gontijo - Palavras do Sr. Valdivino Rodrigues Gouveia - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Durval Ângelo - Gustavo Corrêa - Liza Prado - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Almir Paraca, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização, pela Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados, do encontro regional sobre o novo marco regulatório da mineração.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel a Exma. Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; os Exmos. Srs. Helenilson Cunha Pontes, vice-governador do Pará; Carlos Nogueira da Costa Júnior, representante do Ministério de Minas e Energia; deputado federal Gabriel Guimarães, presidente da Comissão de Minas e Energia e da Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados, coordenador dos trabalhos; Marcos Montes, 1º vice-presidente da Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados; deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente desta Casa; deputado Sávio Souza Cruz, presidente da Comissão de Minas e Energia desta Casa; deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa; deputado Pompílio Canavez; deputado federal Leonardo Quintão, relator da Comissão Especial de Mineração da Câmara dos Deputados; deputados federais Jaime Martins e Padre João, membros da Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados e coautores do requerimento que deu origem a este encontro; deputados federais Vítor Penido, Mário Heringer, Renato Andrade, Paulo Abi-Ackel e Fábio Ramalho, membros da Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados; Saulo de Castro, prefeito municipal de Catas Altas e presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil; Celso Cota, prefeito municipal de Mariana e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig; Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg; e Luiz Paulo Guimarães, representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração; a Exma. Sra. Cristiana Nepomuceno, presidente da Comissão de Estudos do Novo Marco Regulatório da Mineração do Conselho Federal da OAB; o Exmo. Sr. Anderson Cabido, representante da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil - Amib; as Exmas. Sras. Maria de Lourdes Souza Nascimento, do Movimento dos Atingidos pela Mineração - MAM; e Aída Anacleto, da Associação Mariana Viva; e o Exmo. Sr. Odair Cunha.

Registro de Presença

O locutor - Como extensão da Mesa de honra, destacamos a presença dos deputados federais Leonardo Monteiro e Marcus Pestana. Registramos a presença neste encontro dos Exmos. Srs. José de Freitas Cordeiro, o Zelinho, prefeito de Congonhas; Damon Lázaro de Sena, prefeito de Itabira; e Paulo César Souza, coordenador da Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas, representando o Crea-MG. Estão presentes ainda os Srs. Nivaldo Ferreira dos Santos, secretário municipal de Meio Ambiente de Itabira; Filipe Augusto Rodrigues Silva, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE; e José Maria Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais. Gostaríamos de registrar que compõe como extensão a Mesa de honra o deputado federal Geraldo Tadeu, cujo nome não havíamos mencionado.

Palavras do Presidente

Boa tarde! Sejam muito bem-vindos. Senhoras e senhores, quero saudá-los de forma muito fraternal e, por meio do Sr. Helenilson, nosso querido vice-governador do Pará, figura extraordinária, registrar o nosso encantamento pela visita altamente preciosa e abraçar todos que aqui se encontram. Registro também a presença da dinâmica secretária Dorothea Werneck, que realiza um belíssimo trabalho em Minas Gerais, representando o governador Anastasia, nosso dileto amigo. Saúdo os deputados e as deputadas, os prefeitos e as prefeitas, as senhoras e os senhores, os ambientalistas, empreendedores, mineradores e deputados estaduais.

Querido governador, digo que esta é a face da Assembleia que mais me encanta: cada dia mais cidadã e prestativa, convidando o cidadão para vir aqui trazer a sua opinião e o seu saber. Quando se fala em mineração, consegue-se identificar claramente a importância dessa atividade para Minas Gerais. O seu nome e a sua história expressa isso de forma muito clara e límpida. Ai se encontra o belo desafio ofertado a Minas, ao Pará e a tantos outros estados, mas, de maneira especial, a esses dois protagonistas da atividade minerária no Brasil. Aliás, a atividade minerária tem um papel preponderante na história de cada um de nós, de Minas, do Brasil e do Pará. Além disso, tem-se colocado cada dia mais como instrumento vigoroso de alcance de dias melhores para o próximo.

Cabe a cada um de nós agora, com sabedoria privilegiada, fazer a junção daquilo que realmente nos desafia. Por um lado, uma mineração eficiente, pujante, dinâmica, inovadora e moderna, que possa abraçar, de forma fraterna e firme, a vida social, sua integração com a comunidade e, acima de tudo, a essência desse belo nome, que é “sustentabilidade”.

Então, em nome desta augusta Casa, quero mandar-lhes o nosso abraço e externar nosso agradecimento a todos que estão aqui participando deste momento, que certamente haverá de propiciar ao povo não somente mineiro, mas também brasileiro, uma tranquila colheita de paz, prosperidade e justiça social.

Agradeço, de forma penhorada, à Comissão Especial da Mineração da Câmara dos Deputados a escolha desta Casa para realizar o debate e instigar este tema, que certamente é muito caro a cada um de nós. Aproveito o ensejo, vice-governador, para parabenizar o deputado Mário Heringer pelo seu aniversário. Muita paz, alegria, sucesso e muitos anos de vida. Mário Heringer, mais tarde ainda haverá um bolo de aniversário. É isso aí.

Quero transferir a coordenação dos trabalhos ao jovem deputado Gabriel Guimarães, que tem um papel primoroso neste trabalho. A melhor maneira de formatar uma peça real, plausível e que atenda à sociedade brasileira é a que a Assembleia e o Congresso estão



promovendo: debate, discussão, chamando a sociedade para expressar sua opinião, seu pensamento. Sempre digo que instituição boa e virtuosa, querido vice-governador, é aquela que busca uma relação íntima, pacífica e consensual com o cidadão. É isso que a Assembleia de Minas está fazendo.

Tivemos aqui um momento muito bonito na última semana. Recebemos quase mil pessoas numa parceria da Assembleia de Minas com a Fhemig, a Secretaria de Estado de Saúde e o MG Transplantes. Agora construiremos um monumento aqui em homenagem às famílias doadoras de órgãos. Realmente é um momento especial para o Parlamento de Minas, BH e Minas Gerais.

Outro dia tivemos a felicidade de realizar aqui também a abertura da III Conferência Estadual da Cultura, reafirmando, mais uma vez, o compromisso do Parlamento de Minas com a atividade cultural de Minas, cada dia mais viva no coração dos mineiros. Não poderia ser diferente. A Assembleia, de forma responsável e altaneira, sempre abraça as causas sociais de Minas e do Brasil, e assim, de maneira muito firme, republicana e patriota, abraça a questão da mineração. Espero que deste momento magnânimo sejam extraídos frutos extraordinários para melhorar a vida dos mineiros e, certamente, de todos os brasileiros. Portanto, deputado Gabriel Guimarães, por gentileza, tenha a bondade de conduzir os trabalhos, certamente com muito brio e muita qualificação. Desejo a todos muito sucesso. Mãos à obra por um Brasil mais solidário, mais justo e que dê oportunidade a todos os brasileiros.

O presidente (deputado Sávio Souza Cruz) - Com a palavra, o coordenador dos trabalhos, deputado federal Gabriel Guimarães.

Palavras do Coordenador dos Trabalhos

O coordenador (deputado federal Gabriel Guimarães) - Boa tarde a todos, amigas e amigos presentes neste importante dia da nossa comissão especial, constituída para debater e aprovar o novo marco regulatório da mineração.

Quero, Helenilson, por seu intermédio, agradecer a parceria tão importante com o Estado do Pará. Minas e o Pará, secretária Dorothea, como V. Exa. sabe muito bem, são os maiores estados mineradores e têm, por equilíbrio econômico, parcerias históricas, políticas e até mesmo - recentemente descobri, Helenilson, uma outra grande parceria - na área gastronômica. Então Minas e Pará já são parceiros em grandes temas, passando até por questões culturais dos dois estados. Minas e Pará têm papel fundamental no novo marco da mineração. O nosso estado e o Pará sabem da responsabilidade que têm ao debater esse assunto, que vai transformar a história dos dois estados. Mas, sem sombra de dúvida, vai contribuir, como tem contribuído, com o desenvolvimento do País. Então agradeço-lhe muito, vice-governador Helenilson, não apenas pela sua presença neste debate como grande conhecedor da matéria, mas também como fiel parceiro e grande amigo que acredita na importância dessa parceria.

Quero também, secretária Dorothea, agradecer, por sua presença, a participação do governo do Estado de Minas Gerais, que tem sido fundamental na promoção do debate, do diálogo. O Estado de Minas é fundamental nessa discussão. O governador Antonio Anastasia tem colocado toda a sua equipe, tanto na área de desenvolvimento econômico quanto na de mineração, como parceira da nossa comissão. Então, muito obrigado. Leve um abraço ao governador Anastasia.

Queria agradecer também ao Carlos Nogueira, representante do ministro Edison Lobão neste debate. Tem sido um grande parceiro, acompanhado todas as audiências da nossa comissão pelo Brasil e está hoje em Minas, participando e demonstrando, vice-governador Helenilson, que essa matéria é de interesse nacional.

O governo da presidenta Dilma encaminhou um projeto de lei a partir das discussões, dos debates, do conhecimento do governo sobre o assunto. Mas a presença do Carlos Nogueira, do Telton Correa, dos representantes do DNPM, do Marcel e de todos os que compõem o Ministério de Minas e Energia é uma demonstração do governo federal de que não existe projeto pronto nem perfeito. Existe uma ideia do governo federal a partir de estudos, dentro do que entende ser importante para o Brasil. Mas a presença dos representantes do Ministério de Minas e Energia é uma demonstração de que o projeto pode ser aperfeiçoado, e esse ministério estará presente neste debate.

Queria cumprimentar e agradecer também à pessoa do deputado Leonardo Quintão, que tem sido um grande lutador e defensor do diálogo, tem buscado construir seu relatório não apenas a partir de seu conhecimento da matéria, que é vasto, mas tem trabalhado pela construção de um texto que represente a necessidade e os anseios do nosso país. Então parabéns ao deputado Leonardo Quintão.

Não poderia deixar de agradecer também aos dois autores do requerimento que nos proporcionou esta audiência de hoje: o deputado Padre João, que é do meu partido, o PT. Ele teve um problema pessoal, mas está a caminho da nossa audiência. E esse grande conhecedor da matéria, deputado Jaime Martins. De forma muito breve, queria agradecer também aos deputados Aracely de Paula, Luiz Fernando Faria, Bernardo Santana de Vasconcelos, Vitor Penido, Mário Heringer, Fábio Ramalho, Marcos Montes, Weliton Prado, João Magalhães, Eduardo Azeredo, Paulo Abi-Ackel, Geraldo Tadeu, Renato Andrade e Rodrigo de Castro. Fiz questão de nominar todos os deputados federais do nosso estado, que, independentemente de coloração partidária ou de qualquer discussão política, têm buscado a construção de um texto que corresponda aos anseios de nosso estado. Então, queria agradecer muito a esses parlamentares, que são grandes parceiros de trabalho e estão trabalhando na busca de um texto que represente os objetivos do País, com o marco da mineração.

Queria cumprimentar nosso deputado Sávio Souza Cruz, meu quase conterrâneo, agradeço sua presença, e o deputado Ivair Nogueira, e lembrar sobre a participação de um representante dos movimentos sociais à Mesa, o Sr. Wilson Luiz, da Fetaemg, e do deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, que muito nos tem ajudado na construção do diálogo com os movimentos sociais. Cumprimento e agradeço também a presença dos prefeitos, na pessoa do Celso Cota, do Anderson Cabido, da Amig e Amib, respectivamente.

Iniciando nossos trabalhos, queria dizer a vocês que esta audiência de hoje, do Estado, para nós, de Minas, é a principal audiência, mas, para toda a comissão, é uma das mais esperadas. O Estado é fundamental para o setor mineral, pois é um estado que cresceu justamente com a atividade mineral desde o ciclo do ouro, o marco regulatório, Jamil, da época do Quinto do Ouro. Nosso estado tem sido fundamental. Não é por outra razão que nosso estado leva o nome da nossa atividade mineral e do nosso marco regulatório: Minas Gerais. As minas de todos é o marco regulatório que deu origem ao nosso nome. Hoje nosso estado é o maior produtor de minério de ferro e de outros recursos minerais. É um estado fundamental na construção deste debate.



Então, agradeço a cada um de vocês, que são os conhecedores da matéria, que conhecem esse assunto como poucos, quer como moradores de uma região mineradora, quer como trabalhadores do setor; seja o setor produtivo, sejam os representantes dos municípios ou dos órgãos que compõem o setor. Como mineiro que sou, como presidente da comissão, com a responsabilidade que tenho, tenho a certeza de que esta será uma excelente e importante tarde de trabalho. Parabéns a vocês pela presença, muito obrigado.

Vamos iniciar nossa tarde de trabalho. Com a palavra, o deputado federal Jaime Martins, para falar em nome dos autores do requerimento. Agradeço-lhe seu trabalho, sua condução, sua postura firme em nossa comissão. Solicito a todos que sejam breves na saudação.

Palavras do Deputado Federal Jaime Martins

Obrigado, deputado Gabriel. Boa tarde. Saúdo as autoridades da Mesa, de forma coletiva, pois todos já foram nominados. Como me deram apenas 1 minuto, devo ser o mais objetivo possível, saudando também todos os deputados desta Casa, todos os prefeitos e ex-prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias, dirigentes de entidades de classe. Foi uma alegria e uma satisfação poder aprovar na comissão o requerimento para realização deste debate neste que é o Estado da mineração por excelência. Quem nasce em Minas nasce mineiro, nasce “mineirando”, portanto temos em nosso sangue essa atividade econômica.

Tenho estudado esse tema há quase uma década, datando de 2006 minha indicação à presidência da república para a criação da Agência Nacional de Recursos Minerais - em similaridade a outros segmentos econômicos, como energia elétrica e petróleo, que já possuem suas agências - e a criação do Conselho Nacional de Política Mineral. Também tenho demandado uma atualização do nosso código de mineração, que é de 1967. Ele tem sido atualizado ao longo do tempo, mas existem correntes jurídicas que defendem que a nossa concessão mineral não está adequadamente recepcionada pela Constituição de 1988.

Temos publicado um caderno de altos estudos. Fui coordenador, no Conselho de Altos Estudos da Câmara Federal, de um estudo em que promovemos um seminário por meio da TV Câmara. Dali surgiu a publicação de um caderno de altos estudos exatamente sobre esse marco regulatório. Colhemos opiniões de *experts* no assunto, especialistas de diversas áreas, inclusive opiniões contraditórias para fazer essa publicação. Fizemos uma cartilha em linguagem simples, que está sendo distribuída a todos que desejarem, em que colocamos o tema em linhas gerais.

Essa é uma atividade fundamental para o nosso estado e o nosso país, sendo preciso que se remunere adequadamente. O minério não dá duas safras, precisamos colhê-lo de forma seletiva e adequada, deixando aos nossos estados, municípios e país a justa remuneração pela sua exploração. Esclareço desde já que não sou contra a atividade mineradora, pelo contrário, ela é fundamental, mas precisa ter a segurança jurídica necessária para promover seus investimentos. É uma atividade quase sempre de alto risco, mas também tem-se mostrado atividade rentável. Portanto, por ser até uma atividade de alto impacto ambiental, é preciso que todas as mitigações sejam feitas da forma adequada, e que também as populações atingidas pela mineração recebam essa justa remuneração.

Tenho proposto e discutido a desconstitucionalização da Lei Kandir para os setores de produtos naturais não renováveis de modo geral. Penso que essa desoneração deva ser um pouco mais seletiva, proponho que ela seja feita pelas próprias assembleias, até em relação ao ICMS. E defendo uma inversão do que fazemos hoje. Damos todas as isenções possíveis para as exportações, com isso estamos reduzindo a cadeia produtiva junto à indústria brasileira.

Para a indústria brasileira, a carga tributária é extremamente elevada, isso quando as minerações vendem para a indústria brasileira. Entretanto, todas as desonerações buscam favorecer a exportação de nossos produtos naturais ao invés de sua industrialização aqui no País.

O objetivo desta audiência pública é muito mais ouvir as comunidades, as pessoas, a Assembleia, as lideranças, os prefeitos. Nosso relator e nosso presidente estão cansados de nos ouvir todos os dias na Câmara Federal, porque estamos juntos na comissão, neste debate, que já se prolonga por alguns meses.

Então, presidente, agradeço a oportunidade de usar a palavra e saúdo a todos. Espero que efetivamente tenhamos uma tarde e até um princípio de noite de bons debates, de boas ideias. Nosso relator, deputado André Quintão, tem se mostrado muito acessível em receber sugestões até ele levadas. Será uma tarde e uma noite de excelente trabalho para Minas Gerais e para o Brasil. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, deputado Jaime Martins. Com a palavra, o deputado Leonardo Quintão, relator da matéria.

Palavras do Deputado Federal Leonardo Quintão

Bom dia. Parabênico e agradeço ao presidente Dinis Pinheiro, que abriu a Casa para nos receber. Cumprimento todos os deputados presentes, na pessoa do deputado Sávio Souza Cruz, presidente da Comissão de Minas e Energia, assim como o 1º-vice-presidente, deputado Ivair Nogueira.

Agradecemos ao companheiro Helenilson, vice-governador do Pará, que está sempre presente contribuindo conosco. Da mesma forma, agradecemos ao secretária Dorothea Werneck que, neste ato, representa o Exmo. Sr. Antonio Augusto Anastasia, governador do Estado. Abro um parêntese, secretária, para agradecer muito ao Estado, que está nos dando total apoio, está sempre presente em nossas audiências públicas, nos subsidiando com dados necessários e importantes. Isso mostra a relevância dessa matéria para o Estado e a parceria que o Estado tem com a Câmara dos Deputados.

Agradecemos ao secretário Carlos Nogueira, neste ato representando o ministro Edison Lobão. Secretário, agradeça ao ministro novamente por estar participando efetivamente conosco destes debates e destas audiências públicas. Isso nos ajudará na acomodação das 372 emendas, que temos de debater daqui para frente, na conclusão desta matéria, na Câmara dos Deputados. Cumprimento todos os prefeitos presentes, na pessoa do prefeito Damon, da cidade de Itabira, que se faz presente. Ele representa uma das maiores cidades mineradoras de Minas Gerais e do Brasil.

Senhoras e senhores, agradeço a oportunidade e a participação de todos. É nossa obrigação estar aqui debatendo com vocês, representantes do meio ambiente, representantes das comunidades impactadas pela mineração, representantes dos pequenos, médios e grandes empreendedores da mineração neste estado. Nosso grande desafio nesse projeto é garantir a criação de uma agência que tenha



orçamento adequado para a mineração. Hoje o DNPM é um departamento que não possui orçamento porque, infelizmente, sofreu um corte orçamentário neste ano que está inviabilizando o setor mineral no Brasil. Temos hoje milhares de processos parados no DNPM por falta de pessoal para analisá-los. Hoje centenas de visitas deveriam ser feitas no Estado de Minas Gerais; todavia, não temos orçamento nem para financiar a gasolina, nem para manter o motorista. Infelizmente, o corte orçamentário deste ano, feito pelo Ministério do Planejamento, está inviabilizando as visitas técnicas que os técnicos do DNPM têm de fazer.

Secretário Carlos Nogueira, estamos contando muito com apoio do Ministério de Minas e Energia para que esta semana mesmo tenhamos mais uma rodada de debates com o Ministério do Planejamento, para que seja recomposto o orçamento do DNPM, a fim de que possamos concluir o ano fiscal e voltar a deixar bem o setor mineral brasileiro. Minas Gerais é o maior estado de mineração deste país. Infelizmente, a falta de estrutura do departamento está inviabilizando novos projetos de mineração em Minas. Isso é inaceitável.

Há um segundo ponto sobre o qual quero falar neste Plenário hoje. Temos de garantir aos pequenos e médios investidores, às empresas que investem em pesquisa neste país o direito, sim, de prioridade, porque não podemos inviabilizar o setor mineral neste país.

Estamos estudando, com todos os representantes das pequenas empresas mineradoras e das empresas que investem em pesquisa, a possibilidade de uma redação no nosso relatório, para que possamos garantir essa transição no projeto. Estamos discutindo também a necessidade de garantir a pesquisa científica no nosso projeto. Para vocês terem ideia, senhoras e senhores, temos no Cetem, um instituto que faz as pesquisas tecnológicas, um orçamento de apenas R\$38.000.000,00. Fazendo um paralelo, a Embrapa, que é a Empresa Brasileira de Pesquisas da Agricultura, está com o orçamento de R\$2.000.000.000,00. Pergunto a V. Exas.: o que seria da agricultura brasileira, se não tivéssemos há 20, 30 anos e, atualmente, uma Embrapa pujante para fazer suas pesquisas e ajudar a agricultura brasileira a melhorar sua competitividade? Para tanto, defendo também que devemos melhorar o orçamento do Cetem. Por exemplo, em Araxá há a produção da liga de nióbio, da CBMM, uma empresa de extremo sucesso, que hoje ajuda no desenvolvimento do nosso estado, porque ele tem uma participação nessa empresa. Temos de investir em pesquisa tecnológica, para avançar no desenvolvimento, em Minas Gerais e no País, e para o aproveitamento das terras-raras e de outros minérios também. Devemos investir em pesquisa.

Para concluir, queremos inovar no nosso relatório, queremos dar o direito ao pequeno e médio empreendedor de ter seu direito minerário devidamente certificado no País. Com isso, nós lhes daremos garantia do direito minerário, para ajudá-los a fazer captações financeiras aqui no Brasil mesmo, não tendo de ir ao Canadá e à Austrália para financiar pesquisas. O desenvolvimento e suas lavras serão feitos aqui no Brasil.

Senhoras e senhores, queremos, neste relatório, fazer com que a mineração em Minas Gerais seja uma mineração sustentável, respeitando o meio ambiente e as comunidades afetadas. Queremos também que a alíquota seja de até 4%. A comissão está demandando muito de mim, como relator, para que isso seja incluído devidamente em nosso projeto e para que sejam dadas condições aos prefeitos mineradores de inovar, de colocar um percentual no nosso projeto; além disso, para que as prefeituras possam atender às comunidades impactadas em outros municípios, que tenham uma estrada férrea, como já possuem os Estados do Maranhão e de Minas Gerais e também para que tenham não uma mineração, mas, uma barragem de rejeito. Temos de debater isso exaustivamente.

Como relator, quero garantir à Assembleia Legislativa, aos deputados, à Comissão de Minas e Energia e a todos os representantes do meio ambiente e das comunidades impactadas que estamos aqui para ouvi-los, para acolher suas sugestões. Logo após, retornaremos a Brasília, para concluir o relatório ainda este ano. Esse é o grande clamor de Minas Gerais, dos prefeitos, dos vereadores, das comunidades impactadas e do setor de meio ambiente. Senhoras e senhores, muito obrigado, e que Deus nos abençoe neste debate de hoje.

O coordenador - Obrigado, deputado Leonardo Quintão. Agora, vamos passar a palavra aos deputados, membros da comissão, para uma saudação breve, de 3 minutos.

Palavras do Deputado Federal Vítor Penido

Agradeço, meu caro presidente desta Comissão Especial de Mineração, deputado federal Gabriel Guimarães; caros parlamentares do nosso estado, com quem tive oportunidade de estar aqui, no período da Constituição, de 1987 a 1988; demais membros da Mesa; nosso querido vice-governador do Pará, que, sem dúvida, tem contribuído demais na discussão do novo código de mineração; nossa imprensa; entidades participantes, empresários e todos vocês. É uma satisfação muito grande estar aqui hoje nesta Casa como membro da Comissão Especial da Mineração.

Sabemos a importância deste momento em que nossa presidenta da República encaminha à Câmara dos Deputados proposta do novo marco regulatório. Sabemos que os municípios de Minas e do Brasil, sem dúvida, estão atentos principalmente ao que se refere às alíquotas, aos tributos e à compensação financeira. A vida desses municípios... Ai dos municípios mineradores de Minas Gerais se não fosse a Cfem. Falo como ex-prefeito de Nova Lima. Se não tivesse mineração, não tivesse mina de ouro, não tivesse a Vale do Rio Doce hoje, antes MBR, com certeza Nova Lima não teria a qualidade de vida que tem hoje.

O importante é saber medir a água e o fubá, pois, sabemos perfeitamente que de tudo o ser humano precisa: para plantar, precisa do minério; para podermos nos alimentar, temos o minério. Precisamos ter muita seriedade nessa discussão. Sem o minério, é impossível atender à sobrevivência do ser humano.

Estou aqui não de forma demagógica, mas de forma correta, como parlamentar, deputado federal eleito pela segunda vez, para expressar a minha posição em defesa de bons projetos que venham a satisfazer nossa sociedade, de forma correta, não demagógica. Essa é minha posição tranquila e serena, respeitando posições, como espero que respeitem o meu posicionamento, com algum conhecimento. Vou além. Sei, sim, que a proposta, conforme falaram o nosso presidente e o nosso relator, tem, sem dúvida, de avançar. Temos uma discussão muito ampla pela frente. Gostaria - não nos próximos 15 ou 30 dias, pois é quase impossível conseguir isso - do melhor para o nosso país e para nosso povo. Deixo aqui minhas palavras, sérias, não demagógicas, respeitando o posicionamento de qualquer cidadão. Muito obrigado.



O coordenador - Peço ao público deste Plenário que escute os parlamentares presentes. Participamos aqui de uma audiência da comissão. Todos são muito bem-vindos. Qualquer manifestação é legítima, mas estamos no Plenário, portanto solicito a todos que nos ajudem a dar continuidade à reunião. Convido o deputado Marcos Montes, vice-presidente da comissão especial, a fazer sua saudação.

Palavras do Deputado Federal Marcos Montes

Boa tarde a todos e a todas. Caro presidente Gabriel Guimarães, na sua pessoa cumprimento os componentes da Mesa, inclusive o vice-governador do Pará, hoje nosso grande amigo; e a secretária Dorothea - leve o nosso abraço ao governador, que tem colaborado, de forma sustentável, com todos nós; e o Carlão, que representa o Ministério de Minas e Energia.

Rapidamente quero relatar o trabalho dessa comissão, principalmente do presidente Gabriel Guimarães e do relator Leonardo Quintão. Estou na Câmara dos Deputados há algum tempo, fui prefeito da minha cidade, Uberaba, que não é mineradora. Na Câmara, só conheço o trabalho de uma comissão especial como essa, que visitou praticamente o Brasil inteiro. Todas as semanas, o presidente e o relator estiveram em algum estado. Hoje, praticamente encerramos as visitas com esta comissão, em Minas Gerais, estado que, junto com o Pará, tem a maior reserva mineral do Brasil. Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicio minha fala agradecendo ao governo de Minas, na pessoa da secretária Dorothea.

Sr. Carlão, representante do Ministério de Minas e Energia, diferentemente de quando travamos a luta do código florestal - com muito orgulho, eu fazia parte dessa comissão que visitou todo o Brasil -, contamos agora com o apoio técnico do ministério, o que nos permite elaborar um grande relatório que promova as mudanças de que precisamos. O que queremos é muito claro e objetivo. Precisamos realmente manter a segurança jurídica. Este país quer ser grande, quer dar condições de trabalho a todos os cidadãos, que vivem diariamente em seus municípios e buscam a sobrevivência. É muito importante oferecer segurança jurídica, incentivar a pesquisa, especialmente numa atividade de altíssimo risco como a mineração. Temos de fazer com que as pesquisas estejam nas mãos de pessoas que já possuem conhecimento. Carlão, tenho a certeza de que o próprio governo não conseguirá realizar todas as pesquisas sozinho. Com a ajuda de V. Exa., podemos sim, dividir as experiências de pesquisa entre aqueles que já estão nessa luta há muito tempo e o próprio governo, que agora quer realmente participar e ajudar, assim como todos nós.

Não podemos retirar a competitividade das nossas empresas. O segmento dá ao Brasil o equilíbrio na balança. Precisamos que essas empresas tenham competitividade, a exemplo das empresas canadenses, australianas e de outros países. O relatório terá de ser altamente equilibrado, altamente sustentável, altamente voltado à questão social, mas também altamente voltado às riquezas que nos geram condições de oferecer educação e saúde a todos.

Estou alegre por estar aqui hoje e por participar desse movimento. Digo claramente que esse projeto do marco regulatório da mineração, nas mãos do presidente, do relator e dos membros da comissão, será um documento equilibrado, que dê sustentabilidade social, ambiental e econômica ao nosso país, valorizando as pequenas, médias e grandes empresas. Muito obrigado.

O coordenador - Obrigado, deputado Marcos Montes. Com a palavra, o deputado federal Mário Heringer. Enquanto o aguardamos, agradecemos as presenças dos Srs. Jackson Campomizzi e Jarbas Soares Júnior, procuradores do Ministério Público. O Dr. Jarbas teve uma atuação muito importante na área de meio ambiente.

Palavras do Deputado Federal Mário Heringer

Muito obrigado, presidente. Boa tarde, senhoras e senhores. Serei breve. Cumprimento a única mulher da Mesa, a nossa ministra Dorothea Werneck, atual secretária, na pessoa de quem cumprimento os demais presentes. É bom tê-la aqui conosco.

Farei um breve relato porque o que se discute aqui hoje é a mineração. Minas Gerais tem outras atividades. Sou de uma região que não tem absolutamente nada a ver com a mineração, minha região é de cafeicultura. Às vezes, escutamos algumas pessoas dizerem que infelizmente vivemos essa monocultura, infelizmente só temos o café. Pois eu costumo dizer que felizmente temos o café e outras fontes econômicas em outras regiões do Estado. O nome "Minas Gerais", muito significativamente, deve-se à sua principal atividade.

O que quero e já estamos fazendo lá - aí quero render homenagens ao Gabriel e ao Leonardo Quintão - é um trabalho pensando em alguns pontos principais para o progresso do nosso país e da nossa gente. Primeiro, é preciso dar condição para que esse dinheiro arrecadado dessa mineração tenha uma destinação própria, um objetivo próprio e que possa ser revertido de uma maneira equilibrada e boa para o desenvolvimento social e econômico do país. Não é mais um negócio predatório.

Segundo, não podemos admitir que, sendo uma atividade de colheita única, essa colheita seja abandonada no final, como também seja abandonada definitivamente aquela área explorada. Ela tem de ser revitalizada, precisa ser recuperada e não pode ser abandonada.

Outra coisa muito importante: que acabe aquela corrida de quem chegar primeiro terá direito àquele pedaço de lavra, fará uma reserva de mercado e ficará escondido com aquilo durante anos e anos esperando o momento oportuno para fazer negócio. O que iremos buscar - e espero que todos os senhores reconheçam o trabalho desta comissão e digo com toda a tranquilidade e carinho a todos vocês que, até agora, pelo que me consta, ninguém ali trabalhou por interesse pessoal ou próprio - para Minas Gerais e principalmente para a equipe do Pará - inclusive, está aqui presente o vice-governador de lá - é o marco definitivo que possa mudar a história da mineração e a história social deste país. Um grande abraço a todos vocês.

O coordenador - Muito obrigado, deputado Mário Heringer. Quero agradecer a presença do secretário Pier Senesi, da Prefeitura de Belo Horizonte; do vereador Cássio, de Patrocínio; e da imprensa. Neste momento, passo a palavra ao deputado federal Renato Andrade, membro da comissão.

Palavras do Deputado Federal Renato Andrade

Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado federal Gabriel Guimarães, presidente dessa comissão tão importante; o relator Leonardo Quintão; o vice-governador do Pará, que está nos prestigiando nesta tarde; a Sra. Dorothea Werneck, secretária, representando o nosso querido governador Antonio Anastasia, que é um grande parceiro; todos os deputados federais e demais membros da Mesa. Enfim, cumprimento todos que estão aqui prestigiando esta tarde de trabalho.

Estou começando agora na política como deputado federal e, para mim, é uma honra muito grande poder participar do Novo Marco Regulatório do Minério neste país. Temos de conciliar os interesses econômicos, o meio ambiente e, sem dúvida alguma, o lado



social. Acho que isso tudo é importante para o desenvolvimento do nosso país. No que depender de mim, pode contar, viu, presidente? Estarei sempre junto participando das reuniões, trabalhando para que tenhamos um Estado de Minas cada vez melhor e, sem dúvida alguma, um país de primeiro mundo. Muito obrigado. Um grande abraço a todos.

O coordenador - Obrigado, deputado Renato Andrade. Com a palavra, o deputado Paulo Abi-Ackel, a quem passo a palavra para fazer a sua saudação neste encontro. Enquanto o deputado Paulo Abi-Ackel se dirige à tribuna para falar, quero agradecer a presença do Cefet, que também tem sido um grande parceiro neste debate. Costumamos dizer que minério só dá uma safra, mas a pesquisa e a tecnologia têm contribuído para aquilo que não era minério. Com a pesquisa, com a valorização do desenvolvimento e da inovação, aquilo que não era minério, que era bacia de rejeito passou a se tornar minério.

Palavras do Deputado Federal Paulo Abi-Ackel

Meu caro presidente da comissão, deputado Gabriel Guimarães; ilustre secretária de Desenvolvimento Econômico Dorothea Werneck; Srs. Deputados, senhoras e senhores, instituições aqui presentes, como vocês viram, mal pude me ambientar e já fui convocado para proferir aqui poucas e rápidas palavras. Serei muito breve. Não terei condições de falar de cada uma das entidades da sociedade civil organizada que se fazem presentes, porque cheguei há pouco tempo, meu caro presidente. Porém, darei uma palavra muito rápida e otimista em relação à discussão do marco civil da mineração.

Nós, que somos desta comissão, temos um grande desafio. Sou da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, há muitos anos. Penso que temos uma responsabilidade muito grande, que é compatibilizar os interesses do meio ambiente, da indústria, da segurança do trabalhador, da proteção aos interesses econômicos do município, da destinação dos recursos oriundos da extração mineral.

Enfim, nesse debate tão multifacetado, e por isso mesmo tão entusiasmante, é fundamental que tenhamos a maior participação possível da sociedade organizada. Vejo, com muita satisfação, a presença de muitos segmentos que aqui consigo atingir com o olhar. A Mesa está muito prestigiada, com muitos parlamentares, com o prefeito de Mariana, com o nosso correligionário Celso Cota, do PSDB. A comissão está muito bem representada, na presidência e na relatoria, pelos deputados Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão. O trabalho é muito sério e profundo. Vejo que, nesta primeira etapa, a Mesa da comissão tem se dedicado a ouvir. Logo depois, haverá a etapa da organização dos trabalhos para a deliberação de um texto que possa ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, de forma higienizada, harmonizada, organizada. É assim que deve ser, é assim que vamos conseguir atender aos anseios de todas as partes interessadas, principalmente da indústria, porque temos de nos preocupar com ela, pois é fonte de grandes divisas para o Brasil. Não podemos perder a competição internacional com países como o Canadá, África do Sul e Índia, que também têm riquezas minerais.

Num foco, repito, está a segurança do trabalhador; em outro foco, esse tão caro, tão vital e importante para nós, está a questão do meio ambiente; e depois a questão da preservação dos municípios, já que a mineração dá apenas uma safra. E temos de tomar muito cuidado com a recomposição das áreas mineradas, dentre tantos outros aspectos, como o aumento da Cfem, de como será esse recurso e qual a sua finalidade. Ele será aplicado na infraestrutura, na educação, na saúde? É um debate muito amplo, vasto e apaixonante. Seria ainda melhor que os deputados e os membros das entidades interessadas pudessem estar aqui conosco.

Quero fechar minhas palavras com uma saudação muito especial àqueles que fazem parte da Casa do Povo de Minas Gerais, o Legislativo Estadual, representado por tantos deputados que vejo daqui de cima. Seria deselegante esquecer um ou outro, então um abraço a todos. Vamos fazer com que esta tarde seja muito importante para o debate desse tema na Assembleia Legislativa, Casa do Povo mineiro. Muito obrigado a todos.

O coordenador - Muito obrigado, deputado Paulo Abi-Ackel. Com a palavra, o presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, deputado Sávio Souza Cruz. Antes, quero agradecer a presença do Leandro Henriques, Presidente da ACMinas Jovem, e do Sr. Jamil Cury, grande conhecedor do setor mineral e do melhor aproveitamento da região, a quem agradeço a presença. Estou vendo aqui amigos do Norte de Minas. Obrigado também pela presença.

Palavras do Deputado Sávio Souza Cruz

Quero cumprimentar os componentes da Mesa, nas pessoas do presidente da comissão especial, o deputado Gabriel Guimarães, bem como o relator da matéria, deputado Leonardo Quintão, além dos autores do requerimento, cuja aprovação resultou na realização desta audiência, deputados Jaime Martins e Padre João. Cumprimento ainda o vice-governador do Pará, Helenilson Cunha Pontes, que nos honra com sua visita.

Gostaria de informar que recentemente, no dia 16 de setembro, a Comissão de Minas e Energia da Assembleia de Minas realizou uma audiência, digamos, preparatória para trazer as observações, as sensações e os sentimentos que o código mineral desperta no principal Estado minerador do Brasil. Então, sem querer ordenar ou hierarquizar os pontos que foram tratados, apenas historiando-os, tivemos a presença do Sindextra, que destacou três pilares constantes no atual código de mineração que devem ser respeitados em uma nova legislação: respeito aos direitos adquiridos, atratividade de investimentos e segurança jurídica. O representante do sindicato, Dr. Luís Márcio, pontuou ainda aspectos positivos do projeto, quais sejam: uma definição mais abrangente de mineração, da pesquisa à recuperação ambiental da área minerada; o tratamento de utilidade pública dispensado à mineração e seus reflexos positivos, que isso, a seu juízo, teriam no licenciamento ambiental; a criação do conselho nacional de política mineral e da agência nacional de mineração; e, por fim, a instituição de um título único para pesquisa e exploração mineral, que, a seu juízo, retira incertezas de transição entre as etapas.

Por outro lado, apontou diversos pontos que considera como prejudiciais ao desenvolvimento da atividade: não criação de modelo específico de exploração dos bens minerais, pois está-se fazendo uma cópia do modelo adotado na exploração de petróleo e de gás natural, o que resulta em omissões importantes para o setor e na não configuração de mecanismos específicos de fomento e diretrizes para o licenciamento ambiental; além disso, percebe-se um aumento da burocracia, chamadas públicas, licitações e contratos de transição; aumento dos custos por meio do aumento da Cfem e da criação do bônus de assinatura e do bônus de descoberta. Há ainda



perspectiva de haver participação do governo no resultado da lavra. O aumento do custo poderia implicar a redução da competitividade do setor; uma certa "subjetividade" do projeto, que deixaria muitas definições importantes para a regulamentação posterior, outorga de títulos, fixação de área para licitação, renovação de contratos e cessão de direitos; busca do Estado em ter uma espécie de monopólio da pesquisa mineral por via do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, que, no entendimento unânime dos presentes, não estaria preparado para assumir essa função; o fim do direito de prioridade, o que interferiria no comportamento livre do mercado.

O Sindixtra ainda afirmou que está de acordo com o aumento da Cfem, compromisso do setor em prol das prefeituras que necessitam de recursos para enfrentar os desafios trazidos pela mineração em seus territórios.

O representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg - destacou ter sido a primeira vez que foram convidados a participar do debate do novo marco regulatório da mineração. Afirmou que não foram chamados pelo governo federal para debater a questão. Ponderou que o Ministério Público do Trabalho e as centrais sindicais também deveriam ser chamados para participar da discussão e fez o seguinte questionamento: "Onde ficam os trabalhadores e o meio ambiente dentro do novo código da mineração?"

Destacou ainda problemas relacionados à saúde dos empregados, como a silicose, aos acidentes de trabalho e à falta de um sistema mais eficiente de prevenção de acidentes. Defendeu a instalação de um centro de referência da saúde do trabalhador nos municípios mineradores e também a criação de um fundo voltado para o pagamento de verbas trabalhistas em caso de falência da empresa. Denunciou empresas que não têm condições de fornecer alimentação aos trabalhadores.

O Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos de Minas Gerais - Sinrochas -, que também se fez presente, diz que o setor das rochas ornamentais ficaria sujeito ao regime de autorização, o que dá a entender, na sua opinião, que o direito de prioridade continuaria vigente. Ponderou que o tempo de vigência dos contratos de autorização constante na proposta, de 10 anos, é muito curto, uma vez que o licenciamento ambiental muitas vezes demora de 4 a 5 anos. Apontou que o fim do direito de prioridade propõe um contrato de duração insuficiente para a atuação das empresas, o que culminaria em um retrocesso nas pesquisas minerais, com o monopólio do governo na atividade.

Considera ainda que o alto valor da taxa de fiscalização - TF - pode inviabilizar pequenos empreendimentos, gerando desemprego. O deputado Luiz Henrique manifestou preocupação quanto a se buscar justiça na distribuição dos *royalties*.

O deputado Rogério Correia afirma que o novo marco regulatório da mineração deve contemplar a implicação da atividade minerária na vida dos cidadãos, tais como os agricultores familiares e os atingidos por barragens, além de se preocupar com as questões ambientais. Questionou a utilização dos recursos da Cfem em Minas Gerais. Os R\$49.600.000,00 serviram para pagamento da PPP do Mineirão - não mencionando o período de arrecadação. Conclui que de nada adiantará o aumento da Cfem. Defendeu que a nova legislação traga uma vinculação clara desses recursos nas áreas ambientais e sociais. Demonstrou preocupação com a construção de um mineroduto no Norte de Minas, em especial no que se refere à utilização de recursos hídricos.

Por fim, me pareceu consensual na audiência pública que a comissão realizou o aumento da Cfem - pois já há basicamente consenso entre os atores -, e há preocupação com a destinação dos recursos arrecadados não só na repartição entre os entes federados, municípios, estados e Federação, mas também em alguma vinculação para as áreas sociais. Mencionou-se a saúde, a educação e a pesquisa mineral. Pensou-se que essa vinculação poderia assegurar alguns recursos adicionais para que a CPRM, de alguma forma, se preparasse para ampliar sua participação na pesquisa mineral, já que assumi-la de forma monopolista nos parece, além de inconveniente, impossível, dada a sua estrutura atual.

Também houve uma manifestação de preocupação com o aumento da carga tributária e se ponderou se o novo marco regulatório da mineração não poderia conter uma vedação expressa para que outros entes federados não criem novos impostos disfarçados de taxa, como fez recentemente o Estado de Minas Gerais, e não sei se foi também o caso do Pará ou outros estados. A preocupação é que travestir como taxa esses novos impostos que estão sendo criados - o que começou, infelizmente, em Minas Gerais - poderia levar a uma avalanche de novas taxas, também pelos municípios, já que quem tem entendimento de que o Estado poderia criar essas taxas poderia também entender que os municípios poderiam fazer da mesma forma.

Por fim, ressalta que a estruturação dos regimes de concessão da exploração dos bens minerais deve assegurar benefícios para o poder público, mas também para o setor mineral. A ideia de se manter ou se criar um monopólio para pesquisa mineral na CPRM é uma preocupação reiterada.

Em síntese, essa foi a tônica das discussões havidas no âmbito na Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa, e a trazemos à consideração da comissão especial. Vou fazer a entrega da síntese ao deputado federal Gabriel Guimarães, e, junto com ela, vai uma síntese do Seminário Minas de Minas, realizado há alguns anos na Assembleia de Minas. Houve um período longo de discussões e um tempo de pensar o setor mineral de Minas Gerais. E disso surgiu a recriação, na Assembleia Legislativa, da Comissão de Minas e Energia, que, embora tenha existido no passado, era um paradoxo. Minas Gerais tem o mais pujante setor mineral do Brasil, mas até alguns anos atrás não tinha entre suas comissões permanentes a Comissão de Minas e Energia.

Agradeço a oportunidade e passo ao deputado federal Gabriel Guimarães essas duas sínteses. Muito obrigado.

O coordenador - Obrigado, deputado Sávio Souza Cruz. Recebemos esse documento que com certeza contribuirá muito com os trabalhos da nossa comissão. V. Exa. tem conduzido muito bem esse tema na Assembleia Legislativa. Passo a palavra ao deputado Durval Ângelo, que tem contribuído muito neste debate e realizou algumas audiências públicas. Entre tantas coisas boas que fez, fez a Maria Júlia, uma representante deste movimento tão importante. Muito obrigado, deputado Durval Ângelo.

Palavras do Deputado Durval Ângelo

Obrigado. Boa tarde a todos e a todas. Uma saudação ao presidente e amigo, deputado Gabriel Guimarães; ao relator, deputado Leonardo Quintão; ao vice-governador do Pará, Sr. Helenilson; e aos demais deputados e autoridades da Mesa.



Um filósofo, José Ortega y Gasset, falecido em 1955, expressou, num aforismo, a seguinte questão: “Eu sou eu e minha circunstância e, se não salvo a ela, não salvo a mim”. Então falarei aqui um pouco sobre quem sou e a circunstância que me traz aqui. Sou deputado há 19 anos, 19 anos membro da Comissão de Direitos Humanos, dois terços desse período presidindo-a. Então a minha vida está visceralmente ligada à Comissão de Direitos Humanos. E a circunstância são os constantes debates que a comissão tem travado sobre violações de direitos humanos praticadas por mineradoras em Minas Gerais.

Queremos, sim, um novo marco regulatório da mineração, mas que não olhe só o minério que está na terra ou na água; que olhe também que, em cima dessa terra e dessa água, ou ao redor dela, tem gente de carne e osso. Em cima dessa terra, há comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades originárias, que precisam ser respeitadas e ouvidas ao se elaborar o novo marco regulatório. Daí que o regime de urgência retirado, mas aprazado com a data de votação, não resolve a questão fundamental.

Queremos também um novo marco regulatório que tenha claro que, além do minério para o progresso e o desenvolvimento, temos de preservar nossas águas, nossa fauna, nossa flora, que valem muito mais que o minério, até do ponto de vista econômico. Um litro de água vale mais que um litro de minério, com toda certeza.

Nesses anos todos, Sr. Presidente, a nossa comissão tem ouvido muita gente que vem discutir os efeitos e as consequências da mineração. É bonito falar do progresso de Nova Lima. Mas esquecer dos silicóticos de Nova Lima? Há 17 anos, tive um choque ao ver que um homem com 50, 70 anos de idade, agregou um novo companheiro ao seu andar, um botijão de oxigênio, para não morrer em função da sílica, da silicose que lhe acometeu. Por isso fizemos aqui, há 14 anos, uma CPI da mineração em Nova Lima sobre os atingidos, os silicóticos.

Nesses anos ouvimos aqui sobre crianças exploradas no trabalho da pedra-sabão em Ouro Preto, e lá estivemos com o Ministério Público do Trabalho para dizer que ainda se usa trabalho infantil. Pensei que isso era esquecido, porque fiz uma reunião há 12 anos na comissão, e recebi, há duas semanas, denúncia da Ftiemg sobre Alpinópolis, que continua a exploração do trabalho infantil em atividade mineradora neste Estado.

Nós, nestes anos todos, também ouvimos comunidades que querem preservar as serras de Minas Gerais, como a Serra do Rola-Moça, a Serra da Gandarela, a Serra da Moeda, o que não tem preço, não tem nada que vale isso neste mundo. Nestes 19 anos, ouvimos na comissão - por isso falo das minhas circunstâncias - os atingidos da Vale do Rio Doce e da Anglo América que usam até de violência e pistolagem para expulsar o povo de cima da área.

Sr. Presidente, não querendo alongar minha fala, termino lembrando-me do poeta de Itabira, Carlos Drummond de Andrade, que, num poema, falando de quem ele era e da circunstância dele, assim se expressou: “Alguns anos vivi em Itabira, principalmente nasci em Itabira, onde meu pai também nasceu. Por isso, sou triste, orgulhoso, de ferro - 90% de ferro nas calçadas, 80% de ferro nas almas”. Ele termina o poema de forma melancólica, pois viu acontecerem em Itabira os buracos na alma dele e na alma do povo. Ele diz assim: “Itabira é uma fotografia na parede, mas como dói”.

Portanto, minha gente, Srs. Deputados e Sr. Presidente, a quem estimo e respeito muito, as minas das Gerais não podem só ser uma fotografia na parede, porque isso doerá no Brasil. Então, precisamos de um código minerário, não das mineradoras nem da tributação. Precisamos de um novo marco regulatório da mineração que leve em conta gente de alma e corpo, gente bem concreta, que está aqui hoje. Obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, deputado Durval Ângelo, meu grande amigo, a quem parabeno pelo trabalho na Assembleia à frente da Comissão de Direitos Humanos. Com a palavra, o deputado Fábio Ramalho, coordenador da bancada mineira na Câmara dos Deputados - nosso querido Fabinho.

Palavras do Deputado Federal Fábio Ramalho

Boa tarde. Estou aqui como coordenador da bancada mineira em Brasília. Quero dizer que ela está representada aqui hoje por mais de 18 deputados, que vão ouvir e levar as reivindicações do povo mineiro. Tenho a certeza de que cada um terá a oportunidade de procurar cada deputado para solicitar que leve as reivindicações. Esse marco será o que estou ouvindo. Faremos o marco regulatório de forma a atender à comunidade, sobretudo ao povo de Minas Gerais. Podem ter a certeza de que a bancada mineira está unida nesse sentido. Além disso, podem confiar que teremos um marco destinado, sobretudo, ao povo de Minas Gerais.

O coordenador - Deputado Fabinho Ramalho, agradeço-lhe as palavras. Fazemos justiça ao seu trabalho. Como coordenador, V. Exa. tem uma missão importante e trabalhou para que essa comissão obtivesse uma composição como a que tem, com a predominância daqueles estados produtores. Entre eles, o nosso estado é um grande produtor.

Tenham a certeza de que o objetivo deste debate foi justamente dialogar com cada um de vocês e, além disso, poder ouvir num espaço aberto, conforme temos feito na nossa comissão, a participação de cada um de vocês que conhece o setor. Até mesmo porque quem mais interessa para um setor não regulado é quem não quer promover o diálogo com a sociedade. A regulação do setor tem um objetivo grande. Quando você regula e há uma lei clara, sabe-se qual é o direito do povo e o dever de quem faz parte do setor. Então, a melhor coisa para quem quer a defesa dos direitos das pessoas é a regulação do setor.

A não regulação - e não vamos nos iludir com isso -, de qualquer que seja o setor, beneficia quem não investe no setor, quem não respeita o direito dos trabalhadores, os direitos ambientais e as comunidades atendidas. Então, isso é só para não misturamos os discursos do bem com os que não querem o desenvolvimento de uma riqueza nacional, porque tem de ser observado e levado em consideração tudo que vocês defendem. Não vamos confundir defesa dos direitos da sociedade com não regulação de um setor. Estamos debatendo um tema, um assunto, com base, e um projeto que pode ser mudado, transformado, temos tempo e condições para fazer isso. O mais importante aqui é que consigamos dialogar, construir com posições, ideias e propostas objetivas. Quem está aqui hoje não está por acaso, mas porque conhece o setor e se dedica a esse assunto.

O nosso objetivo, ao final deste debate, é que consigamos construir a partir de ideias, informações e ouvindo críticas, porque elas fazem parte da construção e das melhores propostas. Este debate já começou com calor, participação e emoção. Esse, sim, é o nosso objetivo ao trazer o debate à Assembleia de Minas.



Vamos iniciar agora a fase de exposição, deputado Padre João. Mas, antes de passar a palavra a V. Exa., que teve um problema em sua chegada - e deixo os nossos sentimentos pela perda do seu ente querido -, vou passá-la à Dra. Cristiana Nepomuceno, primeira expositora do dia, minha querida amiga, grande conhecedora desse assunto, destacada pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela presidência da comissão da OAB, que tem uma missão importante: participar dos grandes temas nacionais. Muito obrigado, Dra. Cristiana, pela presença como representante da OAB. A Dra. Cristiana conhece muito esse assunto. Ela tem em casa um grande exemplo, o Dr. Jarbas Soares. O Jarbas coordenou a área de direito ambiental do Ministério Público Federal, é um grande defensor do meio ambiente. Além das qualidades que possui, a Dra. Cristiana Nepomuceno é esposa desse grande amigo de Minas, o Jarbas Soares. Com a palavra, a Dra. Cristiana Nepomuceno.

Palavras da Sra. Cristiana Nepomuceno

Boa tarde. Cumprimento o presidente da comissão, deputado Gabriel Guimarães, e o relator, Deputado Leonardo Quintão, nas pessoas de quem cumprimento os demais participantes da Mesa. Estou aqui em nome da OAB federal, que montou uma coordenação de estudos do novo marco de regulação da mineração. Estamos ainda em reunião, por isso não saímos com algo definitivo. Mas a OAB vai privilegiar sempre a constitucionalidade do projeto de lei, a manutenção dos contratos vigentes e a segurança jurídica, porque não podemos ter uma área de indecisão.

Na parte do novo projeto que consta das agências, acho que elas vieram para ficar, e está faltando praticamente a de mineração, pois temos agências de energia, telecomunicações, petróleo e água. Para se adequar aos outros temas, seria a agência de mineração. Acho que é hora de destacar a agência de mineração para que fique no molde das outras. Na energia, tínhamos o Dnaee, o departamento que cuidava da área de energia, e hoje foi transformado na Aneel. No nosso caso, seria o DNPM, que é o departamento da agência de mineração.

Minha fala é bem curta, porque tenho de dar aula agora, em Itaúna. Agradeço a participação. Boa tarde a todos.

O coordenador - Obrigado, Dra. Cristiana Nepomuceno. A participação de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil foi muito importante. Agradeço também a presença dos companheiros da UEE e do secretário adjunto da Fazenda, Pedro Meneguetti. Agora, com a palavra, o deputado Padre João, que também é autor desse requerimento.

Palavras do Deputado Federal Padre João

Deputado Gabriel Guimarães, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar todos os que compõem esta Mesa, para economizar o tempo. Como V. Exa. dizia, nós também - acho que isto é um consenso - queremos avançar no marco regulatório, pois a insegurança jurídica da legislação e de todo o processo é pior e tem causado muito dano ao nosso povo.

Sou testemunha, juntamente com o presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, deputado Durval Ângelo, e com nosso companheiro Rogério Correia, que, aliás, requereu muitas audiências, do sofrimento e da angústia desse povo, seja nesta Casa, seja pelo interior de Minas.

Temos de avançar no marco regulatório. Esse é o desafio que está colocado para todos nós. Não podemos retroceder. Agradecemos à nossa presidenta Dilma, que retirou a urgência, o que possibilita que nos aprofundemos no debate, ou seja, esperamos que a pressa não impeça o avanço indispensável para o nosso Brasil e, sobretudo, para Minas Gerais. Isso é importante. Juntamente com o nosso relator, o deputado Leonardo Quintão...

Junto com os próprios movimentos, pude apresentar mais de 10 emendas. Reconhecemos que a mensagem que chegou à Câmara Federal exigia e exige grande aprimoramento desde seu primeiro artigo. Quando se colocam atividade de utilidade pública e de interesse nacional, ela se sobrepõe às outras atividades fundamentais, como a própria agricultura familiar, o desenvolvimento socioeconômico em nível local, até mesmo em algumas comunidades tradicionais. Isso é grave, porque queremos o desenvolvimento, sim, mas um desenvolvimento social, econômico e ambiental, levando em consideração todo o nosso povo. Até porque, se o subsolo pertence à União, ele pertence a todos nós, brasileiros, e não somente a uma minoria absoluta, a alguns que tiveram informação privilegiada, porque sempre estiveram lá no poder, usando desse tipo de informação para ter monopólio de nosso subsolo, que pertence a toda a Nação. Então, não é justo. Queremos avançar no marco regulatório para garantir justiça social.

No modelo que está aí hoje, sabemos do sofrimento do nosso povo, que está sendo assassinado, por depressão, por angústia, porque começam com uma sondagem sem nenhuma informação, sem nenhum esclarecimento, e eles passam por uma via-sacra terrível. Então, queremos avançar.

Gostaria de justificar minha ausência pela manhã, devido ao falecimento de um tio, irmão de meu pai, casado com a irmã de minha mãe, enfim, são quatro jovens que ficam sem pai e sem mãe. Portanto, precisei estar com eles desde ontem e participar da celebração, hoje, às 11 horas, em Urucânia. São mais de três horas de viagem, e ainda houve um acidente na serra de Itabirito. Aliás, o trecho de Itabirito até a BR-040 é complicado, pois quando não é lama, é uma poeira insuportável. O mesmo ocorre no trecho da BR-040 até Conselheiro Lafaiete e Congonhas.

Então, a atividade minerária não tem direito de desrespeitar o direito dos outros, desde quem é o dono do solo até quem depende da água, das matas, das estradas. Ela é bem-vinda, mas é importante avançarmos, seja pelas nossas emendas, seja pelo anseio do povo, seja pela abertura do relator para acolher algumas propostas dos movimentos sociais. Precisamos aprimorar e garantir, de fato, que o desenvolvimento aconteça com justiça e faça com que essa riqueza, sobretudo das nossas Minas Gerais e de todo o subsolo brasileiro, seja distribuída para todo o povo. Devem algumas emendas, desde a Cfm, elevando a 6% da produção bruta; vinculando a licença ao reassentamento - onde não tiver jeito e chegarem à conclusão de que ali deve ser a atividade de mineração -, vincular a licença de operação a toda reativação econômica e ao reassentamento. Porque, hoje, pessoas são proibidas de entrar em suas propriedades, sem nenhuma indenização, e sofrem o maior transtorno.

Aqui estão representantes dos prefeitos, e o apelo que fazemos é para que fiquem atentos ao município, não só para arrecadar, mas percebendo as pessoas que estão naquelas áreas. Entendemos que ninguém do movimento social seja burro a ponto de querer impedir toda atividade minerária. Não é isso que o movimento social quer, digo isso como alguém que também veio desse movimento. Mas



queremos que a atividade seja responsável e tenha uma licença social, por exemplo, se, em algum local, embora haja o minério, for mais importante a agricultura familiar ou o ecoturismo, porque vai dar garantia de renda para esta geração e para as futuras, daqui a 20, 30, 50, 100 anos... Daqui a 100 anos vão depender dessa área, e o solo estará fértil, haverá água potável. É dessa forma que o povo deve ser respeitado.

As audiências públicas não podem ser de fachada, não podem servir apenas para inglês ver. Elas devem respeitar e ouvir a sociedade, para saber qual é a atividade que de fato atende como um todo. Sabemos e muitos sabem que nunca fechei o diálogo nem com a atividade minerária nem com a atividade siderúrgica. Nunca escondi o meu posicionamento. Primeiro, ao ter essa atividade, devemos favorecer também a atividade siderúrgica para agregar valor. Às vezes, a atividade chega no município, dizem que vai gerar emprego, mas não é verdade, e levam a força de trabalho de fora e vão gerar emprego lá na China, literalmente lá na China, e não nos nossos municípios.

Pude visitar municípios que estão enfrentando problemas na educação, na saúde, no abastecimento de água. É uma situação de calamidade pública. Basta visitarem Conceição do Mato Dentro, que não está tão longe, para observarem o que é a irresponsabilidade da atividade minerária. Muitas cidades, que já foram lindas, que possuíam cachoeiras fabulosas, estão feias e empoeiradas e com o abastecimento comprometido. Até mesmo Belo Horizonte está com o abastecimento comprometido. Sabemos que houve uma mudança no Parque Nacional do Gandarela. A Vale deu aquela "dentada" no parque e, infelizmente, não dá para voltar atrás. Haverá comprometimento não só para Belo Horizonte, mas também para muitos outros municípios.

A atividade tem de ser responsável. É isso que queremos. O movimento social tem de exigir essa responsabilidade. Que esse código da mineração represente segurança para o setor minerário, sobretudo para os nossos pobres, que não têm o estafe que essas grandes empresas têm para conseguirem a judicialização, para se fazerem representar em audiências públicas e em algumas repartições. Queremos também um Ministério Público mais sensível e atuante, não pontual. Poderia listar alguns promotores que nos têm apoiado, mas isso não é generalizado. Da mesma forma, queremos o apoio dos colegas deputados e deputadas.

Encerro, presidente, apresentando dois pontos, que podem ser considerados como melindres. A mineração financiar campanhas é legal, está dentro da lei. Se houver prestação de contas, que mal há nisso? Infelizmente a lei hoje permite que uma empresa financie campanhas. A lei permite, o que considero uma aberração. Sempre lutei pelo financiamento público de campanhas. Infelizmente é uma luta atualmente frustrada. Essa é uma questão que temos de considerar. Outra coisa séria é: quem de fato você representa no parlamento? Represento a justiça e os mais pobres. Essa é a razão não só de eu ter me tornado padre, mas também de estar no parlamento.

Este deputado que vos fala recebeu recurso da mineração. Recebi, estou dizendo isso abertamente. Está lá, basta consultar o *site*. Agora, a questão é a quem represento. Dialogo com a atividade minerária; dialogo e nunca deixarei de dialogar. Quero da atividade minerária respeito e justiça, como quero do governo, que precisa ser mais nosso. Por ser do PT, pertence ao partido o meu mandato, que está a serviço da luta social, que está pautado pelos movimentos sociais, com um conselho deliberativo, que define o que fazer e como fazer. Tenho sempre a humildade de recuar para ouvir o povo, porque prefiro errar com o povo a acertar por sabedoria.

Presidente, faço um apelo para que possamos entender o que está havendo. É legítimo, porém, enquanto deputado federal, tenho responsabilidade com o nosso Brasil. E a nossa responsabilidade com o Brasil é garantir justiça, porque essa riqueza que o Brasil nos oferece pertence a todos os brasileiros e brasileiras.

Encerro dizendo que estou certo da sabedoria de nosso povo. Nosso povo é sábio, mesmo que alguns nunca tenham tido oportunidade de sentar numa cadeira de escola, muito menos na de uma universidade. Há sabedoria, e eles não são contra a atividade em si, mas contra a atividade irresponsável, predadora e que enriquece apenas alguns.

Esse enriquecimento nem é para o Brasil. Uma grande parte dele é para outros países, à custa da miséria do nosso povo, à custa de deixar nosso povo sem água, sem terra e sem solo para sobreviver. Queremos um marco regulatório que seja debatido e aprimorado. Não podemos recuar, temos de avançar com uma lei mais justa, que garanta segurança para o nosso povo. Se a atividade minerária é importante, a agricultura familiar, sobretudo, e a agroecologia são muito mais importantes, porque não conseguimos viver sem o arroz, sem o feijão e sem o milho.

Bom trabalho! Desculpem-me se ultrapassei o meu tempo, mas talvez seja uma forma de falar em nome de alguns companheiros e companheiras que não terão oportunidade de usar este microfone. Que Deus ilumine V. Exa., deputado Gabriel Guimarães, e nosso deputado Leonardo Quintão, para que possam acolher muitas emendas e propostas, e produzirmos uma legislação mais justa para nosso Brasil, para nossos índios, para nossos negros, para nossos geraizeiros, para nossos catingueiros, para nossos barranqueiros e para todo nosso povo mineiro. Obrigado.

O coordenador - Obrigado, deputado Padre João. Tivemos o consenso na Mesa de mudarmos a dinâmica da nossa audiência pública. De todos os estados em que participamos, esta é a audiência pública com a maior presença de pessoas que conhecem o setor. Por consenso da Mesa, vamos inverter a dinâmica dos trabalhos, para não correremos o risco de muitas pessoas importantes, que conhecem o setor, não se manifestarem. Vamos inverter a ordem de inscrição. Temos aqui o Ministério de Minas e Energia. Está presente não só para apresentar sua posição mas também para ouvir a Sra. Dorothea Werneck, secretária de Estado. Ela está aqui com a posição do governo do Estado e também concorda que agora temos o importante papel de ouvirmos as pessoas presentes.

Tenho certeza de que, com essa inversão, vamos conseguir ouvir um maior número de pessoas. Muitas delas vieram de longe, deixaram suas famílias e suas cidades, para participarem de um momento histórico como este. Como uma forma de homenagear cada uma dessas presenças, vamos inverter as inscrições e começar com a participação do público que já se inscreveu. Depois, ouviremos os participantes: Celso Garcia, do DNPM; Elmer Prata Salomão, da ABPM; Celso Cota, presidente da Amig; Carlos Alberto Lancia, da Abinam; José Mendo, que representa o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento - Snic; Paulo César Souza, engenheiro geólogo, representante do Crea; Dr. André Mendes, representando a Abradt; Luiz Paulo Guimarães, representando o Movimento Nacional pela Soberania Popular; João Luiz Nogueira, presidente da Geosol - Geologia e Sondagem; Jair Francisco Fernandes, Danilo Miranda e tantas pessoas que se dispuseram a fazer a exposição. Estão presentes também o Sr. Aloisio Marques, presidente de honra do Partido



dos Trabalhadores; e a Sra. Makota Celinha, que representa o Cenarab. Agradeço ao deputado Paulo Lamac, que muito nos honra com sua presença; deputado Almir Paraca; deputado Rogério Correia, e tantos parlamentares, como o deputado Celinho do Sinttrocel, que passou por esta audiência e já deixou aqui uma relação de pleitos dos trabalhadores.

O Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes justificou sua ausência como representante da ACMinas. Também justificou sua ausência o ministro do Desenvolvimento Econômico, Fernando Pimentel, que tem sido muito importante nesse diálogo. Ele está cumprindo agenda com a presidenta Dilma, mas pediu que eu transmitisse seu abraço a todos. Mas, invertemos a ordem deste debate, como uma forma de homenagear cada um dos presentes.

Agradeço a presença do deputado Virgílio Guimarães, meu pai, que é servidor desta Casa. Ele e o presidente Dinis Pinheiro foram fundamentais para trazer este debate de hoje. O José Geraldo, servidor da Casa, também foi fundamental na organização deste evento.

Com a palavra, o Sr. Luiz Paulo, do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, para a sua participação. Como houve inversão da dinâmica da audiência, peço aos que se manifestarem que o façam por 1 ou 2 minutos, para que possamos ouvir um maior número de participantes. Vocês gostaram da nova dinâmica da audiência? Obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Paulo Guimarães

Saúdo todos e todas. Saúdo o presidente da comissão e principalmente os atingidos e as atingidas pela mineração, que estão na luta pela construção de um marco regulatório que seja, como bem disse o Durval, para as pessoas, para o desenvolvimento do povo e não para a obtenção de lucros, cada vez mais extraordinários, das empresas mineradoras tanto nacionais quanto multinacionais.

Deputado Gabriel, quero começar minhas palavras fazendo uma crítica à construção do marco regulatório. O governo diz que a construção desse novo marco regulatório foi amplamente discutido em um processo democrático. As comunidades atingidas, os movimentos sociais, os sindicatos e os trabalhadores da mineração não sentem que ele foi construído de forma democrática.

O tema é de fundamental importância para o nosso país. A mineração é muito significativa para a economia do País, portanto, o código da mineração não pode ser discutido da forma apresentada pelo governo. Ele foi enviado ao Congresso Nacional, em forma de projeto de lei, em regime de urgência. Conseguimos um avanço: caiu o regime de urgência, mas a forma acelerada como ele vem sendo discutido não caiu. Essa forma acelerada tem a meta de fechar o código da mineração no dia 15 de outubro.

Essa forma não nos contempla. Quero deixar essa sugestão como da comissão especial e das comunidades atingidas. Está aqui o pessoal do Norte de Minas. Vamos até lá para escutar, de fato, a implantação desses projetos minerários em cada região do Estado de Minas que está sendo diretamente impactada.

O próprio processo de construção do código de mineração é excludente por ser baseado em um modelo de mineração que não atende à necessidade do povo brasileiro, muito menos do povo mineiro. Minas Gerais é o Estado que possui mais minério no País. É o modelo de mineração que está submetido aos interesses imperialistas. Nossas riquezas estão sendo entregues aos interesses de empresas multinacionais.

Esse modelo coloca a economia como altamente dependente, com aspectos coloniais, portando as nossas riquezas naturais. Aqui, em Minas Gerais, fica bem visível a materialização desse modelo: ele não vem para as pessoas nem tem sensibilidade com o ambiente. Peguem Conceição do Mato Dentro. O que é a vida das pessoas atingidas pelo projeto Minas-Rio da multinacional Anglo American? Peguem a região de Paracatu, onde há extração de ouro. As comunidades quilombolas da região foram totalmente arrasadas, e a comunidade está infectada com altas concentrações de chumbo, cádmio, mercúrio e arsênio. Há alta incidência de câncer na região. Peguem a região de São Lourenço, onde há extração de nossas águas pela multinacional Nestlé. Peguem o caso de Congonhas, aqui do lado, do quadrilátero ferrífero. A periferia de Congonhas vive um drama. Pela manhã, eles varrem a varanda. Daí a duas horas, ela está toda empoeirada. As pessoas precisam viver com as janelas fechadas. Estudos técnicos comprovam que o ar próximo às minas concentra tanta poeira que se torna irrespirável. Os impactos na região de Congonhas também é elevado.

Os interesses das empresas por novas fronteiras minerárias avançam no Norte de Minas também. Essa região já sofre pela falta de água. Como poderá receber os imensos empreendimentos que estão sendo planejados? Sabemos da alta dependência das mineradoras em relação ao uso da água. Existe até projeto de mineroduto na região.

Minas Gerais está na moda hoje. O modelo de mineração saqueia os nossos recursos naturais. Implantar mineroduto está na moda. Há sete projetos de megaminerodutos no Estado de Minas Gerais. Isso deixa clara a implantação do modelo de exploração mineral. Nossos minérios vão da boca da mina para os portos, deixando um rastro de miséria, destruição social e ambiental. Os minerodutos utilizam muita água. Reportagem feita ano passado mostrou que a quantidade de água gasta em cinco minerodutos é a mesma quantidade utilizada para abastecer 30% da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que possui hoje cerca de 6 milhões de habitantes. As nossas águas e os nossos minérios estão indo embora graças à exploração das grandes empresas multinacionais e nacionais. A mineração também é uma atividade que utiliza muita energia. Então, onde há mineração, há barragem. A comissão especial de defesa dos direitos da pessoa humana constatou a violação sistemática de direitos humanos em razão da construção de barragens. Na Zona da Mata, temos a Barragem de Fumaça, em Diogo Vasconcelos, da Novelis, e, no Rio Doce, a Barragem de Candonga, da Vale e da Novelis, onde há grande miséria. Na região de Candonga, a população foi despejada e vive num reassentamento onde não há água para beber. Segundo dados da ANA, somente em 2012, cerca de 5.000.000.000.000 de litros de água foram utilizados pela atividade minerária, cujo crescimento tem sido extraordinário em nosso país. Hoje a quantidade de água utilizada já alcançou o consumo das indústrias, perdendo apenas para a irrigação.

Ao falar do uso da água, não podemos deixar de citar a Serra do Gandarela, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é uma das últimas reservas de mata atlântica, no Quadrilátero Ferrífero, e talvez seja um dos últimos grandes fragmentos de canga ferruginosa - bioma raríssimo que vem sendo ameaçado pela Vale, empresa que não respeita as comunidades, não respeita os trabalhadores, faz o que quer, da forma como quer, na serra que quer, em Minas Gerais.

É uma pena não ser realizada audiência temática sobre a condição de trabalho nas mineradoras. A mineração é o setor produtivo que mais mutila, enlouquece e mata as pessoas. Minas Gerais é marcada pela herança do saqueio de suas riquezas. A situação não é



diferente hoje. A mineração mata trabalhadores. O deputado Durval citou o exemplo dos trabalhadores de Nova Lima. Em algumas minas, as pessoas se aposentam com 30 anos. Na semana passada, cinco trabalhadores morreram em Roraima.

Fazemos parte do Comitê Nacional da Defesa dos Territórios frente à Mineração, que hoje articula mais de 150 organizações, entre ONGs ambientalistas, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e Igreja - a CNBB também está compondo o nosso comitê. Só no consenso hoje temos sete eixos políticos que devem ser discutidos no marco regulatório, mas, ainda assim, não nos sentimos contemplados com a forma como vem sendo construído esse marco. Um deles é a democracia e a transparência na construção do marco.

Então, queremos que haja audiências e que as demandas das comunidades atingidas sejam atendidas no marco regulatório. Que no marco, no código da mineração, tenhamos a garantia que hoje não temos. Na oportunidade, quero dizer que participei de uma reunião com o secretário Carlos Nogueira, em Brasília - não é, Carlos? -, quando foi lembrado que temos uma legislação ambiental. Temos os órgãos ambientais para fazer essa função, só que hoje eles são órgãos executores.

O Estado brasileiro, junto com as mineradoras, fazem um plano de mineração com metas, mas elas têm de ser cumpridas. Os órgãos ambientais recebem os projetos e somente têm de adequá-los e executá-los. Esse é o papel...

Temos o direito de dizer não. As comunidades que não querem empreendimentos minerários têm de ter esse direito; a garantia dos direitos dos trabalhadores no código da mineração. Em 2008 vimos isso claramente. Com a crise econômica mundial que houve, o que a Vale fez? Em Minas Gerais, quantos trabalhadores foram demitidos? Na CSN e na Mina da Casa da Pedra, quantos trabalhadores, pais e mães de família ficaram sem sustento para abastecer seus filhos?

Hoje a extração depende do preço do minério no mercado. Se o preço está alto, a mineradora vai, mas quando o preço está baixo, ela para. Então, na implementação devemos ter taxas e ritmos. Também tem de haver planejamento de fechamento das minas. Hoje as empresas fecham as minas e deixam a cidade largada.

É verdade, meu senhor. O povo está aqui para falar, diversas cidades estão aqui para testemunhar isso. Terras indígenas e comunidades tradicionais: que eles tenham seus direitos garantidos pela Convenção 169 de haver o consentimento para implantação desse empreendimento e também demarcação de áreas livres de mineração. Por exemplo, temos a região da Gandarela, que é uma área livre de mineração. Então, que seja aberto esse processo democrático para construção do código.

Muito obrigado. Vamos à luta, companheirada. Não deixemos que essas empresas saqueiem os nossos minérios. Para construção de um País soberano e sério, teremos de nos unir contra o saqueio dos minérios.

O coordenador - Muito obrigado, Luiz Paulo. Agora convido o Sr. Ailton Morais da Silva, morador da Fazenda Batalha, em Grão-Mogol.

Palavras do Sr. Ailton Morais da Silva

Boa tarde. Vim até aqui para falar que estou sendo vigiado por causa de um problema perto da minha casa. Esse é o meu recado. Boa tarde a todos.

O coordenador - Parabéns, Ailton. Muito obrigado. Convido agora a Sra. Maria Teresa, minha amiga Teca, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas.

Palavras da Sra. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo

Falarei para vocês da Mesa e para vocês da plateia também. Não é verdade, deputados, que esse marco é a regulação de uma atividade de mineração. Se esse marco passar, será um crime cometido contra o território brasileiro, porque os impactos da mineração são extremamente graves em várias frentes.

Não há como compensar, não há como trocar a atividade de mineração por *royalties* em algumas situações. Não há dinheiro que recupere o aquífero perdido. Não há dinheiro que recupere a saúde dos silicóticos e indenize as famílias que perdem seus parentes. Não há dinheiro nenhum de *royalties*, nem que fosse de 1000%, que recupere o patrimônio perdido da nossa identidade como povo brasileiro. Esse marco regulatório não é regulação.

O deputado Durval Ângelo falou em direitos humanos, e isso tem tudo a ver com direitos humanos. Esse marco regulatório teria de ser engavetado. Temos de construir um marco regulatório de forma participativa, em que a população brasileira possa decidir se, após 500 anos, quer continuar pegando nosso patrimônio, nossos bens maiores e transformando-os em riqueza para os capitalistas, acabando com o nosso futuro e com o nosso presente. Basta querer que ele seja engavetado, não tramite e não caminhe.

Saibam os deputados que estamos atentos. Vocês vão pagar um alto preço político, porque, se isso passar, a quantidade de atingidos, de ameaçados e de pessoas que vão sofrer será muito grande. Na hora em que pudermos escolher os políticos, os governantes, em todos os níveis, isso vai pesar na balança. Basta queremos escolher o futuro deste país. Não podemos deixar isso nas mãos das empresas. Pela Serra do Gandarela, pelo Norte de Minas e por todo nosso território, queremos dizer: chega.

Convido todos a fazer algo que não foi feito no início. Esse é um caso de soberania nacional. Vamos cantar o Hino Nacional do nosso jeito, porque isso é importante. Este é um momento histórico. Chega de fazerem o que estão fazendo com o nosso país. Quem quiser me acompanhar pode fazê-lo. Vamos cantar o Hino Nacional. Está na hora de assumirmos o poder sobre as decisões do nosso presente e do nosso futuro. Quem souber cantar o Hino Nacional poderá me acompanhar. (- Canta o Hino Nacional.) Viva o Brasil!

O coordenador - Obrigado. Parabéns! Este é um importante momento da nossa audiência pela valorização do nosso país. Convido a Sra. Maria de Lourdes Souza Nascimento, do Movimento dos Atingidos pela Mineração - MAM -, para suas considerações. A Maria de Lourdes está sempre presente em nossos debates em Brasília. Obrigado pela presença.

Palavras da Sra. Maria de Lourdes Souza Nascimento

Boa tarde, companheiras e companheiros. Acho que já é boa noite. Gostaria de lembrar que, quando vocês virem uma faixa em que consta "Mastro", é um movimento em que estão representados mais de 17 sindicatos de trabalhadores rurais do Alto do Rio Pardo, sem contar os municípios da Serra Geral. Isso quer dizer que temos muitos sindicatos aqui representados.



Começamos falando sobre a importância da atividade. Ninguém nunca esclareceu sua importância. O que queremos é ser respeitados e que todos enxerguem a importância da nossa vida tanto quanto da atividade. É isso que estamos aqui pedindo. É isso que estamos reivindicando aqui. A atividade é importante, mas a nossa vida é muito mais.

Falam que o governo precisa realmente fazer um estudo. Tudo bem. Então, vamos fazer um estudo para ver como anda a vida do brasileiro que está ao redor dessas mineradoras? Vamos ver como ela está? Vamos fazer esse estudo? Fazem estudos, investem em pesquisas, muito dinheiro é colocado à disposição das empresas, mas ninguém vai lá ver como está vivendo o cidadão perto das mineradoras. Ninguém está lá para ver como está sendo sucateada a riqueza brasileira.

Volto a dizer - falei na semana passada e vou repetir aqui -, estamos precisando de políticos competentes, que deixem a nossa riqueza aqui, no Brasil, porque ela está servindo somente para ostentar a riqueza dos outros países. Dizem que não podemos inviabilizar a mineração, mas podemos inviabilizar a vida, porque isso está acontecendo muito na nossa região.

Aproveito o momento para fazer uma denúncia do que está acontecendo no Norte de Minas. Na semana passada - já falei isso também -, constatamos que a mineradora, que acabou de chegar ao Norte de Minas, está endividando uma empresa em mais de R\$1.300.000,00. Ela antes era uma empresa sólida e saudável e hoje está quebrada, falida, mantendo 11 desempregados. Esse é o desenvolvimento que está indo para lá. Eles pegam uma empresa que dá serviço para nós, endividam eles, cumprindo a exigência das empresas; depois que eles se endividam, saem fora e contratam uma empresa de Belo Horizonte. A empresa que está lá está falida. O proprietário queria vir fazer seu depoimento, ao vivo, mas não pôde, então estou dando o recadinho para ele.

Vou falar sobre outra coisa que está acontecendo no Vale das Cancelas. Há aqui outro companheiro que, para cercar a sua propriedade, precisou entrar na Justiça. Assim ganhou o direito de cercar a sua propriedade. Um monte de pistoleiros, um delegado aposentado e um monte de gente foram à propriedade dele e quebraram sua cerca. Hoje está lá, sem ter condição de levantar a cerca novamente. O que está acontecendo no nosso Brasil? E por que isso está acontecendo? É esse o desenvolvimento que está indo para nós, do Norte de Minas? Essa é a pergunta que deixo para vocês.

Aproveito que o ministro de Minas e Energia está aqui para reforçar a crítica que fiz semana passada - nunca tivemos essa oportunidade de debater frente a frente. Queremos que o Ministério de Minas e Energia e os setores minerários entendam a importância da atividade que exercem, mas que nos respeitem e entendam a importância da nossa vida na Terra. Vou repetir outra coisa: a destruição que está sendo feita na Nação e as suas consequências não me satisfazem, não ficarão só para nós, vão ficar para toda a humanidade.

O coordenador - Obrigado, Maria de Lourdes, leve uma abraço a todos os nossos amigos de Porteirinha e de todo o Norte de Minas. Convido, agora, a Sra. Joeliza Aparecida de Brito Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados.

Palavras da Sra. Joeliza Aparecida de Brito Almeida

Boa tarde a todas e a todos. Venho aqui não para ser contra esse modelo que está sendo imposto, mas para pedir, assim como a colega que falou, respeito ao nosso povo e às nossas comunidades tradicionais, que, infelizmente, estão sendo engolidos por esse processo. Vivemos num país em que se fala muito em igualdade. Então, pergunto aos nossos governantes: onde está a igualdade no processo minerário? Isso é algo que muito nos afronta.

Falamos em necessidade, falamos de fome e de miséria. Miséria existe, sim, no processo minerário, que chega em nossas regiões prometendo uma fortuna e uma riqueza imensa, mas não sabemos para quem é essa riqueza. Terceirizam as empresas da nossa região - assim como foi falado pela colega. Tudo se inviabiliza para nós que moramos lá há tanto tempo, tudo encarece, e não vemos esse retorno vindo do processo minerário.

Faço aqui um apelo a todos os atingidos, inclusive aos nossos irmãos índios - estive no final de semana com eles. É desrespeitoso o que vem acontecendo com eles - que aqui estavam quando nós, homens brancos, viemos. Pedimos respeito a todo esse povo. Que esse marco venha, realmente, contar com tudo isso, porque somos pessoas e temos o direito e a dignidade de viver. É um espaço muito rico que precisa ser olhado. Não basta nos escutarem; é preciso, de fato, que aconteça na prática. Muito obrigada a todos.

O coordenador - Obrigado, Joeliza. Agradeço a presença ao deputado Tiago Ulisses, nosso querido amigo; ao Sr. Luiz Custódio Cota Martins, do Siamig; e ao deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, a Sra. Alzira Maria Fernandes, do grupo Amar'Água. A secretária Dorothea está comemorando que só há mulheres participando neste dia. Parabéns pela participação.

Palavras da Sra. Alzira Maria Fernandes

Boa tarde a todos. Vou ser breve, pois muitas pessoas querem falar. Tenho acompanhado todos os discursos, comentários e discussões sobre o novo marco regulatório. Ninguém fala das águas minerais, e isso me causa uma imensa tristeza. As águas minerais são nobres, têm poder de cura, mas ninguém se lembra delas. Hoje, no novo código de mineração, ela está equiparada à areia, à brita, ao cascalho e à pedra são tomé. Essa situação não pode continuar. As águas mineiras têm de sair do *status* de minério. Água é vida, água é saúde! Ninguém come minério, ninguém bebe minério. Peço encarecidamente a todos que olhem com carinho a situação das águas minerais. Queremos definitivamente que a água mineral saia do *status* de minério.

Por que queremos isso? Vou ler uma pequena explanação feita pela procuradora do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - durante a nossa luta, que já existe há mais de 12 anos, mas para a qual até hoje não conseguimos uma solução. Segundo Ana Salett Marques Gulli, procuradora do DNPM e representante deste órgão no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CTRH -, a empresa tem o direito de explorar a quantidade de água que retira atualmente e, de acordo com a lei, até a exaustão. Segundo a procuradora, a água mineral não é vital para a sociedade, pois apenas uma parcela mínima da população a consome. Então, não caberia uma preocupação quanto à sua preservação para as gerações futuras, conforme previsto no art. 225 da Constituição Federal, em uma responsabilidade do DNPM em relação à sustentabilidade do recurso. Ela entende que a única forma de exploração da água é o aproveitamento econômico para envase. Desconhece a realidade da comunidade local e a sua dependência do recurso para outros usos, pois acredita que a cidade depende do aproveitamento econômico das fontes. Dessa forma, afirma que o objetivo do parque é a



captação da água, e que, sendo recurso finito, vai haver um momento em que as águas vão acabar, pois não há como preservá-las. Ainda de acordo com a procuradora, o recurso é um patrimônio da União, e a comunidade não tem direitos. Ora, como a comunidade não tem direito à água? A água é um bem da humanidade. A ONU instituiu 2013 como o Ano Internacional da Cooperação pela Água. O nosso país não está preocupado com isso. Vocês concordam que as nossas águas tenham o *status* de areia, brita e pedra são tomé?

As nossas águas têm poder curativo, terapêutico, então não podem ser tratadas como água comum. Elas têm de ter legislação própria. Sei que vocês olharão com carinho por elas. Muito obrigada. Não esqueçam que as águas minerais são vida e saúde. Não bebemos e nem comemos minério.

O coordenador - Muito obrigado, Alzira. Alzira, está presente nesta audiência o vereador Gil, de São Lourenço, grande defensor desse assunto e que foi muito bem recomendado pelo deputado Odair Cunha, nosso querido amigo, e pelo Maurício Garcia, nosso colega de São Lourenço, que trabalha na secretaria-geral da Presidência. Ele me ligou hoje para reforçar a importância desse assunto.

Farei uma pequena interrupção. Há duas pessoas que é muito importante escutarmos hoje. A primeira delas é o nosso convidado mais que especial, o vice-governador Helenilson, que nos recebeu no Estado do Pará. Ele é um grande defensor da valorização dos estados, e há essa parceria com o nosso Estado de Minas. Então peço que tenhamos muita atenção ao ouvir tanto o vice-governador Helenilson quanto a nossa querida secretária Dorothea Werneck, ambos representando os maiores estados produtores, que têm muito a contribuir na nossa tarde.

Palavras do Vice-Governador do Pará

Boa tarde a todos. Meus caros amigos deputados Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão; Srs. Deputados; minha amiga Dorothea Werneck; demais deputados; prefeito Celso; demais prefeitos; senhores e especialmente senhoras representantes dos movimentos sociais; deputado Virgílio Guimarães, grande figura da República. Senhoras e senhores, vim à tribuna rapidamente, apenas para agradecer a acolhida, a amizade do povo mineiro, todas as vezes que venho a Belo Horizonte. Disse ao Gabriel e ao Leonardo que queria vir aqui para ouvir. Ninguém conhece mais de mineração do que os mineiros, inclusive dos problemas que a mineração gera.

Se não queremos viver esses problemas - muitos deles denunciados nesta tribuna -, nós, no Pará, temos de aprender muito com vocês. O Pará é hoje uma grande fronteira de atração de grandes projetos de mineração. Minas e Pará, só estes dois Estados representam 75% da mineração do Brasil. Em breve 80%, talvez 90%, quando o maior projeto de mineração do mundo, que a Vale está implantando numa cidadezinha no interior do Pará, chamada Canaã dos Carajás, começar a operar. Como vamos lidar com esses problemas? Então estamos muito atentos ao código de mineração.

O Gabriel falou uma coisa muito séria: a melhor forma de atropelar os direitos das pessoas é não regulando esses direitos. Se há muito problema é porque deixaram do jeito que está. Precisamos ter regras claras, objetivas, de responsabilização daqueles que promovem a mineração e causam danos sociais. Apresentamos várias emendas, uma delas objetivamente, quando a comissão esteve no Estado do Pará, a qual diz que é responsabilidade do minerador compensar os danos sociais causados pela mineração. Isso tem de estar inscrito na lei. Não apenas a responsabilidade ambiental. O grande drama que vivemos hoje, presidente Gabriel, é que os órgãos ambientais não se responsabilizam pelos danos sociais, olham apenas para a questão ambiental e não olham para as pessoas, como foi dito aqui por muitos. Temos de olhar para as pessoas. Não podemos manter não mineração uma fonte de atração de pessoas para o interior do Pará. Imaginem o que são grandes projetos de mineração, deputado Virgílio Guimarães.

No interior da Amazônia, há uma forma de atração de pessoas para esses grandes projetos. Cidades onde não há escolas, hospitais, creches, nada, de repente recebem 30, 40, 50, 100 mil pessoas. O prefeito tem de dar conta de tudo isso, e o Estado tem de entrar com segurança pública e infraestrutura para apoiar esse grande fluxo migratório que o Pará recebe diariamente com os trens que vão levando minério, assim como trazendo pessoas para aumentarem os bolsões de pobreza no sul do Pará.

Por isso estou aqui para aprender com os mineiros como regularemos esse assunto. Não é brincadeira. Essa lei que estamos revendo tem quase 50 anos. Faz-se mineração há 25 e 30 anos no Pará. Agora direi aos senhores o resultado da mineração no Pará: pobreza, desigualdade e injustiça social. Foi isso que a mineração gerou no Pará até hoje.

A mineração do Pará não levou o Pará a um novo momento. No entanto, não somos adversários da mineração. Queremos pô-la a serviço do povo do Pará. Não é possível que 90%, 95% do minério do Pará embarque nos trilhos para a China, a fim de que o Brasil possa, com o ferro de Carajás, impulsionar o desenvolvimento dos chineses e depois importar o aço dos chineses pagando mais caro.

Minas Gerais pelo menos verticaliza o minério, ou seja, conseguiu dar um passo seguinte na verticalização. Estamos atentos. Ainda não é o ideal, mas já verticaliza as indústrias daqui que utilizam o ferro de Minas. O Pará não conseguiu isso ainda.

O tema é muito sério e importante. Os Estados do Pará e de Minas estão de mãos dadas nesse assunto. O governador Simão Jatene já esteve com o governador Anastasia aqui, na quinta-feira, e também com os deputados Gabriel e Leonardo Quintão, levando as preocupações do Estado do Pará. Estamos muito atentos a esse assunto, que não é para a nossa geração, mas para as futuras gerações de brasileiros. Portanto, temos de ter responsabilidade para com ele.

Fico muito feliz de estar participando de um debate numa comissão presidida e relatada por dois grandes deputados mineiros, que têm colocado - aliás, quero aqui dar um depoimento - a questão político-partidária ao lado disso e, deputados Gabriel e Leonardo, trabalhado em favor do País. É isso que o Brasil espera, ou seja, que toda a Câmara dos Deputados, no âmbito federal desse assunto, trabalhe em favor do País, porque os minérios não são das mineradoras nem das empresas, mas do povo brasileiro. Portanto, eles têm de representar um instrumento de desenvolvimento do povo brasileiro. Um abraço. Muito obrigado a todo o povo mineiro, que sempre me tratou tão bem.

O coordenador - Muito obrigado, querido amigo governador Helenilson. Como disse, V. Exa. é um grande conhecedor desse assunto e, desde o primeiro momento... Assim como eu, o deputado Leonardo Quintão é testemunha do trabalho do governador Helenilson. Foi o primeiro estado a apresentar carta de intenções. Em todos os nossos debates, estamos solicitando aos estados que apresentem uma carta de intenções com as propostas que cada um deles deseja que sejam contempladas. O governador Helenilson coordenou esse processo no Estado do Pará. Já apresentaram a carta com as intenções do governo do Estado do Pará. Muito obrigado.



Governador Helenilson, já aqui justifico. Sei que V. Exa. precisa ausentar-se para retornar ao seu estado. Fique à vontade quando tiver de deixar este Estado que lhe quer tanto, pela sua parceria e amizade. Com a palavra, a secretária Dorothea Werneck.

Palavras da Secretária Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Boa tarde. Realmente, fui precedida de muitas intervenções que são uma verdadeira aula para todos nós. Serei rápida e concisa. Primeiro, o governador me solicitou que o representasse porque se encontra no Rio de Janeiro para participar de uma reunião de um conselho internacional da fundação. Estava louco para vir, mas não pôde. Respeitem o nosso governador. Segundo, rapidez é algo importante porque temos aí uma insegurança jurídica muito grande. Ninguém sabe o que vale e o que não vale. Então, esse é um ponto muito importante.

Termo falando do meu pedaço: desenvolvimento. Têm razão todos aqueles que dizem que estamos levando o minério, a água, o mineroduto para a exportação, que o minério brasileiro vai para o exterior. Isso é uma parte, há uma parte que fica.

Sobre os minérios, estamos falando de 40 minérios do Estado. Um deles é o calcário. Em Minas está a maior indústria de cimento do Brasil, e o cimento é essencial para a construção de moradias. Temos a maior produção de minério de ferro, a maior indústria siderúrgica, o segundo maior polo automotivo. As duas únicas fábricas de locomotivas no Brasil estão em Minas, e estão contribuindo. Estamos batendo recorde em cima de recorde em caminhões. Temos aqui o fosfato, sem ele não se faz fertilizante. Temos a Vale Fertilizantes, antiga Fosfértil, em Uberaba, importantíssima para a produção agrícola. Há também o grafite em Almenara; o nióbio em Araxá, já citado; o silício. Temos o chamado Vale da Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí, Itajubá e Pouso Alegre. Tudo isso é uma base. O minério não é importante em si, não é o monte de pedra nem o monte de pó que extraímos, é para que ele serve. Ele serve como base da indústria, que vai produzir bens que vamos consumir e bens para a construção. Parte do minério, por exemplo, do qual esse código está tratando é pedra, brita e areia, matéria-prima para a indústria de construção. Então, quanto mais conseguirmos regulamentar e acertar a regra do jogo, dizer o que pode e o que não pode, certamente todos seremos beneficiados. Obrigada.

O coordenador - Obrigado, secretária Dorothea. Agradeço também a presença do Toninho Fontes, da comunicação; do João Carlos Amaral e tantos outros amigos. Agradeço ainda à Mara Andrade, grande ambientalista e minha mãe; o Marcos da CPRM; o Fernando Porto, de Formiga, enfim, todos os presentes.

Antes da saída de vocês, quero agradecer, mais uma vez, a presença da secretária Dorothea e do vice-governador Helenilson. Tenham a certeza de que ambos terão conhecimento da conclusão desta audiência através de relatório do dia de hoje, que lhes enviaremos. Muito obrigado, secretária Dorothea e Helenilson, pela presença de vocês. Com a palavra, Vilson Luiz da Silva, nosso companheiro da Fetaemg.

Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva

Cumprimento o deputado Gabriel Guimarães, na pessoa do qual estendo o cumprimento aos demais componentes da Mesa, a todos os deputados federais e estaduais. Quero também registrar, de modo especial, a presença de todas as lideranças do Estado de Minas Gerais, do Norte e da região central, onde temos empreendimentos do setor minerário. Defendemos o trabalhador e a trabalhadora rural, a mulher e o homem, e a agricultura familiar, que hoje, presidente, é responsável por 70% do alimento do Brasil, mais de 70% da geração de emprego e renda.

Já fui atendido com algumas falas, principalmente com a do deputado Padre João, que tocou muito bem, com muita ênfase e propriedade nessa questão. Não somos contra, defendemos um campo com produção, com gente e não com projetos que tirem o homem e a mulher do campo, empurrando-os, expulsando-os para a cidade. Os conflitos sociais que existem em médias e grandes cidades, nas capitais, são em decorrência de algum reflexo de algum empreendimento mal-direcionado. Queremos discutir, presidente, um modelo de produção que tenha sustentabilidade, que não agrida, não intoxique a água, que não intoxique o solo, que não expulse o homem nem a mulher do campo. Temos uma companheira ali, de Ibitaré, que foi expulsa de sua propriedade pela mineradora Vale do Rio Doce. Não podemos concordar com isso. Então, estamos na Casa do Povo para fazer este debate, lugar melhor não existe.

Hoje eles entram nas propriedades sem autorização para fazerem a pesquisa. Isso é um absurdo. O que queremos, Srs. Deputados, companheiros da Mesa e Virgílio, é que discutam com a sociedade organizada, as famílias e a comunidade. É isso que queremos. Por isso, Rogério, estamos aqui marcando presença. Não somos contra o setor minerário, mas queremos discutir um modelo que seja sustentável, não agrida ou intoxique a água, não acabe com o solo e que cuide das pessoas. Essas são nossas palavras. Obrigado.

O coordenador - Obrigado, grande amigo Vilson. Passo a palavra ao Marcos Vinícius Dias Nunes, diretor da Fetaemg.

Palavras do Sr. Marcus Vinícius Dias Nunes

Boa tarde. Os companheiros que me antecederam trouxeram vários pontos importantes. Como o Vilson disse, hoje a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Como os companheiros que me antecederam e a D. Lourdes disseram, a mineração nos traz muitos problemas. Não somos contra a mineração, mas ela precisa respeitar os trabalhadores e os atingidos.

Nesse sentido hoje trago uma preocupação em relação ao nosso campo. Infelizmente, pelo fato de a política pública não chegar ao campo, de haver o desprezo com a reforma agrária e com os atingidos pelas hidroelétricas, estamos tendo um campo que não é mais do trabalhador de média idade. Estamos começando a ter um campo que será considerado asilo daqui a alguns anos. Infelizmente caminhamos para isso, porque nossa juventude está saindo dos campos, as escolas estão sendo fechadas, e as políticas públicas direcionadas para a educação, a saúde e as pessoas que mais precisam, infelizmente, não estão chegando. Quando se vai fazer um processo de mineração, não é só fazê-lo e deixá-lo da forma como vemos em muitos lugares: expulsam-se os agricultores que estão naquele espaço, não se dá apoio a ninguém nem se constrói uma política que, de fato, atenda às pessoas do campo.

Sou do Vale do Jequitinhonha, da cidade de Jordânia, e lá, infelizmente, há também problemas na região das pedreiras, que têm prejudicado e acabado com as nascentes, assim como em outras regionais. Então, nosso desafio é construir uma política. Não sei se conseguimos construir uma mineração sustentável. Devemos tentar construir uma mineração que pelo menos respeite as pessoas que



são atingidas e estão no campo, principalmente mulheres, idosos, jovens e crianças, porque não podemos viver num país em que os políticos tanto falam em construir uma política democrática e sustentável, e de levar em consideração as pessoas que estão no campo, e infelizmente não é isso que acontece. Precisamos fazer uma luta para construir políticas, para executar e fazer o controle social. Precisamos observar muito isso; senão teremos um campo sem gente.

O coordenador - Obrigado, Marcos Vinícius. Convido agora o Sr. Juscelino Anacleto da Silva, coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf.

Palavras do Sr. Juscelino Anacleto da Silva

Boa tarde, Srs. Deputados e todo o povo que se fez presente aqui para exercer a democracia neste estado, onde a imprensa muitas vezes tapa tudo. É difícil falar no Estado de Minas Gerais, pois as mineradoras e as grandes empresas mandam e desmandam.

Gostaria de dizer que nós, da Fetraf, temos de ser contra todo e qualquer tipo de monocultura, seja em Minas Gerais, seja no Brasil. Primeiro, a mineração hoje está se tornando uma rotina no Estado, sendo liberada de qualquer maneira. Vou citar o exemplo ocorrido na outra audiência realizada em Dom Joaquim, um município próximo daqui, cuja prefeitura municipal recebeu R\$25.000.000,00 de compensação ambiental. Hoje se averigua que os prejuízos do município passam de R\$100.000.000,00. Então, recebeu R\$25.000.000,00, mas tem prejuízo de R\$100.000.000,00. Isso é a vida que queremos para o nosso povo?

Outra questão fundamental, que já foi citada pelos companheiros, refere-se às áreas livres de mineração. Os nossos deputados federais e estaduais devem tratar de outras áreas. Por que não temos áreas livres para produção de alimentos, para assentar os trabalhadores que produzem alimentos para sustentar este país?

E alguns deputados, como o Sr. Vítor Penido, disseram que é preciso medir a água e o fubá. Entendemos muito bem que é medir a água para a mineração e o fubá para os trabalhadores que serão expulsos daquelas áreas. Essas são questões que acontecem, e gostaria que o deputado ficasse para o debate, mas ele não ficou, falou e foi embora. Precisamos debater.

Outras questões são importantes. Como o companheiro deputado abordou, Minas traz no nome os minérios, mas, se continuarmos com esse projeto da mineração, Minas afundará cada vez mais, e só vai sobrar o "Gerais".

E para finalizar, não sei qual é a metodologia usada, se esse espaço é consultivo. Já foi citado pela Mesa que a bancada está fechada para aprovar o novo código minerário. E cada um de nós deve olhar qual dos nossos deputados está a serviço do povo brasileiro, que defende a soberania alimentar, e qual está a serviço das mineradoras. Muito obrigado.

O coordenador - Com a palavra, o Sr. José Maria Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais - Ftiemg.

Palavras do Sr. José Maria Soares

Boa tarde. Cumprimento o presidente, deputado federal Gabriel, na pessoa do qual cumprimento os demais componentes da Mesa. Esta audiência é um momento importante para todos nós, trabalhadores e população de toda a área da mineração atingida. Escutamos tanta coisa, e escutei uma que me deixou estupefado: "é preciso acabar com a mineração". Ninguém quer acabar com a mineração. Acaba o sindicato, acaba a federação. Mas o que não podemos aceitar é o emprego que mata, que mutila, que causa sequelas, que acaba com as águas, com as nascentes - os impactos sociais gerados por essas empresas. Não é acabar com a mineração, pelo menos não é isso que a Ftiemg está propondo. Estamos clamando ao presidente da comissão que ouça, de fato, toda a população da área da mineração que está sendo atingida. E, neste momento, a federação não representa somente a área da mineração, mas o setor vegetal, a área do eucalipto também, que causa impactos sociais muito grandes nas comunidades em que essas empresas atuam. Mas, hoje, estamos tratando da área da mineração e do seu novo código.

Peço licença para ler um documento. O deputado da Comissão de Minas e Energia desta Casa nos convidou para participar de uma audiência - a primeira vez em que a federação foi convidada -, e este foi o segundo convite, em que estão ouvindo várias entidades e setores importantíssimos. Mas, amanhã, haverá uma audiência em Brasília, e parece que a CUT foi convidada, mas não as demais centrais e confederações.

O governo ouve as centrais sindicais, as confederações e as federações, para depois chegar aos sindicatos. Protocolizamos um documento junto à presidência, o qual vou ler. (- Lê:)

"Belo Horizonte, 30/9/2013. Ao Exmo. presidente da Comissão Nacional de Política Mineral, deputado federal Gabriel Guimarães; ao Exmo. relator da Comissão Nacional de Política Mineral, deputado federal Leonardo Quintão.

Assunto - Participação e direitos dos trabalhadores da mineração brasileira na elaboração e na aprovação do Projeto de Lei nº 5.807/2013.

Respeitosamente cumprimento os excelentíssimos deputados representantes da Comissão Nacional de Política Mineral do Congresso Nacional, em nome dos trabalhadores da mineração brasileira.

Considerando as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores da mineração brasileira, levando o setor a ser o que mais acidenta, mata, adoce e aleija trabalhadores no Brasil; considerando as condições de moradia e vida dos trabalhadores da mineração que têm sua vida atingida pelos impactos negativos da mineração; considerando a ausência de canais de diálogo, participação e transparência em que se encontra a mineração brasileira, demonstrada nos últimos 20 anos de conferências nacionais, estaduais e municipais públicas, em que o tema "Mineração" nunca foi focado; considerando a ausência e a indefinição do papel da mineração no desenvolvimento de nosso país; venho, em nome dos trabalhadores da mineração do Estado de Minas Gerais, extensivo aos trabalhadores da mineração de todos os estados da Federação, conforme orientação e respaldo do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI -, Sr. José Calixto Ramos, propor a V. Exas. que se realize formalmente uma audiência específica com os trabalhadores da mineração, com a participação dos sindicatos, suas federações, suas confederações e centrais sindicais, para que possamos, além de bem retratar as condições de vida e trabalho, apresentar nossas propostas gerais e específicas dos trabalhadores de todo o Brasil.

Certo de estar sendo objetivo e transparente em relação ao nosso pleito, agradeço em nome da Ftiemg e da CNTI."



Concordamos, Sr. Presidente, que esta comissão deve formalizar uma audiência, da forma protocolizada no ofício hoje. Que futuro queremos para nossos netos? Não falaremos nem em nossos filhos. Já passamos do meio-dia e queremos saber que país e que futuro teremos para nossos netos. Mineração que mata, mutila e seqüela em nome do desenvolvimento e do progresso do Brasil e do mundo não queremos.

Queremos emprego que dê vida, que dê dignidade a toda a população. Esse minério vai para a China. Para que serve esse minério? É para fabricação de celular? É para automóveis? A China está segurando o minério dela, que é de baixo teor, e importando o minério de ferro daqui. Depois, quando exaurir toda a mineração daqui, teremos de importar minério de baixo teor. A geração de emprego e renda está ocorrendo lá fora, sendo que poderia ocorrer aqui também.

Já foi citada - não vou ficar tomando muito o tempo, que é curto - a mineração Anglo American, em Conceição do Mato Dentro e Serro, que é uma vergonha total, uma afronta. O programa de responsabilidade social dessas empresas é um faz de conta. O meio ambiente social e econômico está passando por cima de nascentes. E os nossos deputados, os nossos representantes, o que farão?

Como vamos fazer, gente? Vamos assistir a isso calados? Vamos ouvir de algumas empresas: "Fechem, que tudo acabará". Não é fechando-a, que o problema será resolvido. Quem tem lucro, dinheiro e mais dinheiro, são os empresários, enquanto os trabalhadores ganham uma "merreca" de salário, ao saírem de suas casas para se sustentarem, e, muitas vezes, voltam dependurados numa alça de caixaão. E a viúva fica com uma pensão miserável para o resto da vida. Não podemos matar a galinha dos ovos, mas também não podemos aceitar o modelo que aí se encontra. A população, as igrejas, as federações, as centrais, as associações e as câmaras devem ouvir todos os movimentos.

Ouvi na outra audiência que eles concordam com a Cfem. O dinheiro vai aumentar, e muito, para os municípios mineradores. Mas, em que esse dinheiro será aplicado? Caberá à assembleia da área mineradora trabalhar e segurar o dinheiro, para quando essa extração se exaurir esse dinheiro ser aplicado. Deputado Gabriel, que nos escuta, é com esse objetivo que estamos solicitando. O senhor falou que há tempo. Amanhã, mesmo, haverá uma audiência, às 14h30min, em Brasília. A nossa confederação, a CNTI, a Nova Central e a CUT já estão convidadas a participar dela. Gostaríamos de solicitar uma audiência para tratar das reivindicações dos trabalhadores e da população, sobre os locais atingidos por essa extração das minerações. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

O coordenador - Muito obrigado, José Maria. A Kátia irá colher seus dados completos, para que você seja incluído na audiência pública de amanhã. Antes de ouvirmos o segundo bloco da participação, vamos passar a palavra para dois prefeitos de municípios mineradores. Depois, passaremos a palavra para representantes de entidades dos municípios mineradores, e, posteriormente, retomaremos mais um bloco de audiência na Assembleia. Com a palavra, o Sr. Celso Cota, presidente da Amig e prefeito de Mariana.

Palavras do Prefeito Celso Cota

Boa tarde a todos. Estamos caminhando bem com esta audiência pública, que tem o espírito bem popular. Isso é muito bom.

Cumprimento a todos: caro deputado Gabriel Guimarães; relator, deputado Leonardo - ele se ausentou da Mesa por alguns minutos; deputado Sávio Souza Cruz; meu caro Durval Ângelo; Padre João, deputado federal; todos os representantes de classe presentes; Carlão, representando aqui o Ministério de Minas e Energia; prefeitos; vereadores e imprensa.

Serei breve. Vou entregar um documento à comissão especial. As cidades mineradoras vivem do ciclo. O ciclo do ouro passou e deixou uma história, um legado positivo, mas, ao mesmo tempo, uma história de muita luta. Hoje ouvi e aprendi muito com vocês, com esse sentimento popular que foi expressado pelos seus representantes e que alimentou a nossa alma.

Da tribuna, ouvimos uma afirmação: "O povo é sábio". Não importa se ele não teve oportunidade de estar em salas de aula ou de estar aqui nesta Casa representando o povo, apresentando projetos de lei e discutindo o futuro do nosso estado e do nosso país. Quando uma oportunidade como esta se abre, o povo sinaliza a estrada a ser percorrida. Aqui muito se ouviu sobre a riqueza que se extrai e a pobreza que se instala. Ouvimos falar da riqueza que se extrai, mas das dúvidas que ficam para o futuro. Assim aconteceu lá atrás, no século XVIII, com o ouro. O ouro patrocinou toda a Revolução Industrial da Inglaterra, todos os países da Europa.

Depois da exaustão do ouro, retrato minha cidade de Mariana, a primeira cidade de Minas Gerais, Ouro Preto e toda a região do quadrilátero ferrífero. Lembro-me, quando moleque, de uma cidade pacata, sem muita expectativa, de poucos recursos. Daí surgiu a possibilidade da riqueza. Vieram a Vale do Rio Doce, a Samarco e a Samitri com a possibilidade de explorar as riquezas do nosso subsolo. Hoje o movimento é muito grande nessa cidade, em Mariana, e em outras. Lá saímos de uma população de 12 mil habitantes para algo em torno de mais de 60 mil habitantes. A história econômica da cidade mudou. Mariana é tida como uma cidade rica. Muitos colegas prefeitos, quando chegam a Mariana ou Itabira, dizem que gostariam de ser prefeitos dessas cidades, pois são ricas. Temos um orçamento diferenciado. Recentemente, foi amplamente divulgado que as cidades com melhor IDH são as cidades mineradoras, no entanto, junto ao nosso povo, à nossa história e às nossas necessidades, muita coisa mudou. Realmente queremos outros rumos para a nossa cidade.

Passou o ciclo do ouro e veio o ciclo do minério de ferro. Muitos perguntam como serão investidos os recursos do Cfem. A lei é clara. Mas não basta a lei, tem de haver vontade. Não basta a lei direcionar os recursos, temos de mudar e promover desenvolvimento. Hoje a preocupação da nossa associação, dos prefeitos é preparar essa cidade, dar-lhe condições de encontrar um novo ciclo, Virgílio Guimarães. Cada cidade tem um potencial e encontrará o seu. É preciso que utilizemos bem os recursos para criar infraestrutura na saúde, na educação, no desenvolvimento econômico, desenvolvendo nosso potencial, garantindo que, no futuro, novo ciclo seja instituído, de fato.

Dizem que a Cfem onera os municípios. Não podemos mais discutir isso. Não podemos tratar a Cfem colocando-a na mesma vala comum da alta carga tributária deste país. A Cfem é a compensação de uma sociedade. Os empresários das mineradoras não escolhem em qual território vão minerar, eles vão aonde há minério. Infelizmente, nos últimos anos, essa sociedade tem sido muito injusta. Temos recebido apenas 2% do líquido, e não mais 1,2% do real resultado do negócio. Isso é uma injustiça para a sociedade.

O que vem acontecendo? Os municípios estão crescendo, porque a atividade minerária atrai pessoas de várias partes do País, e a pobreza social aumenta, porque há aumento de demanda pela educação, pela saúde e pela infraestrutura. Cidades como Ouro Preto e



Mariana têm centros históricos maravilhosos, mas as periferias estão sendo invadidas, como outros locais, tendo em vista que a demanda por habitação é muito grande. Geralmente, as pessoas vão para lá em busca de serviço. Os hospitais estão lotados, sem capacidade de atendimento, e quando alguém precisa de UTI neonatal ou adulta, quase recebe atestado de óbito.

Percebemos que algo precisa ser mudado. Fico muito feliz quando dizem que o subsolo é da União. O que queremos de fato com o marco regulatório que está sendo proposto depois de 50 anos? Que ele corrija as distorções. Alguns representantes da sociedade que fizeram uso da palavra disseram em alto e bom som que somos contrários à mineração. Isso é um absurdo! Não somos não! Somos contrários ao modelo, que precisa de reajustes. Não podemos ser contrários a essa atividade, porque o subsolo é rico, é da União, mas os produtos só deveriam chegar à nossa mesa se fossem competentemente explorados, visassem às responsabilidades ambiental, econômica e social. É esse o ajuste que estamos discutindo hoje. Queremos mineração sim, mas que ela promova e traga orgulho ao povo brasileiro e principalmente ao mineiro.

Este é o momento de fazer propostas, discutir o tema. Queremos garantir o negócio. Como disse o nosso caro amigo, não queremos matar as galinhas dos ovos de ouro. Ao contrário, queremos fazer com que elas botem ovos capazes de alimentar o povo brasileiro, mas não apenas o seu estômago, e sim a sua alma, a sua autoestima, além de garantir-lhe saúde, melhorar a sua qualidade de vida.

Nós, dos municípios mineradores, trabalharemos fortemente em prol dos 4% do bruto. Tenho a certeza de que a competente comissão instalada no Congresso Nacional irá nos brindar com essa decisão ainda este ano. Precisamos tratar 100% da nossa água e do nosso esgoto, garantindo a vida de quem garante a nossa sobrevivência; oferecer cursos de capacitação e empreendedorismo aos nossos jovens, para que possam cuidar dos municípios no futuro; dotar a saúde de estrutura; melhorar o salário dos professores, garantindo uma melhor qualidade na educação. É isso o que estamos buscando com o que produz riqueza no nosso país. Então, dizemos “sim” à mineração que segue uma legislação nova, que garanta a quem possui propriedade - que amanhã ou depois pode ser transformada em área minerária - o direito de entender o processo e propor alternativas. Vários anseios dessa natureza foram manifestados aqui hoje.

Cerca de 40% do PIB mineiro é oriundo da mineração. Que possamos agregar mais valor aos *royalties*, que possamos obter um parque industrial capaz de fazer com que o Brasil seja exportador de manufaturados. Isso é fundamental. Todos aqueles que trabalham na área minerária sabem que 75% de tudo o que as mineradoras precisam para funcionar estão vindo de outros estados.

Somos capazes de transformar esse quadrilátero ferrífero - e agora com a mineração na região Norte também e em Jequitinhonha - em um grande parque industrial, gerando mais renda e mais emprego de qualidade aos nossos jovens, aos nossos trabalhadores. Por isso, deixamos aqui hoje algumas sugestões, algo que estamos defendendo no dia a dia. Por isso, caro coordenador Gabriel Guimarães, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig - sente-se honrada com a atenção recebida de V. Exa. nesta audiência e nas causas que são sustentadas pela associação.

Fazemos questão de ratificar, nesta oportunidade, que é grande nossa expectativa em relação aos trâmites do marco regulatório da mineração, pois dele dependem diretamente centenas de municípios de nosso país, que recebem ou deveriam receber da atividade da mineração uma maior contribuição para a sustentabilidade econômica e social de seus milhões de municípios.

Diante disso, apresenta-se a seguir uma síntese das propostas defendidas pela Amig e o posicionamento da entidade sobre a tramitação do marco regulatório da mineração. Convém ressaltar que algumas delas são absolutamente fundamentais para corrigir distorções e até ameaças às nossas cidades e populações, que são quem, de fato, dá a maior contribuição para o sucesso da economia mineral brasileira. A Amig defende que a alíquota da Cfem praticada hoje para a exploração de minério de ferro deve ser alterada de 2% do faturamento líquido para 4% do faturamento bruto, sendo que para as demais “commodities” poderá ser aplicada a mesma proporcionalidade de aumento de alíquota acima proposta. A Amig ressalta que, mesmo com esse reajuste na alíquota da Cfem, o Brasil continuará a ser o país que praticará as menores e mais competitivas alíquotas entre os países produtores de minério no mundo e com uma grande diferença para menor, comparada a esses países concorrentes. A Amig defende que o fator gerador da Cfem seja expresso...

O coordenador - Prefeito Celso Cota, só um minuto. Celso, eu pedi brevidade, mas tive essa tolerância além do tempo previsto, porque o Celso estava previsto como expositor, assim como os demais que abriram mão nessa inversão da dinâmica. Então Celso, para concluir, fazemos o compromisso de incluir essa apresentação da Amig em nosso *site*, para que todos tenham acesso e tenham conhecimento do inteiro teor da proposta. Quero apenas essa compreensão. Não só ele, mas outros expositores tiveram essa tolerância, justamente porque estavam inscritos como expositores, representando a Amig.

O prefeito Celso Cota - Só quero deixar registrado, porque gostaria que todos tomassem conhecimento - vamos deixar a apresentação também no “site” da Amig. Falamos das cidades do entorno, tratamos dessas cidades e da questão da pelotização. Acho isso importante, porque estamos discutindo questões fundamentais com as quais precisaremos conviver daqui para frente.

Muitas vezes, coordenador, as pessoas perguntam como melhoraremos nossa vida, como vamos melhorar isso na cidade. Se não garantirmos os recursos em nossa cidade, o nosso povo continuará sempre clamando, como vem fazendo aqui hoje, por melhor qualidade de vida para eles e suas famílias.

Quero deixar muito claro para vocês a importância da mineração para essa cidade. Mariana hoje, Virgílio, tem 88% da sua arrecadação dependente de mineração. Se pararmos com a mineração em Mariana e em Ouro Preto, hoje, não teremos como pagar professor, não teremos como pagar médico, não teremos como pagar ninguém. É só para demonstrar a importância da mineração para nós.

Sem dúvida nenhuma, regulamentada com as propostas que estamos ouvindo e diante da responsabilidade com que essa comissão, coordenada pelo Gabriel, está procedendo nesses últimos meses, temos certeza de que é possível, talvez não agradar a todos, mas dentro de uma agilidade necessária a este país, que vem há tanto tempo esperando ações como essa, haver algumas decisões para melhorar de forma imediata a vida de todo brasileiro. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, Celso. Por favor, vamos respeitar todos que estão aqui se manifestando, para manter nossa audiência pública em alto nível, o que corresponde ao sentimento de cada um de vocês. Estou apenas explicando para que entendam.



Agora, teremos mais um prefeito e, depois, voltaremos ao bloco, à disposição de vocês. Vamos passar a palavra ao Sr. Anderson Cabido. Peço-lhe que, com toda brevidade que lhe é característica, faça suas considerações. O Anderson representa a Amib.

Palavras do Sr. Anderson Cabido

Boa-tarde. Cumprimento todos vocês, o Gabriel Guimarães, nosso deputado federal, o público presente, em especial os nossos movimentos sociais, que vêm mostrar toda sua força e pujança. Quero, a princípio, falar da enorme preocupação que norteia a grande maioria dos prefeitos, senão todos os prefeitos de municípios mineradores.

A associação da qual sou secretário executivo representa os municípios mineradores do Brasil, e não apenas os de Minas Gerais. O nosso prefeito Celso Cota, que é presidente da associação mineira, acabou de falar. Mas essa questão da mineração preocupa todos os municípios brasileiros. Temos pontos importantes que estão sendo pautados. A nossa associação já encaminhou à comissão os pleitos, as questões que consideramos importantes. O desafio de todos é a grande reflexão que temos pela frente.

Quero fazer coro com o representante da federação dos trabalhadores, o qual nos antecedeu há pouco. Entendo que ninguém está demandando ou pleiteando o encerramento da atividade de mineração em nosso país. O que queremos, e esse é o desafio colocado pela sociedade brasileira, é saber como compatibilizar a mineração com a vida, com a qualidade de vida dos nossos moradores e das nossas comunidades. Diferentemente do que vemos muitas vezes nas propagandas veiculadas pela mídia, não temos ainda, em nosso país, um território local, uma cidade ou um município em que exista um convívio harmonioso de mineração e comunidade. Infelizmente ainda não temos isso.

Podemos fazer simplesmente a opção de desistir dessa discussão e falar que vamos acabar com a atividade. Ou vamos enfrentá-la de frente, juntos, como estamos fazendo aqui hoje, tentando encontrar o termo ideal, que, em primeiro lugar, contemple os interesses da coletividade. Isso tem de vir sempre em primeiro lugar. Entendo que essa é a preocupação dos prefeitos dos municípios mineradores, ou seja, colocar o interesse da comunidade, de sua cidade, do povo, da nossa gente, acima de qualquer interesse, seja ele econômico, seja ele o interesse que for, político, vantagens ou benefícios que possam ser auferidos individualmente. Não é isso que queremos. Se temos hoje prefeitos que não representam esses anseios, precisamos aprender a colocar nos governos quem os representa. Tenho certeza de que nossos movimentos sociais têm buscado, cada vez mais, isso. Temos de alastrar para toda a nossa população a consciência de que, muitas vezes, podemos fazer várias coisas por meio do voto, mas também por meio de manifestações, da participação legítima. Precisamos alcançar esse sonho de uma sociedade justa e equilibrada, em que não haja nem explorados nem exploradores, que todos possam se beneficiar e ganhar juntos.

Não estamos aqui falando contra a atividade de mineração - insistimos nisso -, mas sobre o desafio que todos temos pela frente para encontrar esse equilíbrio. Fui prefeito de uma cidade mineradora, falada há pouco, Congonhas. Por oito anos, fui prefeito de Congonhas. Numa determinada época, retirávamos das ruas 7t de pó de minério. Imaginem vocês as nossas garis varrendo as ruas, retirando, em um só dia, 7t de pó de minério das ruas. Isso vai para as ruas. E o minério que vai para os pulmões, para as casas, que vai incomodar a dona de casa? Isso é para falar apenas de um pequeno aspecto. Poderíamos falar da água, do impacto e da sobrecarga que isso gera nos serviços públicos. Poderíamos falar sobre um punhado de coisas, mas escolhemos falar aqui hoje sobre o global, o que compete a nós; escolhemos exercer nossa pressão legítima, democraticamente, vindo com cartaz, vindo da nossa comunidade. Temos de ter a sensibilidade.

Estou muito feliz em saber que o nosso presidente e a comissão estão de ouvidos abertos, estão atentos às questões e demandas justas e corretas que hoje apresentamos aqui. Então, não vou falar sobre as questões que afligem os municípios. Consideramos muito injusta a compensação que os municípios recebem, ela precisa ser revista. Estamos lado a lado com a comunidade, com a sociedade brasileira, para buscarmos o equilíbrio, uma sociedade justa e fraterna, onde não haja explorados nem exploradores, mas sim desenvolvimento igualitário para todos. Obrigado e boa sorte para todos nós. Se Deus quiser, vamos chegar lá.

O coordenador - Muito obrigado, Anderson Cabido. Agradeço a você e ao Celso Cota as manifestações em relação ao marco. Com a palavra, o deputado Rogério Correia, para mais um bloco de participação dos movimentos sociais.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Obrigado, Gabriel. Vou ser rápido. Em primeiro lugar, parabênzulo a comissão; o deputado Gabriel Guimarães, que está dirigindo os trabalhos com muita maestria; o Padre João, autor do requerimento; o Leonardo, relator; e o deputado Sávio Souza Cruz, representando a Comissão de Minas e Energia.

Como o deputado Padre João já citou, em quase todas as regiões do Estado, propus uma audiência pública para discutir os impactos da mineração. E o deputado Padre João participou de várias delas. Fomos ao Norte de Minas, fizemos reunião no Vale das Cancelas, em Grão-Mogol, em Taiobeiras, em Janaúba - para verificarmos a questão do Norte -, em Viçosa, em Conceição do Mato Dentro - não poderia me esquecer -, enfim, fomos a várias regiões do Estado. O que traz todo esse público a esta audiência é a expectativa positiva de discutir o novo marco regulatório, pois Minas Gerais virou casa da mãe Joana para as mineradoras. Infelizmente, essa é a verdade, como foi dito aqui.

Conceição do Mato Dentro virou um inferno; foram para lá, de repente, 3 mil pessoas; depois 8 mil pessoas; vão sair todos de lá; transformaram a cidade em algo indescritível. Lá não se respeita nascente, não se respeita meio ambiente, não se respeita coisa alguma. Em Conceição do Mato Dentro, aprovamos um requerimento da Comissão de Direitos Humanos para suspender a atividade da Anglo American lá. E essa ainda não é a atividade principal, eles estão só com a licença de instalação, e ninguém aguenta mais. Para mostrar que em Minas Gerais há ordem, que quem manda aqui não é a mineradora, mas o Estado, o governo teria de suspender a atividade em Conceição do Mato Dentro, para dar um exemplo e mostrar que aqui tem governo e que não é o governo das mineradoras. Solicitamos isso, e nada. O governo do Estado não nos dá uma resposta, não fala absolutamente nada. O pessoal está doído para falar, então estou falando mais do que devia. Eles vão falar em relação à Anglo American.

Segundo, estivemos no Norte de Minas, onde a situação é de desespero. Estão com medo de eles colocarem um mineroduto para levar o minério do Norte de Minas pela água, Virgílio Guimarães. Imagine você, que anda por todos esses lugares. Imaginem: levar



por água, através do mineroduto, o minério do Norte de Minas, uma região que, como sabemos, quase não tem água. Levar pela água não sei de onde. Sei que irá virar um deserto o Norte de Minas. Então, as pessoas ficam desesperadas, perguntando: “Vai ter mesmo mineroduto?” Vai ser essa a via de transporte?. Também não são dadas respostas. Não sabemos se o DNPM vai autorizar o mineroduto para lá e se o governo vai autorizar a licença. Geralmente é o que acontece. Não importa a resistência que há no local.

Terceiro, Minas Gerais ganhou agora - a Zona da Mata e o Jequitinhonha sentem muito -, pela quarta vez seguida, um título que não queríamos. Minas Gerais é tetracampeã em desmatamento da mata atlântica. No ano passado, nosso Estado foi responsável por 50% do desmatamento da mata atlântica. E o governo de Minas finge que não vê isso. Como diz o deputado Sávio Souza Cruz, todo mundo abraçando o governador, mostrando uma Minas feliz, com propagandas mostrando florestas. “Ah, a mineração é uma beleza!” E mostram o povo abraçando o governador e o senador. “Muito obrigado, senador!” Essa é a propaganda, mas o povo está comendo o pão que o diabo amassou. O desmatamento da mata atlântica em Minas Gerais é de 50%, e o governo do Estado não fala nada. “Deixa desmatar!” É eucalipto e minério, para depois falarem que Minas é o PIB da China. Isso é mentira. O PIB do trimestre passado em Minas Gerais foi -0,1, e o do Brasil foi de 1,5. O café e o minério caíram de preço, o PIB foi lá embaixo. O PIB da China do senador virou o PIB da Somália. Isso só não pode ser dito.

Pompílio, somente de vez em quando na TV Assembleia podemos falar. Porque há vezes que o sinal da Assembleia cai. Dizem que há intervenção das luzes e dos raios solares na TV Assembleia. Minas Gerais é tetracampeã em desmatamento. Minas Gerais virou a casa da mãe Joana. As mineradoras mandam e desmandam. Tudo em nome de que teríamos um PIB da China para alavancar a candidatura do senador. O governo de Minas só serve como comitê eleitoral do senador. É bom que vocês venham de Brasília e a gente possa dizer isso aqui.

Deputado Gabriel, quero fazer uma proposta concreta. O Sávio Souza Cruz citou, e lembrei da Cfem. Não é só fala, estou com uma prova que mandamos para o Ministério Público, que inclusive age menos do que deveria. Aqui é tudo dominado. Os R\$49.600.000,00 que saíram do número 32 do orçamento, item de exploração de recursos minerais, a Cfem, foram parar na PPP do Mineirão, na Minas Arena. Essa empresa ganhou o Mineirão. Esse estádio foi doado. A Minas Arena ganhou essa doação. O dinheiro da Cfem está pagando a PPP do Mineirão. Já falei com o nosso relator, e a minha proposta é incluir a obrigatoriedade e o vínculo direto do recurso da Cfem nos estádios à saúde, à educação ou ao meio ambiente. Mas que seja carimbado, pois, se vier para o caixa único, vai parar nos amigos do rei. Deputado, parabéns! Mas infelizmente esse é o quadro de Minas.

O coordenador - Deputado Rogério Correia, muito obrigado. Com a palavra, o Sr. José Osvaldo de Souza, coordenador do Departamento Mineral da Ftiemg.

Palavras do Sr. José Osvaldo de Souza

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros, boa noite a todos. Queria só lamentar o tempo, que acaba sendo pouco, apesar de uma audiência que durará mais de cinco horas. Por isso reiteramos a solicitação do nosso presidente para que haja um espaço só para os trabalhadores apresentarem suas propostas e debatê-las junto à comissão. Claro que acho que todos os outros movimentos devem também pleitear esse tempo específico para debater as suas propostas.

Queria também falar sobre a nossa indignação de pertencemos a um segmento da sociedade em que mais se mata, mais se adocece e mais trabalhadores são mutilados *per capita*; o pior setor para se trabalhar, em que há mais risco de adoecer ou de morrer num fundo de uma mina. Isso não pode acontecer. Esse novo marco regulatório tem de criar uma legislação em que se proíba a continuidade desse tipo de coisa.

Outra questão que não podemos permitir são situações como a existente em Alpinópolis - coisas absurdas, em que pais de família são colocados em situações de puro descaso, de escravidão mesmo. O nosso presidente disse uma frase lá: que só é preciso o tronco, o resto já está instalado, porque já é escravidão de fato.

Temos propostas que gostaríamos de apresentar. Em 2008 esta Casa fez o Minas de Minas e percorreu todo o Estado de Minas recolhendo propostas. Particpei de 8 dos 11 seminários, falando em nome dos trabalhadores, e condicionamos algumas propostas, no total de 9. O Minas de Minas teve 50 propostas, e a única que foi implementada até hoje foi a criação da Comissão de Minas e Energia. Até hoje nenhuma das outras 49 foi apresentada.

Falarei rapidamente sobre algumas propostas que fizemos do setor, porque não temos tempo. Estamos capacitados e em condições de fazer o debate do porquê de defendermos que essas propostas sejam incluídas no marco regulatório da mineração. Quanto à questão da terceirização, não queremos que as atividades de mineração sejam terceirizadas, não podemos permitir isso. Precisamos garantir a aposentadoria especial aos trabalhadores da mineração nos atuais modelos, de 15, 20, 25 anos; a manutenção do turno de 6 horas em minas subterrâneas; que cada município ou região mineradora tenha um centro de saúde do trabalhador, onde se façam estudos sobre o adoecimento dos trabalhadores na mineração; que a legislação - NR nº 22 - que fala sobre garantia à saúde seja implementada, que não fique de fora desse novo marco regulatório.

Temos a proposição de criar um fundo de caução, em que a mineradora deposita um dinheiro, mês a mês, durante as suas atividades, para não acontecer o que aconteceu em Vazante, Minas Gerais, em que 400 pais de família foram colocados na rua sem receber os seus direitos trabalhistas. Esse fundo também pode garantir o pagamento de indenização em caso de desastres durante as atividades da empresa, como o rompimento de barragens e outros. Que a Cfem seja aplicada única e exclusivamente em novas propostas de geração de emprego, que isso também seja garantido. Por último, garantir o fechamento das minas, e que o empreendedor que explora a mineração garanta isso.

Penso que o Carlão tem muito a contribuir com isso. O governo já enviou uma proposta que pode ser melhorada e em que podem ser incluídos alguns desses nossos pontos. Estamos totalmente à disposição para promover um debate especificamente com a comissão, os presidentes e relatores, a fim de dizer o porquê de defendermos essas propostas. Muito obrigado.



O coordenador - Muito obrigado, Sr. José Osvaldo. Agora, antes de passar a palavra ao Sr. Paulo Sérgio de Oliveira, presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE. Com a palavra, o Sr. Paulo Sérgio de Oliveira, presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE. Agradeço a você e aos estudantes que fazem parte deste dia tão importante.

Palavras do Sr. Paulo Sérgio de Oliveira

Boa tarde, deputados Gabriel Guimarães, presidente desta comissão especial, e Leonardo Quintão, relator do marco regulatório. Primeiramente quero manifestar a nossa gratidão em poder participar deste espaço e dizer que temos percorrido as universidades de Minas Gerais. Não é de hoje que a nossa entidade tem realizado o debate sobre a situação mineral e a necessidade de se discutir melhor e trazer a sociedade para ele.

Nos últimos quatro anos, a UEE tem realizado um debate sobre a situação. Chegamos à conclusão de que há necessidade de o minério de Minas estar a serviço do povo de Minas Gerais. Por exemplo, hoje Minas Gerais é o principal explorador de minério de ferro. Por isso o nosso Estado talvez tenha V. Exas. como relatores e os principais proponentes dessa discussão na Câmara dos Deputados.

Hoje o nosso Estado recebe aproximadamente R\$300.000.000,00, R\$330.000.000,00, com a Cfem. Pelo que está proposto, passaremos a receber em torno de R\$700.000.000,00 com a Cfem para o Estado - recurso esse que hoje é utilizado em "n" maneiras, mas que, na nossa opinião, como já disse aqui, precisa estar destinado ao seu povo.

Ora, o governo brasileiro, nos últimos dias... Os senhores puderam participar desse processo e aprovaram uma importante resolução que destina os recursos do petróleo brasileiro à educação e à saúde. O fundo social do pré-sal foi destinado à educação e à saúde, e os *royalties*, à educação - 75% dos *royalties* e 50% do pré-sal destinados à educação.

Entendemos que o minério tem de ter essa mesma regulamentação e esses recursos precisam ser destinados a essas áreas. Ora, o recurso do minério de Minas, na nossa opinião, tem de ser destinado à educação, porque isso significa atender ao povo que hoje sofre da exploração. Então, para nós, é necessário criar o fundo social do minério e investir seus recursos na educação do povo de Minas.

Temos ainda uma universidade no Estado de Minas Gerais que possui uma estrutura deficitária e não atende aos pré-requisitos de ensino, pesquisa e extensão; uma universidade no Estado de Minas Gerais que tem um investimento pífio em relação a quanto deveria investir-se.

Temos ainda, no Estado de Minas Gerais, uma demanda muito grande pelo passe livre intermunicipal, sobre o qual estamos discutindo em nossas pautas. Há uma necessidade, uma demanda muito grande pelo passe livre no Estado, há uma demanda pelos investimentos em educação, específicos para a Uemg e para a Unimontes e também pela criação de uma rede estadual de escolas técnicas, porque até hoje nosso Estado é um dos poucos que ainda não a criou. Então a nossa entidade, a União Estadual dos Estudantes - UEE - apresenta aqui a necessidade da criação do fundo social do minério e a vinculação dos recursos para a educação. Esta é a nossa exposição.

Quero ainda deixar claro que no próximo semestre percorreremos todo o Estado, as principais universidades, debatendo com os estudantes, levantando mais questões sobre a mineração. Queremos contar com o apoio de vocês para podermos percorrer as universidades e discutir com os estudantes a criação desse fundo. Desde já queremos contar com vocês para colocar no documento do marco regulatório do minério a importância da criação desse fundo. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado pela participação da UEE, presidente Paulo Sérgio. Paulo, tenha certeza de que em qualquer debate, qualquer diálogo com os estudantes a que esta comissão for convidada, lá estará presente. Muito obrigado pela participação de vocês.

Agora quero convidar Patrícia Generoso Tomás, atingida pelo Projeto Minas Rio, em Conceição do Mato Dentro. Agradeço a presença de alguns amigos: Teresa Vilas Boas, servidora desta Casa; Mateus, advogado; Janaína, nossa colega de Patos de Minas; Rodolfo Gonzaga, vereador de Congonhas; e tantos amigos presentes. Muito obrigado pela presença de todos.

Palavras da Sra. Patrícia Generoso Tomás

Srs. Deputados, sou de Conceição de Mato Dentro. As pessoas que me antecederam já falaram muito sobre o modelo de exploração do minério de ferro que está ocorrendo em Conceição do Mato Dentro. Mas não vou me furtar de reforçar isso e dizer que cada dia isso me causa mais estranheza. O modelo de violações, o massacre que se tem feito em Conceição do Mato Dentro, embora conhecido, ainda não foi refreado, e isso nos causa uma indignação muito grande. Um colega nosso, atingido de Conceição, costuma dizer que o Projeto Minas Rio da Anglo American inaugurou um novo conceito de atingido: massacrado. Em Conceição estamos sendo massacrados por um projeto que quer dar invisibilidade aos problemas sociais, às questões de impacto social que existem na comunidade.

Gostaria de pedir aos senhores que não se furtem a fazer esse debate. Se os deputados mineiros estão num cargo de expressão dentro do novo marco regulatório, de debates, não se furtem a aprofundar o debate que estamos fazendo aqui com os senhores.

Gostaria de perguntar aos senhores: no novo marco regulatório, onde estão as questões sociais? É uma pergunta, gostaria de ter uma resposta. Onde estão os atingidos no novo marco regulatório da mineração? Onde estão as vidas humanas nesse novo marco? Qual o regramento que existe para isso? Nós nos debruçamos sobre o novo marco, mas não encontramos nada que pudesse nos atender satisfatoriamente ou enxergar um regramento.

Estávamos falando aqui que sobre várias legislações no Brasil pesa a pecha de terem sido feitas durante o período da ditadura. Se essas questões não forem aprofundadas no novo marco regulatório, vai pesar a pecha de uma nova ditadura: a ditadura da Bolsa de Valores, da monetarização e só, e isso é muito pior, porque monetarizar não é fazer equivalência. É isso que gostaria de pedir e reforçar, para que os senhores não se furtem à responsabilidade de aprofundar o debate e de nos responder essas questões.

O coordenador - Obrigado, Patrícia. Agora, o Sr. Aílton Ferreira da Silva, do Norte de Minas, também atingido.



Palavras do Sr. Ailton Ferreira da Silva

Boa noite a todos. Meu nome é Ailton, sou presidente da Associação do Peixe Bravo, no Norte de Minas. Gostaria só de aprofundar o termo que foi deferido para nossos companheiros. Lá no Norte de Minas, na região onde moro, na nossa escola, está faltando água para a merenda de nossas crianças. É uma região onde as nascentes das nossas águas foram tão procuradas que senti muita falta de água e houve um desmatamento enorme. Hoje declararam que 50% do Norte de Minas é composto de eucalipto, e não de chapada. Na nossa região, é muito difícil nossa sobrevivência, onde muitos aposentados vivem com um salário de R\$678,00.

Vemos em todos os jornais que muitas pessoas ganham milhões e bilhões de reais. Onde existem esses tais direitos humanos hoje? Se existissem direitos humanos, não existiria uma desigualdade tão grande como esta: um ser humano que trabalhou tanto na roça sobreviver hoje com um salário de R\$678,00 e ainda ter de saber que precisa largar seu território para minerações. Se acaso precisarmos sair lá do Norte de Minas, da região de Peixe Bravo, onde moro, queremos que haja médicos de qualidade, porque, se houver mineração, onde a pesquisa é tão grande lá no Norte de Minas, nossos hospitais não terão condições de atender a gente. O maior hospital que nos atende fica em Montes Claros. Na Santa Casa de Montes Claros, vemos direto nos jornais quanta gente está morrendo por falta de leitos. Se houver mineração, os hospitais de lá não terão condições de atender a gente.

Queria deixar uma pergunta a todos os deputados. A pesquisa foi feita na nossa região de Peixe Bravo, no Município de Rio Pardo de Minas, e foi muito grande. No caso da pesquisa que foi feita, às 5 horas já estávamos saindo de casa, viajando, e estamos aqui até agora. Vocês precisam nos passar um relatório de quantas pessoas serão atingidas pelo minério naquela região. Estou numa comunidade onde há 2 mil pessoas, entre crianças e adolescentes. E o número do Norte de Minas? Chegamos aqui na audiência, mas não sabemos quantas mil pessoas serão atingidas pelo minério naquela região. Há coisas em que saímos daqui sem ter concluído o debate. Temos de saber se serão 20 mil, 30 mil, 40 mil ou 50 mil pessoas atingidas no Norte de Minas, para podermos chegar lá e deixar os companheiros com alma nova, pois o pessoal do Norte de Minas está muito preocupado com o nosso território. Conseguimos sobreviver lá até com R\$678,00, mas não queremos abrir mão daquele território para mineradora, pois não sobrevivemos de dinheiro que não chega até nós.

O coordenador - Obrigado, Sr. Ailton. Agora, vou convidar a Fátima Carvalho, da União Nacional dos Estudantes. Após sua fala, faremos mais um bloco da Mesa entre o Carlos Nogueira, que representa o Ministério de Minas e Energia, e o Celso Garcia, do DNPM.

Palavras da Sra. Fátima Carvalho

Boa tarde. Meu nome é Fátima e sou vice-presidente da UNE no Estado de Minas Gerais. Minha fala vem muito no sentido de reforçar algumas denúncias que foram feitas nesta tarde, nesta audiência. Foram ouvidas denúncias de pessoas que foram agredidas diretamente por morar em áreas de extração de minério e de recursos minerais, como a água, que está sofrendo com a extração desse minério.

Sou aluna do curso de geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU -, em processo de transferência para a UFMG, e nasci em Jaíba, no Norte de Minas, portanto tenho muita propriedade para falar a respeito de vários aspectos abordados aqui. Quero falar da irresponsabilidade na extração desses minérios. Antes, degradavam a Amazônia com a mesma irresponsabilidade com que hoje retiram os minérios de Minas e de vários outros estados. Venho alertar, não para deixar de extrair, mas para a forma errada como os minérios são extraídos daqui e dos demais estados da Federação. Pior ainda é aceitar o sucateamento da educação do Brasil e do nosso estado, com tanto recurso sendo jogado pelo ralo. Pessoas morrendo, o meio ambiente sofrendo impacto e sendo agredido diariamente, tanto recurso sendo retirado do nosso estado, e a nossa educação sendo precarizada.

Então, nossa denúncia é para dizer que os minérios de Minas devem ser retirados do nosso estado com muita responsabilidade, coisa que não ocorre, e que os recursos advindos desse minério sejam empregados diretamente em benefício da nossa população. Caso contrário, de nada vale todo o esforço feito diariamente para que o marco regulatório seja aprovado. Ele deve ser aprovado em benefício do povo mineiro. Não adianta fazer diversas audiências se o povo não tiver interferência direta. A transmissão ao vivo foi cortada nas falas mais importantes. Não quero desvalorizar nenhum presente, mas todos devem ser ouvidos por toda a população mineira. Devemos garantir que a transmissão seja feita com todas as falas deste Plenário. Quero pedir mais respeito a todos os presentes, porque, apesar de estarmos aqui e sermos atendidos, queremos que nossa voz alcance toda a população de Minas Gerais. Por isso vimos colocar a entidade estadual dos estudantes e a UNE posicionadas referentemente a essa luta pelo marco regulatório do minério, “engrossando o caldo” com muitas vozes que foram ouvidas e tantas que virão neste Plenário. Viva a UNE! Viva a UEE! Viva a luta do povo mineiro!

O coordenador - Obrigado, Fátima Carvalho. Com a palavra, o Sr. Carlos Nogueira Costa Júnior, representante do Ministério de Minas e Energia. Obrigado, Carlão, leve um abraço a todo o ministério em agradecimento por sua presença e de todo o ministério na nossa cidade.

Palavras do Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior

Boa noite. Gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite da comissão especial que está analisando esse projeto de lei de modificação, seja nas formas de acesso, seja na questão da compensação financeira pela exploração mineral, seja pela criação de uma agência reguladora do setor. Eu havia preparado uma apresentação, mas, em virtude da quantidade de pessoas interessadas no tema, o meu foco será no que escutei aqui.

Primeiramente, quero agradecer ao presidente Gabriel Guimarães e ao relator Leonardo Quintão as conversas com o ministério. A função do Executivo era enviar o marco regulatório ao Congresso Nacional, que, a seu modo e a seu tempo, faria as discussões pertinentes a um debate tão intenso e importante do setor.

Essas audiências propostas pela comissão têm mostrado a nós, do Ministério de Minas e Energia, como se encontra o setor, tirando os eixos Minas Gerais e Pará, que são os dois carros-fortes, os 75% de representação do PIB mineral brasileiro. Por meio da discussão em outros estados, que não têm a mesma pujança, o mesmo arcabouço institucional e de debates que vocês, temos levado a essas



comunidades o que de fato é a mineração no Brasil e qual a sua importância. Alguns mais exaltados colocaram suas posições muito localizadas. Todavia, outros representantes de associações e de sindicatos foram bem positivos ao ressaltar a importância da mineração, da participação da sociedade no contexto da discussão do marco mineral.

Escutei a fala do deputado Rogério Correia, quando ele citou a preocupação no contexto social. Acreditamos, respeitando as outras legislações vigentes, que o marco que se propõe traz avanços para o segmento. Um dos setores mais ouvidos - usei a palavra "ouvidos" porque normalmente tem-se colocado como oitavas as conversas que o ministério faz - foram os municípios afetados pela atividade mineral.

Ainda bem que estou aqui na Mesa com o presidente da Amib e o da Amig. Também ouvimos o presidente da Amep, entidade que representa os municípios mineradores do Estado do Pará. Foram várias e várias reuniões com esse segmento, exatamente para entender que não estamos falando da atividade da mineração simplesmente traduzida na palavra "Cfem". Atrelada à Cfem, viriam todas as questões inerentes - sociais, ambientais, de crescimento populacional e de infraestrutura -, como bem relataram aqui diversos segmentos e os prefeitos que me antecederam.

Gostaria de dizer que à época entendíamos a Cfem, como proposta em seu início, como um recurso criado em razão de a atividade mineral ser finita e, na maioria das vezes, se exaurir em torno de 20, 30, 40 anos, com raras exceções. Os municípios afetados pela mineração eram muito impactados quando do fechamento da atividade em razão do desenvolvimento acelerado que ela trazia. Por isso estão lá 65% destinados aos municípios, 23% aos estados onde a atividade está fortemente inserida e somente 12% para a União.

Repito, ouvi a fala do deputado Rogério Correia. Nos estados mineradores foram criadas outras instâncias em razão da fiscalização da atividade minerária. Todavia não vimos nos municípios o mesmo rebatimento da utilização do recurso oriundo da atividade mineral para promover o desenvolvimento, que entendíamos ser a lógica da distribuição da Cfem.

No novo marco regulatório, estamos destinando 60% - está carimbado - para a agência que exercerá essa atividade. Da cota-parte de 12% destinada à União, 60% irão para a Agência Nacional de Mineração e 40% contemplarão o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, como bem defendeu aqui o deputado Leonardo Quintão. Precisamos fazer com que o Brasil produza não só *commodities* e bens minerais, mas também agregação de valor, que gere emprego e renda descente para a população deste país.

Essa foi a nossa preocupação, e ela tem sido externada nas nossas discussões sobre o marco regulatório. Hoje temos dezenas de representações, e é claro que não dá para escutar individualmente todas elas em Brasília. Porém, as suas federações, as suas associações, de uma maneira ou de outra, foram ouvidas.

O Luiz Paulo, que foi o primeiro a falar, esteve conosco. Tivemos várias reuniões na Secretaria-Geral da Presidência da República, local em que o tema dos movimentos sociais é tratado. Discutimos sobre como melhorar e fazer interagir a questão social e a questão do desenvolvimento atreladas ao marco regulatório da mineração.

Acreditamos que a legislação ambiental brasileira é muito sólida, muito rígida, considerada uma das mais perfeitas do mundo, do ponto de vista ambiental. Se os órgãos ambientais estão simplesmente carimbando papel, essa é uma questão a ser discutida, como está sendo discutida a questão da inserção da atividade no território. Temos de fazer com que isso seja um modelo regulatório, para que, de fato, a atividade mineral brasileira traga sustentabilidade e seja um fator de contribuição para o enriquecimento de um país que é muito rico, sim, em recursos minerais. Minha fala é para mostrar o desprendimento do Ministério de Minas e Energia ao participar e colocar a cara nas audiências e para dizer que estamos atentos, sim.

Estamos refletindo sobre o que foi enviado ao Congresso Nacional. Em questões que poderão trazer melhorias para a matéria, queremos contribuir com o relator e com o presidente desta comissão, para que sejam aperfeiçoados os detalhes, considerados por nós importantíssimos para a sustentabilidade da mineração no Brasil.

Gostaria de fazer uma ressalva: escutei, com muita propriedade, a senhora que falou sobre a questão das águas. O fato de separar os bens minerais, inclusive a água mineral, dos metálicos não foi citado simplesmente porque achamos que água mineral não é importante. Existe, sim, um Código de Águas Minerais vigente no Brasil.

Existe uma Comissão Nacional de Crenologia, que certifica as áreas. Se ela não responder, aí, sim, vocês deverão cobrar resoluções, deverão exigir que ela cumpra seu papel, porque esse é o único bem consumido diretamente da fonte pelo ser humano. Sabemos da responsabilidade dessa comissão. Não tenho dúvidas quanto a isso. Mas, só para explicar, a separação se deu porque entendemos que há bens minerais essencialmente focados no mercado interno. Eles atingem diretamente o consumidor que está muito próximo. Muitas vezes, o preço do frete é maior que o próprio bem. No caso da água mineral, às vezes, o preço da embalagem é superior ao preço da água.

A ideia de fazer a separação em dois segmentos foi para entender a lógica daqueles setores, e o braço do Estado tem de estar mais próximo, para que as legislações, as concessões e os direitos sejam discutidos amiúde.

Outros bens minerais de escalas industriais, especialmente o minério de ferro de Minas Gerais, têm uma conotação sobre a qual todos já falaram. São questões de *commodities*, de mercados internacionais e de logística, que merecem um outro olhar do Estado. Não fizemos isso para colocá-los num patamar diferente um do outro. Temos conversado com os segmentos para esclarecer esse assunto, que as pessoas parecem não ter entendido muito bem, que é a lógica da separação.

Podem ocorrer outros fatos, como os corretivos de solo. Entendemos que os corretivos de solo são essenciais, são importantíssimos para a agricultura familiar, para que esse segmento econômico continue sendo fundamental para a economia dos municípios e distritos onde essa atividade está inserida.

Fiz esse esclarecimento para falar da necessidade de discutirmos esse arcabouço legal. A discussão do marco que a Presidenta Dilma enviou ao Congresso Nacional é inerente a uma discussão que já vem ocorrendo há muitos anos. Trata-se de uma atividade que está regulada por um código de 1967. Somente por isso, já mereceria estudos e discussões maiores e amplas, já que temos um conceito de sociedade completamente diferente do que tínhamos 50 anos atrás.

Acredito que este debate, promovido pela comissão especial que está analisando o código mineral, tem levado a discussão à sociedade. Vocês estão aqui hoje e se mobilizaram em suas comunidades. Seus representantes estiveram presentes. Aqui temos outros



segmentos de pequena mineração, de pesquisa mineral, que se mobilizaram e estão discutindo e apresentando suas premissas e seus descontentamentos, para que o Congresso, soberano, possa melhorar esse código. Algumas questões não foram expostas, porque entendemos que podem estar em legislações específicas e próprias que não a lei. Elas podem estar em regulamentos, e faremos melhor assim. Dependendo do que colocarmos no marco, poderemos entrar em rota de colisão com outras leis já existentes. Se não for bem escrito e articulado, pode gerar muito mais judicialização do que resultados satisfatórios.

Quer dizer, existem críticas, sugestões, mas a minha presença aqui é para mostrar, por parte do governo, a vontade do governo federal de escutar o setor, contribuindo para a melhoria desse novo marco. Muito obrigado.

O coordenador - Obrigado, Carlos Nogueira, nosso querido Carlão, pela participação nesta e em todas as outras audiências. Sei que você tem de retornar a Brasília, mas ficará bem representado pelo Celso Garcia, do DNPM.

O Sr. Carlos Nogueira da Costa Júnior - Quero apenas dizer, pois vi o companheiro Cabral, que na quarta-feira, na Câmara, em Brasília, haverá uma audiência voltada especificamente para os trabalhadores. A CUT vai estar lá.

O coordenador - Obrigado, Carlão. Com a palavra, Celso Garcia, nosso amigo e superintendente do DNPM em Minas.

Palavras do Sr. Celso Garcia

Boa noite, deputado Gabriel Guimarães, presidente da comissão especial; deputado Leonardo Quintão, relator; demais membros da Mesa; senhoras e senhores.

Ressalto que, ao representar o Departamento Nacional de Produção Mineral aqui, presenciei este movimento totalmente democrático, vindo dos mais diversos segmentos - de pessoas humildes, de pessoas esclarecidas - todas voltados para um mesmo objetivo, que é a questão social. Aprendi com um deputado desta Casa que toda lei tem de ter um cunho social, sem o qual a lei não vai funcionar. Pensando nisso, estamos debatendo exatamente esses interesses gerais de Minas a partir da discussão do marco regulatório. Muitas vezes, as falas não estão diretamente ligadas à questão principal do marco, que está para ser votado, e sim a outros setores do País que têm competência para atuarem em outras áreas.

A mineração também tem caráter social. São atingidos aqueles que trabalham, moram próximo às barragens. Vocês devem culpar Pedro Álvares Cabral por essa polêmica na mineração. Ouro Preto foi sede do governo exatamente por causa do ouro, levado pela Coroa Portuguesa, com fiscalização ativa dos alferes. Eu represento a fiscalização no Estado. Mas ela é eficaz, chega à sociedade da forma que deveria? Não, porque não existem recursos para isso, nem carros, gasolina. O DNPM está sendo extinto exatamente por ineficácia. Está sendo criada a Agência Nacional de Mineração, exatamente para substituir o departamento, o que não significa apenas trocar a placa com o nome do DNPM por ANM. É preciso que haja estrutura necessária para trabalhar, para fiscalizar. Com uma fiscalização eficaz, muitos problemas podem ser diminuídos. Sem fiscalização, a situação continuará como na época de Pedro Álvares Cabral.

Quero que vocês entendam que esse novo modelo que está sendo realmente discutido pela comissão em todo o País visa à modernidade. O nosso código é da época da ditadura. Estamos fazendo inovação agora. Este é o momento para que todos gritem. Ninguém é contra isso, ao contrário, somos a favor. Isso é democrático. Estou citando apenas as dificuldades que o órgão federal tem para executar suas atividades. A nova agência tem de surgir de forma diferente. Senão, tudo continuará da mesma maneira, não haverá fiscalização, as mineradoras trabalharão clandestinamente, cada uma cavará o seu buraco e sairá de fininho. Não é isso que queremos. A nossa fiscalização gera receita. Todos têm de pagar impostos. As prefeituras têm de cuidar da questão social, recebendo a Cfm que o governo libera. Cobrem de seus prefeitos, votem com maior segurança, aprendam a exercer o seu direito.

Não basta vir aqui, gritar e ir embora. Continuem fazendo o seu trabalho. O recado está no voto. Vocês precisam aprender. Não sou político, sou burocrata e exijo respeito. Vamos fiscalizar, vamos receber recursos. O presidente e o relator da comissão estão aqui. São eles que têm condições para fazer com que a agência seja eficaz. Vocês são pagadores de impostos, portanto façam cobranças.

Agradeço a oportunidade. Tenho certeza de que esse marco trará avanços em várias áreas, incluindo a social e a ambiental. Muito obrigado.

O coordenador - Agradecemos muito a presença do DNPM. É nosso objetivo fortalecer o órgão que regula o setor. Muito obrigado a você, Celso, e a todos que vieram acompanhá-lo neste importante dia. Com a palavra, o deputado Pompílio Canavez, nosso querido amigo. Depois, abriremos mais um espaço para ouvir vocês.

Palavras do Deputado Pompílio Canavez

Boa tarde, deputados Gabriel, Padre João e Leonardo e público presente. Falarei sobre a água. Aqui na Assembleia criamos a Comissão Extraordinária das Águas, onde temos procurado ouvir o Estado inteiro. Fizemos recentemente uma audiência pública sobre os minerodutos, ouvimos todos os trabalhadores, todas as comunidades que estão realmente, como já disse aqui o deputado Rogério Correia, num verdadeiro desespero com o que pode acontecer. A comissão esteve recentemente em São Lourenço, onde tratamos da água mineral. Agora há pouco, o Carlos, do ministério, fez algumas considerações.

Quero defender aqui o que a Alzira defendeu há pouco: que a água mineral deixe de ser considerada como minério e seja considerada como um recurso hídrico difuso e que, portanto, precisa de outorga para ser explorada. Hoje a água mineral é considerada como minério e pode, como o minério, ser explorada até sua completa exaustão. Queremos sugerir à comissão do marco regulatório que a água mineral seja considerada como um recurso hídrico, até porque, assim, ela será considerada como água subterrânea do Estado e não mais do ministério, do DNPM. Essa é uma luta que vem sendo travada há muitos anos, especialmente pelos moradores, pelos usuários da água da região do Circuito das Águas, aqui em Minas Gerais.

Estou aqui também, coordenador Gabriel Guimarães, falando em nome do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas. Fui presidente do Comitê da Bacia do Rio Grande, sou conselheiro desse comitê e aqui na Assembleia tenho pautado a minha luta muito especialmente em defesa das águas do nosso estado. É uma riqueza, um recurso estratégico que pertence a todos e não pode ser explorado da maneira como vem sendo explorado.

Queria aqui, em nome do Movimento do Circuito das Águas, pedir que o debate sobre essa questão seja ouvido, especialmente os militantes do Circuito das Águas e também os comitês de bacias.

Trago aqui, Gabriel Guimarães, um pedido do Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas para uma reunião com a comissão, a fim de apresentarmos essas e outras contribuições, como, por exemplo, a questão do mineroduto, que já foi tratado pela Assembleia. Era isso, coordenador. Obrigado pela oportunidade.

O coordenador - Muito obrigado, deputado Pompílio Canavez. Seguindo a nossa audiência, vamos fazer mais um bloco de consulta ao nosso Plenário. Chamamos para compor a Mesa os próximos palestrantes, expositores do próximo bloco. Convido o Dr. André Mendes, da Abradt; o Elmer Prata, da ABPM; e o Luís Márcio, que representa a Fiemg, o Sindiestra e também o Ibram.

O deputado Rogério Correia nos sugeriu aqui que, enquanto os expositores apresentam, seja projetado um *slide* com algumas fotos do Município de Catas Altas. Não será interrompida a audiência, apenas haverá, durante as falas, a apresentação dessas fotos.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente - Convidamos a compor a Mesa os Exmos. Srs. André Mendes Moreira, diretor da Associação Brasileira de Direito Tributário - ABRADT; Elmer Prata Salomão, representante da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral - ABPM; e Luís Márcio Vianna, representando a Federação das Indústrias de Minas Gerais - Fiemg.

Palavras da Sra. Helena Flávia Marinho de Lima

Boa noite a todos. Sou educadora e venho da Serra de Três Pontas, cidade em que os deputados Virgílio Guimarães e Gabriel começaram. Temos lá o Milton Nascimento e o santo Padre Vítor.

O coordenador - Estive lá na semana passada.

A Sra. Helena Flávia Marinho de Lima - Hoje, saindo da Serra de Três Pontas, venho cair na Serra do Gandarela, lutando pelas águas da serra. Ao lutar pelas águas da Serra do Gandarela, que abastecem as Bacias do Rio das Velhas e do Rio Doce, deparamo-nos com o enfrentamento da mineração. Então, este momento do nosso código de mineração é muito importante, temos de nos lembrar dos pilares do nosso desenvolvimento no mundo. Por muita luta e muito sacrifício de todo o planeta, através dos movimentos sociais, encontramos a palavra “sustentabilidade”, usada de forma completamente equivocada pelos setores da economia, que têm somente em seus olhares as palavras “cifrão”, “lucro”. Trabalho com a educação, com a formação integral do ser humano. Para trabalhar com a educação, temos de pensar nas múltiplas inteligências e, para as múltiplas inteligências, temos de ter múltiplos olhares.

Nesta minha presença aqui, quero, primeiro, homenagear os freis franciscanos presentes. Parece que já foram embora, estiveram aqui o tempo todo. Eles têm abraçado a causa das águas. São Francisco é referência para pensarmos em meio ambiente, desenvolvimento, justiça social. São Francisco é considerado o patrono do meio ambiente porque conseguiu ter uma visão além do cifrão. Ele chama todos os componentes do reino da natureza de irmãos. A água é a irmã casta e humilde. Sem água, não vivemos; não importa se é mineral, toda água é terapêutica, é essência da vida. Temos, dentro do Movimento Gandarela, todo um acervo documental e científico de comprovação de que a atividade minerária atua diretamente no esvaziamento das nossas nascentes, no secamento das nossas águas.

Uma coisa muito importante que aprendi nos quatro anos de ativista do Movimento Gandarela é que há uma diferença enorme entre perdas e danos. Se temos leis ambientais maravilhosas e rígidas, há uma diferença enorme entre prática e teoria. Nossas políticas estão modificando essas leis maravilhosas que tínhamos como exemplo para o mundo. Vejam o código florestal e tudo o que está vindo por aí. Agora, estamos de olho no novo marco regulatório da mineração. Pensando nessas águas, lutando por elas, caindo na Serra do Gandarela, pertinho de Belo Horizonte, temos oito municípios. A Serra do Gandarela faz parte da Cordilheira do Espinhaço e tem uma riqueza enorme. Para lutar por essas águas, lutamos pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Esse parque está prestes a ser aprovado, mas existem muitas coisas acontecendo nesse caminho, que é a luta com a mineração. A empresa Vale, dentro das Minas Gerais, na Serra do Gandarela, já quer implantar a Mina Apolo, que pertence à alma do Gandarela, com mais de mil nascentes de água pura.

Mas, como educadora, trazendo agora o olhar franciscano, que tem a ver com a concepção indígena de mundo onde todos os seres são vivos e as entidades falam através de sua pedra, de sua areia, de sua árvore, de seu céu, de sua brisa, através de tudo isso, o índio responde. Vendemos o quê? Queremos vender o quê?

Mesmo os estudantes... Que maravilha, educação é a coisa mais importante, precisamos das políticas públicas. A questão não é só tirar o mineral e o dinheiro vir para Minas Gerais. O que significa tirar o mineral? Venho falar aqui em nome da natureza. Primeiro, quero falar das montanhas. Como venho das montanhas de Três Pontas, agora da montanha da Serra do Gandarela, o que significa tirar as montanhas? A mineração come a montanha. Se não fossem as montanhas, as nuvens que chegam aqui com sua umidade, não parariam cercadas pelas montanhas, onde caem as chuvas, que penetram no solo e vão para os nossos lençóis freáticos e precisam das árvores. Já temos cientificamente comprovado que nenhuma árvore pode ser retirada da Floresta Amazônica.

O que o governo e as políticas têm feito para preservar as nossas florestas, que são todo o Brasil e todo o planeta? A mata atlântica e o cerrado são riquezas sem fim de plantas medicinais, tudo é vida e é água. Trabalhar com a mineração significa esgotar várias coisas. A vida é uma cadeia. Então não é somente o preço, eu tiro tanto, mas o dinheiro vem para Minas; eu tiro tanto, e esse dinheiro vai para a educação. O que estou tirando? A Serra do Gandarela é a última parte do quadrilátero ferrífero onde existe mata atlântica original, cerrado e mais de mil fontes - oficialmente registradas - de água classe especial e classe A, que quase não precisam de tratamento, são águas puras. Ainda existem águas puras por causa do contexto holístico daquilo. Para ter água pura é preciso haver minério de ferro, ouro, aquelas plantinhas e animais; ou seja, toda aquela rede de vida nos proporciona água pura. Quando tiramos as montanhas, estamos interferindo não apenas no sistema hídrico do planeta, da região, na geologia, na geografia, mas também estamos interferindo nos mananciais, no nascimento das fontes e na preservação das águas puras.



Então a Serra da Gandarela é aquele ponto onde não existe conciliação. É impossível haver mineração no Parque Nacional da Serra da Gandarela, porque ele vem justamente para mandar para fora a mineração, porque precisamos daquele ouro, daquele ferro, a fim de que as águas sejam puras. Então o Movimento Gandarela tem tudo isso documentado, está aberto às universidades-escolas, enfim, a todo o mundo, deputado Gabriel, para fornecer informações sobre esse acervo. Temos um documento com mais de 300 páginas sobre a economia sustentável na região sem a mineração. Muito obrigada.

O coordenador - Muito obrigado, Helena Flávia, mande um abraço a todos os nossos amigos de Três Pontas, uma querida cidade. Com a palavra, o João Ferreira Nunes, nosso amigo de Grão-Mogol.

Palavras do Sr. João Ferreira Nunes

Boa tarde a todos. O meu recado vai ser bem pouquinho. Lá em casa, existe um sistema assim: quando chega uma firma de fora, quem faz as propostas é o prefeito, o sindicato. Então o dinheiro que deve ser para uma pessoa igual a mim, produtor rural, vai para a prefeitura. O prefeito pega aquele dinheiro, faz uns tratos por lá, assina papéis. A firma chega dizendo que é dona. O prefeito, o sindicato rural e o governo de Minas Gerais não são donos das terras do mundo todo. Nós pagamos impostos também. Então por que somente eles são donos e nós não podemos ter direitos?

Outra coisa é que, se vamos fazer um rocinha, não podemos fazer nada, não podemos queimar, não podemos fazer isso, não podemos fazer aquilo. Mas como eles podem chegar, colocar as máquinas, quebrar pequiizeiros, pés de mangaba, quebrar tudo que é fruteira, desmantelar tudo? E nós, que somos raízes nativas daquela terra, não podemos fazer nada, enquanto os de fora chegam e ganham esse direito? Como é que fica uma situação dessa? Eu quero ver - tem uma plantação de eucalipto ao redor da minha casa - se um dia eles cortarem uma tora do eucalipto e, dentro dela, estiver cheio de feijão e arroz e trouxerem isso para cidade, quero ver se vão conseguir trazer um litro de minério para cá, colocar na panela e dar de comer aos filhos. Um velho que nem eu, com 75 anos, ainda planta mandioca, milho, feijão, batateira, eu planto de tudo. Quando venho para a capital grande, ainda mato a fome dos meus vizinhos, mato a fome dos passarinhos, mas, com essa carniça dos eucaliptos, ando um dia inteiro e não acho uma fruta para comer. Ninguém come minério. Quero ver alguém colocar uma medida de minério para cozinhar e os filhos ou os netos comerem aquilo.

Vou falar francamente, eu sou uma raiz velha, herança do meu bisavô. Quase todos da minha comunidade, Vale das Cancelas, somos raízes velhas de bisavô e provamos isso. Temos pés de manga que acredito que tenham 300 anos. No rio, no rancho e na mineradora no nosso município não há um pé de planta de fruta, não há. O meu terreno, se quiserem comprar, será pelo preço que eu quiser vender. Não tentem me tapear com uma indenizaçãozinha, com uma mixaria, que não vou aceitar. Se valer R\$3.000.000,00, será R\$3.000.000,00. Do contrário, não pise para o lado deles, que não estão respeitando ninguém. Eu respeito o direito de todos, graças a Deus. Está dado o meu recado. Muito obrigado.

O coordenador - Companheiro João Ferreira Nunes, obrigado. A Assembleia Legislativa tem uma outra reunião especial hoje às 20 horas. Temos de encerrar esta audiência no máximo às 19h30min. Peço se atenham aos 2 minutos, para que possamos ouvir todos os inscritos. Convido Flávia Lima Barroso, do Movimento dos Atingidos pelo Projeto Minas-Rio, que disporá de 2 minutos.

Palavras da Sra. Flávia Lima Barroso

Boa noite a todos. Sou pequena proprietária rural em Conceição do Mato Dentro. Gostaria de fazer algumas observações. A primeira é que não existiu paridade entre apresentação das pessoas que defendem os interesses das mineradoras e das que defendem os direitos do povo.

O coordenador - Flávia, não posso deixar de fazer justiça não a mim, mas à comissão. Tivemos espaço para apresentação de qualquer expositor que quisesse se manifestar. Anteriormente o *site* foi aberto para isso, além de parlamentares que sugeriram vários nomes. Tivemos espaços preestabelecidos. Todos os expositores que se inscreveram anteriormente abriram espaço para que os movimentos sociais se apresentassem antes. Tínhamos 10 minutos garantidos a eles, que abriram mão desse tempo. Fizemos questão de inverter a ordem para ouvir os novos inscritos. Peço apenas para nos atermos à proposta. Queremos ouvir os movimentos, não somente um, mas todos. Vamos focar nas propostas importantes dos movimentos. Fizemos questão de inverter a dinâmica. É a primeira vez, em todos os estados, que invertemos a dinâmica aprovada na comissão. Peço que seja reconhecido, não o papel do presidente Gabriel Guimarães, mas o da comissão. Façamos justiça, pois o espaço para os movimentos sociais é importante e garantido na nossa comissão. Obrigada a todos os amigos de Grão Mogol.

A Sra. Flávia Lima Barroso - Em segundo lugar, o senhor disse que esta reunião foi a que mais teve pessoas inscritas, representantes da sociedade civil. Gostaria que o senhor avaliasse a quantidade de pessoas atingidas no Estado de Minas Gerais.

O terceiro ponto: quero concordar com o vice-governador do Pará que esteve aqui. Ele disse que a forma mais fácil de não dar o direito é não regulamentando os direitos das pessoas. Que o marco regulatório observe as pessoas e os seus direitos. Existe o direito à Cfem e à monetarização. Mas onde estão as questões socioambientais, sociais, principalmente, e de direitos humanos? Os atingidos pelos empreendimentos minerários são explorados. Como o próprio nome diz, é uma exploração mineral. A exploração mineral gera explorados. E onde os explorados estão neste novo marco regulatório? Onde eles estão? Eles não estão sendo contemplados. Esses explorados são os atingidos, são os superficiários, são usuários insignificantes da água.

Essas são as classificações que têm os atingidos dos empreendimentos minerários. Essas pessoas não estão sendo contempladas nesse novo marco regulatório. Como ele se encontra, não pode passar. Espero que isso que a presidente Dilma fez de retirar o caráter de urgência não seja apenas uma cortina e que vocês continuem com essa correria. Tenho acompanhado. A maioria é parlamentar do Estado de Minas, ou pelo menos um grande número é representante de Minas. Minas é um estado minerário. Vocês têm de lutar pelo povo. Por quem vocês foram eleitos? Pela empresas? Vocês foram eleitos pelo povo. Alguns foram financiados pelas empresas, mas não confundam isso. As próximas eleições estão aí, e as empresas não votam.

O coordenador - Sra. Flávia Lima Barroso, muito obrigado pela participação. Convidamos agora o Sr. Wilson Starling Júnior - o Juninho, de João Monlevade -, que disporá de 2 minutos.



Palavras do Sr. Wilson Starling Júnior

Na pessoa de Gabriel Guimarães, quero cumprimentar todos os membros da Mesa e, na oportunidade, o Sr. José Maria, nosso amigo e digno representante da classe trabalhadora deste Estado e do Sindicato da Indústria Extrativa; todos vocês e o moço de Grão-Mogol.

Estive conversando com outra pessoa que era de Porteirinha. Até reconheço - e quero deixar isso bem claro - a luta de vocês, que saíram de sua residência para estarem aqui discutindo o marco regulatório da mineração.

Na pessoa de Teca, quero reconhecer o exercício da cidadania. Às vezes, o modo como vejo a indústria mineral não é o mesmo que outros veem. Nem por isso poderia deixar de estar aqui hoje. Dizem que "rei posto é rei morto". Então, estou aqui na condição de ex. Fui presidente da Câmara Municipal de João Monlevade por cinco mandatos como vereador e secretário de Desenvolvimento Econômico de São Gonçalo do Rio Abaixo, onde implantamos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Ilustre deputado e comissão, trouxe aqui o exemplo de São Gonçalo. Há 10 anos, em 2003, essa cidade tinha uma arrecadação de R\$2.800.000,00 ao ano. Este ano a previsão orçamentária é de R\$224.000.000,00, salto esse que foi dado com recursos dos impostos da mineração. Com o novo marco regulatório e a nova alíquota que está sendo discutida para a Cfem, será possível proporcionar muito mais.

Hoje, São Gonçalo tem na fonte de receita da Cfem a garantia... Certo. Então o que acontece? São Gonçalo hoje, com recurso da Cfem, tem criado um fundo de desenvolvimento econômico de São Gonçalo do Rio Abaixo - fundo esse que proporcionará, nos próximos 12 meses, a instalação de 12 a 15 empresas com geração de mais de 500 empregos. Ainda há o Fundo de Desenvolvimento do Meio Ambiente, que todo proprietário rural que preserva a sua nascente recebe. Então, esse é o exemplo que queria trazer aqui.

É preciso dizer mais, ao encerrar. Certamente temos de sair dessa situação de projeto de lei, que é resquício da ditadura militar. Precisamos, sim, estudar e ter o marco regulatório novo e contemporâneo para todo o nosso país. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, Juninho. Convido agora o Sr. Celso Afonso de Moraes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara e Catas Altas, que disporá de 2 minutos.

Palavras do Sr. Celso Afonso de Moraes

Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras presentes. Neste momento, gostaria de usar a palavra para falar do respeito das mineradoras e de qualquer empreendimento que venha a se instalar.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma pergunta: será que todos os presentes já pararam para pensar que tudo que está ao nosso redor saiu de dentro da terra? Madeira, ferro, minério, tudo, vegetal e mineral, saíram de dentro da terra. Temos de ter responsabilidade. A mineração rasga a mãe terra para tirar o minério. Tem de haver responsabilidade com o que está em seu entorno. Gostaria que a companheirada de Santa Bárbara e Catas Altas que está aqui se levantasse - está passando ali no vídeo -, que está sofrendo com as explosões da mineração na beira do Distrito de Morro de Água Quente, onde há água quente - havia. As pessoas podiam ir lá tomar banho na água quente, que é coisa rara. Mas já não podem, porque tudo foi assoreado pela empresa.

No Distrito de Brumal, a tubulação da água sai da Serra da Gandarela e vai para a Samarco, no Município de Mariana; passa dentro do distrito, no meio das casas. Em Espera Feliz, já estourou uma tubulação da Samarco, dessa mineradora, que sai de Mariana. Se isso explodir no distrito, nas casas, como passa em Catas Altas, em Morro de Água Quente, vamos ver o que vai acontecer, quantas vidas vão rolar.

Quero chamar a atenção para a responsabilidade das empresas. Na hora de fazer as suas instalações, deviam pelo menos preservar as moradias das pessoas. Então gostaria de deixar esse recado para essa companheirada que está aí. Estamos vendo a cada dia o que está acontecendo, como ocorreu no Rio de Janeiro - o estouro de uma adutora. É a responsabilidade de cada mineradora. Não é apenas a questão do dinheiro que corre, mas também a responsabilidade e o respeito para com todos. Muito obrigado.

O coordenador - Muito obrigado, Celso. Convido agora o Sr. Reinaldo Barberine, da Comissão Pastoral da Terra, que será representado pela Sra. Terezinha, de Guaranésia.

Palavras da Sra. Terezinha

Boa tarde, companheiros e companheiras. Não podemos deixar de falar que essa Mesa não foi de forma alguma democrática. Por mais que fale... Ela foi pensada, à tarde, apenas para a questão dos deputados; não pensaram nas entidades representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras. De forma alguma ela foi democrática. Aí foi se ajeitando ao longo do tempo. Não podemos engolir isso. A Mesa foi ajeitada ao longo da audiência, sim. Agora os deputados falaram, falaram, a comissão falou e os nossos trabalhadores e trabalhadoras já estão se ajeitando para ir para casa. Não se ajeitando para dizer que deram oportunidade ao povo trabalhador de falar. Não foi assim, e não podemos aceitar isso.

Quero falar uma coisa ao rapaz da Amib, que disse que tem de compatibilizar a mineração com as nossas atividades, com o nosso dia a dia. Acho que ele se esqueceu que vivemos no Brasil em sistema capitalista.

Ele disse que temos de pensar um novo código minerário em que não haja explorados nem exploradores. No sistema capitalista isso é possível? Qual milagre será feito para que isso ocorra? Quero que mostrem qual milagre será feito dentro de um sistema capitalista para que não haja explorados nem exploradores, uma vez que a própria audiência não dá oportunidade aos atingidos de participar e expor seus problemas.

O representante de Mariana disse que, se parar a mineração em Mariana, a cidade fechará as portas. Sabem por que fechará as portas? Porque no Brasil, inclusive Minas Gerais, a agricultura familiar nunca foi prioridade. Ela, sim, é sustentável, mas nunca foi prioridade, principalmente em Minas Gerais. Por isso é que Mariana vai fechar. Deputados e comissão, não sendo a mineração sustentável, se ela parar, a cidade vai fechar. O que está sendo pensado no novo código minerário para o Brasil inteiro, uma vez que a própria Mariana já é exemplo de que a mineração não é sustentável? Ela, por si só, não dá conta de responder às demandas de todos os trabalhadores nas diversas categorias.



Fiquei muito feliz com a fala do companheiro, que está lá, trabalhando a terra como agricultor familiar. Mas quero saber se no novo código minerário está sendo pensado um mecanismo para ser disponibilizado aos agricultores familiares. Porque as empresas dispõem de todo um aparato, mas nós, agricultores familiares, quando estamos na nossa propriedade e chega um técnico da empresa - com aval da maioria dos deputados e do governo do Estado de Minas Gerais -, dizendo que fizeram uma pesquisa e que ali há minério, não temos condições de saber quanto vale a propriedade. Não podemos compatibilizar isso, porque não sabemos quanto a propriedade vale. A empresa paga a "mixaria" que quer porque não temos condições de saber a quantidade de minério que há debaixo do nosso chão, não temos técnicos para avaliar isso, e ficamos sujeitos às empresas e ao Estado. O que está sendo pensado no novo código minerário para garantir que os trabalhadores tenham condições de fazer isso, sendo os menos injustiçados possível? O que está acontecendo hoje é que o trabalhador perde a sua terra por uma "mixaria" e vem para os grandes centros. O que o Estado está pensando como mecanismo para os trabalhadores?

Então, não podemos aceitar isso. E para finalizar, muitas pessoas disseram que não são contra a mineração, mas são contra o modelo que existe no Brasil. Pois eu, enquanto agricultora familiar ... e todos os agricultores familiares podemos dizer com todas as forças que somos contra a mineração, sim. Nós não queremos a mineração na nossa propriedade. Não cabem agricultura familiar e mineração no mesmo espaço. Queremos que pare, sim, a mineração no Estado de Minas Gerais, porque não existe lugar para os dois ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Somos contra e queremos que pare, sim, porque não é sustentável e não cabem mineração e agricultura familiar dentro da mesma propriedade, da forma como estão sendo distribuídas as terras.

O coordenador - Obrigado, Terezinha. Convidarei a nossa amiga Aída. Terezinha, você me obrigou a defender a Mesa. No início da audiência, solicitei a participação de duas pessoas representando os movimentos sociais.

Tivemos dois representantes dos prefeitos e dois dos movimentos sociais. Foi sugerida a participação do Vilson Luiz, da Fetaemg, que está aqui desde o início, e do Luiz Paulo, do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração. Com a dinâmica da audiência, fomos substituindo as pessoas e incluindo os próximos palestrantes. Quero ressaltar que a sugestão de vocês foi atendida. Vamos continuar a nossa reunião e garantir a palavra à Aída.

Vamos garantir a palavra a uma pessoa que está inscrita para falar. Todos os que se inscreveram poderão falar. Com a palavra, a Sra. Aída, por 2 minutos.

Palavras da Sra. Aída Anacleto

Boa noite. Cumprimento o deputado Gabriel Guimarães, presidente da comissão, por meio do qual cumprimento os demais componentes da Mesa. Venho de Mariana, da cidade primaz de Minas. O prefeito da cidade falou anteriormente. É uma cidade bela, com 317 anos, mas, até hoje, não conseguimos ter água tratada e rede de esgoto em nossas casas. Pior é que, como disseram, mineração não dá em duas safras.

Na primeira safra, no ciclo do ouro, temos o barroco para ser contemplado por todos os que nos visitam, apesar de a geração de emprego e renda ser pouca na área do turismo, pois não houve nem há investimentos. Realmente a safra é única. Do ciclo do minério, teremos apenas barrancos, buracos e bastardos, bastardos esses que aumentam a cada dia, uma vez que chegam centenas e centenas de trabalhadores de vários cantos do País. Enquanto isso, a nossa juventude está lá, sem emprego e sem políticas públicas.

Aqui, realizamos, por intermédio dos deputados Rogério Correia, Sávio Souza Cruz e Padre João, uma audiência pública em nossa cidade, porque estão querendo retomar uma mineração que fica a menos de 3km do centro histórico e a menos de 1km de um sítio arqueológico, o maior da América do Sul. Então, lá não se pensa em geração de emprego e renda nem em saúde, porque saneamento é saúde. Mas a minha cidade é rica, sim. Este ano começou com um orçamento de R\$350.000.000,00, e somos menos de 60 mil habitantes. Minha cidade é rica, mas somos miseráveis. Miseráveis por não acessar saúde e educação de qualidade, uma vez que estamos no último lugar do Ideb na região dos Inconfidentes. Acaiaca, que é filha de Mariana, cuja arrecadação é menor, está em primeiro lugar.

Respeitando o meu tempo, que, infelizmente, é pouco, falo em nome da associação Mariana Viva e dos trabalhadores do Sindicato Metabase de Mariana, do Sindicato Metabase Inconfidentes e de todos os trabalhadores de Mariana, porque é uma safra só. Mas nós já não acessamos essa safra que aí está, porque o prejuízo social é muito grande. Não somos contra a mineração, mas contra o modo como é implementada. Vamos discutir as questões claramente. Até então não tivemos resposta da Vale, de nenhum segmento, nem mesmo das comissões desta Casa de como anda esse processo de exploração em nossa cidade. Acho que juntos venceremos. Mas Minas Gerais terá de acordar, porque suas montanhas, já não as enxergamos. É só indo a Mariana que vocês entenderão a situação. Muito obrigada. Boa noite. Vamos à luta, companheiras e companheiros.

O coordenador - Muito obrigado, Aída. Agradecemos a presença dos representantes dos Sindicatos dos Inconfidentes de Mariana, Congonhas e Ouro Preto. Os três expositores da Mesa farão uso da palavra por até 2 minutos, em vez de 10 minutos. Com a palavra, o Sr. Luís Márcio Vianna, que representa o setor produtivo, a federação das indústrias, o Ibram e o Sindiextra. É importante ouvir o que pensam todos os participantes do setor.

Palavras do Sr. Luís Márcio Vianna

Boa noite, senhoras e senhores. Quero saudar o presidente, deputado Gabriel Guimarães, e o relator, deputado Leonardo Quintão. Esses dois parlamentares estão visitando o País afora nas caravanas que desvendam a mineração para o Brasil. O que vemos aqui hoje é exatamente o que acontece em todo lugar. Os empreendedores, trabalhadores, movimentos sociais e governos estão participando desse processo. Mineração é um negócio subterrâneo. Ninguém sabe o que significa. Agora, o Brasil começa a conhecê-la graças a esse trabalho, que veio de um projeto de lei que faz a transição entre dois códigos, o antigo e o novo.

Nós, que representamos o setor produtivo, temos um ponto de vista e um recado para dar. O primeiro é que precisamos fazer com que os direitos adquiridos sejam observados na transição. Não podemos jogar na lata de lixo tudo o que foi feito anteriormente. Temos de levar isso a sério. O segundo recado é que o setor produtivo vive do retorno dos seus investimentos e não aceita um aumento de ônus que não seja negociado, assim como não aceita novos ônus. O terceiro recado é que queremos a regra do jogo definida. Votar



uma lei para ser regulamentada depois? Ficamos de olho nisso e queremos fazer prevenção junto a todos os segmentos que têm interesse na mineração brasileira.

As mudanças são de três ordens. A primeira delas é institucional, com a criação do conselho que fará as concessões e da agência que substituirá o DNPM, como se fosse um órgão de fiscalização e controle de concessão das minas, similar às suas coirmãs.

Estou no primeiro ponto. Direi rapidamente o que o setor acha bom e ruim no projeto. Aspectos positivos: a mineração ser considerada atividade de utilidade pública; a amplitude que o projeto dá à área mineral; a criação de um título único para pesquisa e lavra; a criação de conselho em que sejam representados todos os protagonistas, como ocorre nesta audiência pública. Aspectos negativos: a importação do modelo do petróleo e gás para tentar investir no setor da mineração; o aumento da burocracia que o novo modelo pode criar; a dependência da regulamentação; o aumento da presença estatal; e o fim dos direitos da prioridade. Peço licença ao presidente. Somos a favor da antecipação da criação da agência para recepcionar a nova legislação e sair andando e concordamos com os níveis da Cfem que constam no projeto. Em Minas, estamos alinhando o governo e as prefeituras. Muito obrigado a todos. Boa noite. Parabéns pela organização desta audiência pública de alto nível.

O coordenador - Obrigado, Luís Márcio. Agradeço-lhe não só a brevidade mas também por ter cedido o seu tempo pela inversão da ordem. Convido agora o Sr. André Mendes Moreira, que representa a Associação Brasileira de Direito Tributário - Abradt. Tem dois minutos, André.

Palavras do Sr. André Mendes Moreira

Caros deputados Gabriel Guimarães, coordenador, e Leonardo Quintão, relator; senhoras e senhores, serei breve. Um dos pais da federação norte-americana, Alexander Hamilton, já disse que a finança é o corpo vital do ente público, aquele que sustenta e dá suporte, capacitando-o para suas funções mais essenciais. Municípios a União, os estados e municípios com recursos, portanto, é permitir que eles nos propiciem segurança, educação e saúde.

O novo marco regulatório, trazendo uma nova compensação financeira pela exploração de recursos minerais em patamares muito superiores aos que hoje são cobrados, parece-nos que trará efetivamente um maior volume de recursos para os estados e para os municípios deles carentes e permitirá que esses estados e municípios tenham a verdadeira autonomia. Autonomia vem do grego *autos*, que significa próprio, e *nomos*, que significa governo. O que é autônomo governa a si próprio. Não é, portanto, suficiente ter autonomia política, autonomia legislativa e autonomia executiva se não se tem autonomia financeira. A nova Cfem trazida no marco regulatório e que está sendo exaustivamente debatida na sociedade por esta comissão, liderada pelos deputados Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão, trará, sem sombra de dúvida, essa autonomia que os estados e os municípios mineradores tanto precisam. Era somente isso, coordenador. Muito obrigado. Boa noite a todos.

O coordenador - Obrigado, Dr. André Mendes. O Elmer Prata Salomão, da APBM, justificou o fato de ter precisado se ausentar antes de sua exposição. Com a palavra, o Sr. José Mendo, que também estava inscrito como palestrante desta tarde. Tem dois minutos, Mendo.

Palavras do Sr. José Mendo Mizaél de Souza

Quero cumprimentar os componentes da Mesa e todos que participaram pela alteração da metodologia, de modo que podemos saber da visão de todos. Parabéns. O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, que estou representando, e a Associação Comercial e Empresarial de Minas, com seus 112 anos, aprenderam bastante aqui. Parabéns, deputados Gabriel e Leonardo.

O coordenador - Obrigado, José Mendo. Retomando os nossos inscritos, convido o vereador Gil, presidente da Comissão das Águas de São Lourenço. Tem dois minutos, amigo.

Palavras do Vereador Gil

Deputado Gabriel Guimarães, fico muito satisfeito de ver a condução dos trabalhos por V. Exa., um deputado jovem como eu - somos da mesma idade, tive oportunidade de procurar seu histórico, assim como o do deputado Leonardo Quintão.

Participamos de um momento brasileiro de mudança e acompanhamos as manifestações por todo o Brasil, pedindo uma política séria, pedindo comprometimento dos parlamentares e também dos ocupantes de cargos executivos. Neste momento que estamos vivendo no Brasil precisamos dar resposta à sociedade, no mínimo, uma resposta com dignidade. Vejo na pessoa do deputado Gabriel Guimarães essa esperança. Eu, em São Lourenço, como vereador, e você, na Câmara dos Deputados, ainda conseguimos sentir essa presença da juventude tomando iniciativa dessa decisão de tanta complexidade no cenário brasileiro.

Deputado, moramos na região do Circuito das Águas mineiro. A situação das águas já foi dita aqui pelo deputado Pompílio Canavez e também pela minha companheira Alzira, que é representante de um movimento em São Lourenço, o Amar'Água.

Sou presidente da Comissão de Águas na Câmara de São Lourenço. Estamos, Circuito das Águas e Terras Altas da Mantiqueira, no Sul de Minas, muito preocupados quanto não só à exploração de nossas águas pela Nestlé, pela Cotemig, pela Copasa e por aí vai; mas também quanto ao rebaixamento de solo, a exploração desenfreada do lençol freático, todo interligado. Estamos preocupados com a economia do Circuito das Águas, baseada exclusivamente em nossas águas minerais.

A diferença que eu queria deixar bem clara nesta reunião é: o que é água mineral? Água mineral não é água potável, que abrimos torneira e ela mina; água mineral não é a água que, ao você apertar a torneira do banheiro, desce; água mineral não é dessas águas vendidas por aí por muitas empresas. A água mineral é uma água curativa, que tem propriedades físico-químicas que permitem curas.

Num passado bem próximo, em meados de 1940, 1950, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, na época de 1960, foram fazer estação de águas em São Lourenço, 21 dias para tratamento de águas. É por esse tipo de água que estamos brigando, por esse código de mineração. É por esse tipo de água que São Lourenço, Caxambu, Cambuquira, Conceição do Rio Verde, Araxá e outras cidades estão lutando, para que seja valorizada. Não é a água que estamos acostumados a tomar, a água potável. É uma água diferenciada. A água de São Lourenço, Caxambu e Cambuquira é considerada uma das melhores do mundo, melhor que a *Perrier* da França. É desse tipo de água que estamos aqui falando, deputado.



Pedimos o apoio de V. Exa. Mais uma vez cito a sua juventude. Como eu, também tem esse “gás”, e temos, sim, experiência da juventude, temos ansiedade de ver um melhor futuro para nosso país. É com essa propriedade que venho aqui. Talvez, falando de jovem para jovem, nossa relação fique mais afetiva e mais próxima. Falo como um jovem parlamentar, vereador, que espera um futuro melhor para nosso país, com mais dignidade, com mais credibilidade, com certeza, com menos blá-blá-blá. Temos visto muito isso, muitas decisões, muitas enrolações. Dizem que vão ser feitos estudos. Vão ser feitos para quê? Queremos um trabalho efetivo, sério, sem meias conversas, procurando sempre o bem-estar da comunidade. Acredito que, como V. Exa. é um deputado atuante, vai nos ajudar. Conheço também, de antes de vir para cá, a história do deputado Leonardo Quintão. Há outros deputados da Assembleia de Minas maravilhosos. Cito o deputado Ulysses Gomes, que conseguiu aprovar um requerimento para uma audiência pública na Câmara de São Lourenço, quando conseguimos contatar toda a região do Circuito das Águas. Acredito que estamos muito bem-representados.

É isso que venho trazer aqui e explicar a diferença, o que é água mineral. Quando vinha para cá, passei perto de uma cidade de água mineral, a água que cura, uma água que transforma, uma água com que conseguimos trabalhar todo o sistema e curar as pessoas. São Lourenço está cheia de gente hoje fazendo tratamento de águas. Queremos o mínimo possível nesse código.

O coordenador - Muito obrigado, Gil. Parabéns. Convido agora a Sra. Marcilene Aparecida Ferreira, procuradora do Município de Catas Altas e pesquisadora de direitos humanos e sustentabilidade de meio ambiente da Escola Superior Dom Hélder Câmara. Dois minutos, Marcilene.

Palavras da Sra. Marcilene Aparecida Ferreira

Deputados, movimentos ambientalistas e sociais. Quero chamar a atenção para as imagens que foram apresentadas da Mina São Luís, da área explorada pela Vale do Rio Doce, que, em suas propagandas, fala muito de desenvolvimento sustentável. Aqui muito se falou sobre sustentabilidade, só que, nos estudos do próprio governo federal, afirmou-se que a exploração de minério se dará no cenário de desenvolvimento desigual. Foram traçados quatro cenários. Isso não foi traçado pelo movimento social e ambientalista, mas pelo próprio governo federal.

Disseram que haverá uma grande expansão de minério de ferro, de três a cinco vezes, e aumentará o PIB nacional, à custa de ofertas de bens minerais crescentes, mas sem agregação de valor. Haverá um marco regulatório liberal, não será considerado modernizado. Haverá muitos conflitos. As violações dos direitos humanos aqui apontadas aumentarão, e é por isso que se faz necessário que as questões ambientais e as sociais estejam dentro da lei de mineração, porque conhecemos a realidade. Na prática, o direito minerário, em nosso país e na América Latina, é aplicado em detrimento do direito ambiental, em detrimento da própria Constituição dos seus países e em detrimento dos direitos humanos. Por isso, não é justa a fala do relator, deputado Leonardo Quintão. As leis específicas não dão conta de atender as reais necessidades.

Como membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB, quero dizer que primamos pela constitucionalidade. Ao invés de termos mais preocupação com a segurança jurídica dos investimentos, devemos ter preocupação com a segurança jurídica hídrica, com a segurança jurídica das comunidades. Mais do que compromisso com o cumprimento dos contratos, temos de ter compromisso com o pacto com as necessidades das populações que vivem em áreas de mineração.

Se o código pretende ser novo, ele tem de compactuar com os novos direitos que surgem na América Latina, com o pluralismo político jurídico, com a ampliação da participação comunitária com poder de decisão. O Padre João falou de licença social; a própria Deloitte, que é consultora das mineradoras, fala de licença social, ou seja, quem decide sobre os rumos do desenvolvimento é a própria comunidade, ela tem poder sobre seu território.

O coordenador - Marcilene, conclua, por favor.

A Sra. Marcilene Aparecida Ferreira - Para encerrar, não é possível que o código trate a água apenas como recurso minerário a ser explorado. Tanto o minério quanto a água são bens ambientais, são direitos humanos e direitos da natureza, que não podem ser apropriados em função exclusiva dos interesses econômicos.

O coordenador - Obrigado, Marcilene, pela sua presença. Convido agora a Sra. Sandra Vita, da Associação Comunitária das Nascentes e Afluentes da Serra Caraça, Morro d'Água Quente e Catas Águas. Enquanto isso, agradeço outras presenças: Pe. Ângelo, muito bem mencionado pelo deputado Padre João; Marcus Vinícius Viana de Sá; Sr. Vladimir; Filipe Martins; César Vale Stanislaw, da Abradt. A todos vocês, muito obrigado por estarem aqui hoje.

Palavras da Sra. Sandra Vita

Gostaria de ressaltar a importância para nós, enquanto atingidos pela mineração, da necessidade que se tem de verdadeira participação popular na aprovação desse novo marco. Quero ressaltar que é muito lindo e maravilhoso o que a secretária Dorothea Werneck falou, mas ela não vive a nossa realidade. O que ela afirma não condiz com a nossa realidade. É lindo ela rasgar seda para falar dos benefícios que a mineração traz, mas ela não vive em áreas atingidas, conforme vivemos, conforme as imagens que foram expostas. Gostaria de convidar a secretária Dorothea Werneck para viver numa área como essa, naquela poeira, para levar a sua mãe, os seus filhos, os seus netos, caso tenha, para conviver com aquela poeira absurda, para terem rinite, sinusite, asma, bronquite, para morrerem de câncer, conforme as pessoas morrem lá. Gostaria também de falar para o prefeito Celso Cota, de Mariana. Ele falou que lá é a galinha dos ovos de ouro, só se for na cidade dele, porque no nosso lugar, na nossa cidade, vivemos somente com a degradação, com o passivo ambiental, com o ônus, enquanto o bônus não vem.

Somos verdadeiramente atingidos e só estamos aqui porque o movimento se fortaleceu e fez com que vocês, da comissão, parassem para nos ouvir. Caso contrário, não estaríamos aqui hoje. Agradeço muito. Acho linda e maravilhosa a formação e a composição da Mesa. Mas a maioria que subiu à Mesa subiu para vender seu peixe e para servir ao capital. Queremos dizer “não” ao capital. Que voltem seus olhares para nós porque infelizmente são vocês que podem decidir por nós. Ressalto ainda que o ano que vem é eleitoral. Mineradora não vota, quem vota é o povo. Voltem seus olhares para nós neste momento. Muito obrigada. Boa noite.

O coordenador - Sandra, muito obrigada pela sua participação. Convido o Sr. Lindolfo Fernandes de Castro, do Sindfisco de Minas Gerais. Além dele, temos três inscritos para a exposição: Carlos Alberto Lancia, presidente da Associação Brasileira da Indústria de



Águas Minerais - mas parece que foi embora -, Sr. Jair Francisco Fernandes, engenheiro de minas, e o Sr. João Luiz Nogueira de Carvalho. Convido agora a Sra. Celeste Gontijo.

Palavras da Sra. Celeste Gontijo

O senhor de Grão Mogol nos deu uma grande lição. Quanto mais estudo, menos aprendo. Vir aqui e ouvir aquele senhor falar não teve preço. Sou turismóloga e gostaria de reiterar a fala daquele rapaz de São Lourenço - estive lá recentemente. Temos de ficar muito atentos a essa questão da água mineral, que, além de tratamento, tem sido vendida para diversas empresas internacionais, como a Perrier. Você não citou, mas a Perrier é dona de uma das nossas águas minerais. Se o Estado ainda não é proprietário da água, fico até feliz, pois, se fosse, não teríamos mais nada.

Lembro a vocês que este ano é o Ano Internacional da Cooperação da Água. Não vamos esquecer isso. Estamos conversando sobre a água há mais de 20 anos, muito antes da mineração. Antes da mineração, vem a água. Minerar é muito bom, mas vamos tomar cuidado. Gabriel, você tem uma responsabilidade muito grande. Você está sentado aí pois há pessoas que confiam em você. E confiamos também que você não irá abrir a guarda para dono de mineradora. Se não, iremos votar no Chico Alencar, no Rio de Janeiro. Obrigada.

O coordenador - Com a palavra, o Sr. Valdivino Rodrigues Gouveia.

Palavras do Sr. Valdivino Rodrigues Gouveia

Boa noite a todos. Presidente da Mesa, deputados, sou um cidadão brasileiro e represento os trabalhadores de Grão Mogol. Cansei de fazer denúncias de meio ambiente em Montes Claros, em Grão Mogol e no Ibama de Brasília. Até hoje não chegou nenhum fiscal do governo para me perguntar sobre a Norfolk. Pessoal, vocês têm de fiscalizar. Há funcionários do Estado fazendo contrato de arrendamento com a Norfolk, juntamente com o Newton Cardoso. A Norfolk está degradando, matando os pequizeiros, as nascentes de águas do Córrego Buriti e batendo agrotóxicos. E há umas 70 famílias bebendo dessa água que sai da nascente do Córrego Buruti. A empresa está batendo agrotóxico, e o pessoal está morrendo de câncer. Os animais que estão bebendo dessa água também estão morrendo. Ligamos para as autoridades, e não comparecem. Este é o meu posicionamento.

O coordenador - Valdivino, obrigado. Quero agradecer a todos que participaram deste momento. Vocês deram uma grande lição para todos nós, para a nossa comissão. É claro que temos de trabalhar. Qualquer marco que regule qualquer setor deve ter três propósitos: ser claro, objetivo e aplicável. Estamos nos referindo a uma atividade que, ao mesmo tempo em que é fundamental e essencial para o desenvolvimento do País, pode pôr em risco a saúde das pessoas e o meio ambiente. Quer dizer, possui estas duas características: de um lado, a importância para o desenvolvimento; e, do outro, o prejuízo que pode causar se não levarmos em consideração os princípios importantes que foram aqui apresentados. Portanto, a mineração só faz sentido se os levamos em consideração.

Quero dizer-lhes que trabalharemos para que os princípios que nortearam esta audiência pública estejam presentes nesse marco regulatório da mineração. Caso contrário, concordo com vocês que não faz sentido a mineração nem a aprovação desse marco regulatório da mineração.

Falo aqui como alguém que estará ao lado de vocês nessa defesa. Tenham certeza de que trabalharei para conseguirmos construir esse código com os pilares e o norte aqui colocados e que a nossa comissão tem essa responsabilidade. Somos vizinhos de vocês e estamos muito próximos para perder a oportunidade de alterar uma legislação, como dito por muitos de vocês, que mudará não só a nossa história, mas a história do nosso Estado e das futuras gerações.

Baseado nesse sentido, nesses critérios e princípios, contem comigo de forma especial e com a nossa comissão. Esta audiência pública foi um sucesso, porque contou com a participação de pessoas como vocês, que conhecem o setor mineral, as dificuldades, os problemas e as vantagens que se referem a esse setor. Parabéns para vocês. Muito obrigado.

Deputado Sávio Souza Cruz, agradecemos à Assembleia Legislativa por ter aberto, mais uma vez, a oportunidade desta audiência pública, que está sendo uma das melhores que já tivemos. Trinta pessoas se inscreveram para participar. Foi a maior participação em todo o país. Parabéns ao Estado de Minas Gerais por promover um diálogo tão importante com a Câmara dos Deputados.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO - NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 4.301 e 4.352 a 4.354/2013, em turno único, cuja relatoria avocou para si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.301/2013 com a Emenda nº 1, e 4.352/2013 (relator: deputado Zé Maia). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 4.353 e 4.354/2013, em turno único, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de



prazo regimental pelo relator, deputado Zé Maia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Fred Costa - Celinho do Sinttrocel - Hélio Gomes.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/9/2013

Às 10h15min, comparecem na sala das comissões os deputados Sávio Souza Cruz e Luiz Henrique (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o novo marco regulatório da mineração de acordo com a proposta do Executivo Federal em tramitação no Congresso Nacional e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Sérgio Araújo, assessor da presidência da Fiemg, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente dessa federação; José Maria Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais; Luís Márcio Vianna, consultor de relações institucionais do Sindixtra, representando o Sr. José Fernando Coura, presidente desse sindicato; e José Albino Maia de Figueredo, presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Beneficiamento de Mármore, Granitos e Rochas Ornamentais no Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/9/2013

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social; Cylon Brandão da Matta, delegado-chefe da Polícia Civil; Leonardo Barreto Moreira Alves, promotor de justiça; Paulo César Vicente de Lima, promotor de justiça da Procuradoria de Inclusão e Mobilização Sociais; Elder Gonçalo D'Angelo, subcorregedor de Polícia Civil; Josué Costa Valadão, secretário municipal de Casa Civil; Wander Borges, secretário de Estado extraordinário de Regularização Fundiária; Aldenir Vianna Pereira, diretor de Promoção e Defesa de Cidadania no Campo do IEF, e Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, diretor-geral do IEF (13/9/2013); Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de estado de Casa Civil; Maria Odete Souto Pereira, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência e Idosos; e Srs. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social; Carlos Carmo Andrade Melles, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas (14/9/2013). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (6) em que solicita seja realizada visita à abertura do Fórum Mundial de Direitos Humanos que será lançado em Minas Gerais no dia 19/9/2013; seja realizada visita ao Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais para tratar da situação dos trabalhadores da Cemig Serviços; seja realizada visita à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados do Município de Paracatu; seja realizada audiência pública para discutir direitos dos cidadãos afetados pelas obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem, sobretudo os atingidos das Vilas Itaú, PTO e Esporte das cidades de Contagem e Belo Horizonte; seja realizada audiência pública para tratar de denúncias de violação de direitos humanos sofridas pelos moradores da Rua Pégaso, no Bairro Jardim Riacho das Pedras, em Contagem; seja realizada audiência pública para discutir denúncia de prática discriminatória e pejorativa em razão da publicação do *Diário Oficial de Minas Gerais*, no dia 7 de setembro de 2013, em que foi trocado o nome do Município de Ribeirão das Neves; Rogério Correia (12) em que solicita seja encaminhado ofício ao diretor do Foro da Justiça Federal em Minas Gerais informando que a comissão acompanhará o processo dos acusados pelo assassinato de servidores do Ministério do Trabalho durante a operação de fiscalização trabalhista, conhecido como "Chacina de Unai" e estará atenta aos seus desdobramentos; seja encaminhado ao ministro do Trabalho e Emprego pedido de providências para que se reconsidere o ato de nomeação do Sr. Heli Siqueira de Azevedo para o cargo de assessor técnico da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, denunciado através de documento encaminhado pelo presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais, Sr. José Augusto de Paula Freitas, em audiência pública da comissão e seja dada ciência ao superintendente dessa regional do encaminhamento desse pedido; seja encaminhado aos membros da Comissão Especial do Código da Mineração da Câmara dos Deputados cópia do Ofício nº 720/2013/GRC/ALMG e as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária, que discutiu a violação de direitos por parte de empresas de extração e beneficiamento



mineral no Município de Alvinópolis e região; seja encaminhado ao procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais e ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que sejam averiguadas, no âmbito de suas competências, as alegadas irregularidades na nomeação do Sr. Heli Siqueira de Carvalho relatadas em documento do presidente da Associação dos Auditores Fiscais do trabalho de Minas Gerais, Sr. José Augusto de Paula Freitas, apresentado à comissão durante audiência pública, acompanhado de cópia daquele documento; seja encaminhado à presidenta da República pedido de providências para que seja reconsiderado o ato de nomeação de que trata o documento encaminhado à comissão durante audiência pública pelo presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais, Sr. José Augusto de Paula Freitas e, ainda, que seja dada ciência sobre o encaminhamento daquele pedido ao superintendente regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais; seja realizada audiência pública para que a Comissão de Prevenção à Violência em Manifestações Populares possa apresentar um balanço de suas atividades; seja realizada audiência pública para debater a prevenção da violência como meio de promoção dos direitos humanos em Ribeirão das Neves, tendo em vista o estudo de campo realizado nesse município em 2012 pela psicóloga Renata Cristina de Souza Ramos; seja realizada audiência pública para debater o assassinato de Wayne do Carmo Braga, ocorrido em 8/1/2004, cuja autoria é imputada ao PM Ezequiel Pinheiro Ramos, assim como o julgamento e a decisão proferida no caso; seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento pedido de providências para que sejam realizados estudos com o objetivo de viabilizar a implementação de um serviço do tipo disque-denúncia a ser disponibilizado aos professores e demais trabalhadores da educação em situações que envolvam violência, criminalidade e segurança pública, objetivando registro, encaminhamento, acompanhamento, fiscalização e outras providências cabíveis; seja encaminhado ao governador do Estado o ofício nº 121/2013, do coordenador-geral do Sineleetro/MG, Sr. Jairo Nogueira Filho, apresentado à comissão durante audiência pública realizada em 16/9/2013; seja realizada visita ao governador do Estado, com a participação dos eletricitários demitidos pela Cemig que se encontram acorrentados no saguão da sede daquela empresa e os membros do Sineleetro-MG para discutir as reivindicações desses trabalhadores; seja realizada visita ao grupo de trabalhadores demitidos pela Cemig Serviços S.A. que ocupam, acorrentados, o saguão da sede da Cemig, para averiguar denúncias de pressão psicológica e desrespeito aos direitos humanos dos manifestantes, nos termos do ofício do Sineleetro-MG, recebido na comissão em reunião realizada em 16/9/2013; Sebastião Costa em que solicita seja adiada a audiência pública que trataria do esclarecimento de grave violação de direitos humanos em desfavor do cabo BM Cleomar Rodrigues de Oliveira e do cabo BM Udson Eustáquio dos Santos; e Durval Ângelo, Sebastião Costa e Rogério Correia em que solicitam seja encaminhada à Procuradoria da Casa solicitação de parecer sobre o não comparecimento do Coronel BM Ivan Gamaliel Pinto à convocação desta comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Sebastião Costa - Rogério Correia.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/9/2013

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara, membro da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Ana Maria Resende, Liza Prado e Luzia Ferreira e o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual aprova e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a presença da mulher nos espaços de poder político, bem como a campanha nacional pela filiação de mulheres da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jô Moraes, deputada federal; Miracy Santos Lima, vice-presidente do PMDB Mulher-BH; Rita de Cássia Menezes Calazans, da Secretaria de Mulheres do PT estadual; Maria Elvira Salles, presidente do PSB Mulher; Yêda Maria Fernal Cunha, presidente estadual do PSD Mulher; Eliana Piola, presidente do PSDB Mulher; Fátima Rosana de Freitas, do PR Mulher; Luiza Lafeté, presidente da União da Juventude Socialista; Luciana Crepaldi, do núcleo do PPS Mulheres; Cláudia Monteiro Rocha, presidente do PRB Mulher-BH; Rita de Cássia Alves Rezende Del Bianco, presidente do PT do B Mulher; Iris Moreira, secretária do PV Mulher estadual; Cristiane Alves da Silva, presidente da Ação da Mulher Trabalhista; e Maria Izabel Ramos de Siqueira, presidente do Mulheres do PC do B, que são convidadas a tomar assento à mesa. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2013.

André Quintão, presidente.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Adalclever Lopes (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o plantão regionalizado da Polícia Civil no Estado de Minas Gerais, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício de Eduardo Araújo, cidadão, encaminhando, através do



“Fale com a Assembleia”, reclamação sobre a defasagem da perícia feita pela Polícia Civil devido a falta de qualificação e de pessoal; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: Marco Antônio Badaró Bianchini, Coronel PM Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (13/9/2013); Gerson Paulino da Silva, Presidente do Conselho Comunitário de Ipatinga - Consep (2); Marco Antônio Badaró Bianchini, Coronel PM Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (21/9/2013). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rosilene Alves Souza, delegada-geral coordenadora de Investigação e Polícia Judiciária; e os Srs. Ten.-Cel. PM Eduardo Lucas de Almeida, subdiretor da Diretoria de Apoio Operacional, representando Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, coordenador da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Associação de Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o cabo PM Marco Antônio Bahia Silva, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra PM/BM; José Carlos Barreto Junior, soldado de 1º Classe da 24ª Companhia Independente da 15ª Região de Polícia Militar; Gustavo Gomes de Matos, soldado de 1º Classe da 24ª Companhia Independente da 15ª Região de Polícia Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.564, 5.572, 5.577, 5.578, 5.579, 5.580, 5.585, 5.586, 5.589 e 5.596/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, no município de Medina, para debater as condições da segurança pública na cidade; Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, no Município de Oliveira, para debater as condições da segurança pública na região, tendo em vista o aumento da criminalidade; Sargento Rodrigues, João Leite e Lafayette de Andrada, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a reativação e gestão do sistema de monitoramento por câmeras de vídeo - Projeto Olho Vivo - no município de Ipatinga, conforme demanda dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do município; Sargento Rodrigues (3) em que solicita seja encaminhada ao chefe da Polícia Civil as notas taquigráficas da 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, na qual foi debatido o plantão regionalizado da Polícia Civil; seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater transtornos causados pelo plantão regionalizado da Polícia Civil; seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública com autoridades estaduais para debater sobre os transtornos causados pelos plantões regionalizados da Polícia Civil e sobre os impactos desses plantões para a segurança pública e para a integração das polícias ostensiva e judiciária no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2013.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/9/2013

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Montes Claros a deputada Rosângela Reis, membro da supracitada comissão. A presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a colher subsídios para a realização do ciclo de debates sobre políticas públicas para o idoso, que acontecerá na Assembleia Legislativa, em outubro deste ano. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Maria Neta Alves, presidente do Conselho Municipal do Idoso de Montes Claros; Sônia Santana Barbosa, gerente do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo do Município de Monte Azul; Cibely Freire Diniz Oliveira, coordenadora da Coordenadoria do Idoso, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Montes Claros; Jaqueline Camelo, vice-presidente do Lar das Velhinhas do Município de Montes Claros; Liliana Soares Martins Fonseca, defensora pública no Município de Montes Claros; Alice Crisóstomo Fernandes, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – Cras – Renascença; Rosary Mendes Rodrigues Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Brasília de Minas; Raquel Muniz, presidente da Associação de Promoção Social; e os Srs. Aleksander Oliveira de Souza, diretor regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em Montes Claros; e João Paulo Alvarenga Brant, promotor de justiça da Procuradoria de Idosos da Comarca de Montes Claros, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Rosângela Reis, presidente – Bosco – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO CPI DA TELEFONIA, EM 25/9/2013

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, João Leite, Romel Anízio e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em



virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos a respeito do objeto da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do deputado Ulysses Gomes, membro desta comissão, justificando a sua ausência por estar representando a Casa na missão diplomática e comercial à China; dos Srs. Leandro Guerra, relações institucionais da empresa Tim; André Luiz Barbosa Carvalho, advogado da Claro; e José Luiz Gattás Hallak, diretor de relações institucionais em Minas Gerais da empresa Oi, os quais, em resposta aos requerimentos dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e Lafayette de Andrada encaminhados por meio dos Ofícios nºs 12, 13 e 14/2013/CPI, apresentam as seguintes informações: número de usuários e linhas em uso de telefonia móvel; número de ligações realizadas por hora, dia e mês; número de antenas instaladas; relação de municípios mineiros que têm legislação restritiva para instalação de antenas; número de reclamações atendidas pelo seu *call center* e índice de resolutividade; e do Sr. Marcelo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia, em resposta ao Ofício nº 28/2013, desta comissão, informando que os Municípios de Uberaba, Poços de Caldas, Lavras, Barbacena, Muriaé, Manhuaçu, Ipatinga, Montes Claros, Uberlândia, Patos de Minas, Unai, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Janaúba, Passos, Divinópolis e Curvelo já têm órgãos de defesa do consumidor, que recebem reclamações e sugestões quanto ao serviço de telefonia móvel nas respectivas regiões e as encaminham para o Procon estadual. As Câmaras Municipais de Almenara, Taiobeiras e Januária, municípios que não possuem órgãos de defesa do consumidor, já foram contatadas com vistas à instalação de postos de atendimento para as referidas reclamações e sugestões. O presidente comunica que, dos questionários enviados para as prefeituras e câmaras municipais, com o objetivo de levantar a situação real da telefonia móvel em todo o Estado, já foram recebidos pela comissão 246 questionários preenchidos, sendo 177 de prefeituras e 69 de câmaras municipais. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Zé Maia, Sargento Rodrigues, João Leite e Romel Anízio (2) em que solicitam sejam encaminhados à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - : pedido de providência para que envie à CPI da Telefonia relatório das medições da emissão de radiação por estações rádio-base - ERB – realizadas em Minas Gerais; e pedido de informação sobre a razão de não estar sendo aplicada a punição de suspensão da comercialização de serviços às operadoras que reiteradamente descumprem o Código de Defesa do Consumidor e sobre as medidas tomadas em relação às reclamações apresentadas pelo Procon Assembleia, nos termos da cláusula 32 do acordo de cooperação técnica firmado entre as partes; João Leite, Sargento Rodrigues e Romel Anízio (2) em que solicitam seja ouvido nesta reunião o Sr. Carlos Fagundes de Freitas, vereador do Município de São José da Lapa; e seja realizada reunião com convidados para ouvir o Sr. Gláucio Lima Siqueira, engenheiro eletrônico e de telecomunicações; Sargento Rodrigues (2) em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os Srs. Noraldino Lúcio Dias Júnior, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Hitler Vagner Cândido de Oliveira e Francisco de Assis Evangelista, membros da Comissão Especial da Telefonia dessa Casa Legislativa; e sejam convidados o gerente regional e uma equipe de fiscalização da Anatel em Minas Gerais para participarem das próximas visitas externas da CPI da Telefonia; e Liza Prado em que solicita sejam convidados os presidentes das CPIs da Telefonia instaladas nas assembleias legislativas do País para participarem de encontro nesta Casa, bem como os membros de CPIs sobre o tema instaladas nas Câmaras Municipais no Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Hermann Bergmann Garcia e Silva, gerente regional da Anatel em Minas Gerais, representando o presidente dessa agência; João Batista de Rezende; Eduardo Tude, presidente da Teleco Informação e Serviços de Telecomunicações Ltda.; Marcelo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; e Srs. Carlos Fagundes de Freitas e Noraldino Lúcio Dias Júnior, respectivamente vereador da Câmara Municipal de São José da Lapa e presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. A presidência concede a palavra aos deputados autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários e, cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Zé Maia, presidente – João Leite – Sargento Rodrigues – Rômulo Viegas.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/9/2013

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Tiago Ulisses, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR) e Gustavo Valadares (substituindo a deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.286/2013 (relator: deputado Elismar Prado). O Projeto de Lei nº 4.062/2013 é convertido em diligência a Secretaria de Estado de Cultura, atendendo-se a requerimento do deputado Elismar Prado, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.590/2013. Estão presentes os deputados Luiz Henrique e Cabo Júlio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada audiência pública desta comissão para avaliar os resultados da Primeira Virada Cultural de



Belo Horizonte, realizada nos dias 14 e 15 de setembro pela Fundação Municipal de Cultura; e do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão para apurar se os bens dos patrimônios históricos material e imaterial da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais que estavam cedidos ao parque Walter Word, no Município de Poços de Caldas, foram devolvidos ao patrimônio das referidas corporações. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Elismar Prado, presidente – Luzia Ferreira – Tiago Ulisses.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/9/2013

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões a deputada Liza Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art.120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir o consultor de inclusão laboral, professor Romeu Kazumi Sasaki, sobre o tema: "2013: Ano ibero-americano de inclusão laboral da pessoa com deficiência". Nesse momento, registra-se a presença da deputada Maria Tereza Lara. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda Cristiane Fernandes Milagres, defensora pública da Defensoria Pública Especializada na Pessoa Idosa e na Pessoa com Deficiência, representando a defensora pública geral; Maria Elmira Evangelista Amaral Dick, promotora de justiça e coordenadora estadual de defesa da educação – Proeduc; Juliana Chiari, diretora de articulação dos movimentos sociais da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade; Maria Cristina Abreu, coordenadora de direitos da pessoa com deficiência da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos da Cidadania; Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e o Sr. Romeu Kazumi Sasaki, consultor de inclusão laboral, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2013.

Liza Prado, presidente – Glaycon Franco – Duarte Bechir.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/9/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita que os deputados presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre denúncia de assédio moral, abuso de poder, violação de direitos humanos e outras garantias funcionais em desfavor do oficial de justiça Sr. Ivo Luiz de Souza Duarte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Daniela Petruceli de Barros Albuquerque, advogada da Amagis, representando o juiz de Direito Substituto do Juizado Especial da Comarca de Pará de Minas e os Srs. Gilmar Augusto de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Espera Feliz; Chrystian Lima dos Santos, oficial judiciário; Wander da Costa Ribeiro, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais e Ivo Luiz de Souza Duarte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Sargento Rodrigues – Rogério Correia – Duarte Bechir – Sebastião Costa – Rômulo Viegas.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/10/2013

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues, Duarte Bechir e Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e determina que os membros da comissão presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater violações de direitos humanos ocorridas no âmbito do sistema socioeducativo em Minas Gerais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Camila Silva Nicácio, subsecretária de Atendimento às Medidas Socioeducativas; Valéria da Silva Rodrigues, juíza da Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte; Andrea Mismotto Carelli, promotora de Justiça e coordenadora do CAO da Infância e Juventude; Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, conselheira estadual de Direitos das Crianças e Adolescentes; e os Srs. Marcelo José Gonçalves da Costa, ouvidor estadual do sistema



penitenciário; Márcio da Silva Alexandre, juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça; Lucas Rolla, coordenador da 23ª Promotoria da Infância e Juventude Infracional; José Henrique Maia Ribeiro, defensor público do Estado de Minas Gerais; Thiago França de Resende, juiz de direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Contagem; Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte; e Keifferson M. Pedrosa Belchior, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Antônio Genaro. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (12) em que solicita seja encaminhado ao diretor da Cemig, com cópias para o governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa, manifestação de repúdio pela atitude adotada por seguranças da companhia, que impediram o deputado Rogério Correia de avaliar, *in loco*, a situação dos servidores demitidos que se encontravam acorrentados no saguão da empresa; seja encaminhada ao deputado Rogério Correia manifestação de apoio por ter sido impedido o seu acesso à Cemig, em visita que tinha por finalidade averiguar a situação de servidores demitidos que se encontravam acorrentados no saguão da empresa; sejam encaminhadas aos desembargadores Geraldo Augusto e Afrânio Vilela, relatores dos processos n.ºs 0556079-51.2013.8.13.0000 e 0556061-30.2013.8.13.0000, as notas taquigráficas da 51ª Reunião Extraordinária, para conhecimento; sejam encaminhadas à secretária de Estado de Educação, ao ouvidor-geral em educação do Estado, ao delegado regional de Polícia Civil de Paracatu e ao promotor de Paracatu pedido de providências, acompanhado de cópia das notas taquigráficas da 51ª Reunião Extraordinária, para que se apure cobrança irregular de mensalidade de alunos da Escola Estadual Afonso Arinos; sejam encaminhadas à secretária de Estado da Educação, ao ouvidor-geral em educação do Estado, ao delegado regional de Polícia Civil de Paracatu, ao promotor de Paracatu com atribuições de defesa de direitos humanos e ao presidente da Câmara Municipal de Paracatu pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 51ª Reunião Extraordinária, para que se apurem denúncias de assédio moral no âmbito da superintendência regional de ensino; seja encaminhado ao delegado regional de Polícia Civil de Paracatu pedido de providências para que se apurem denúncias de tortura psicológica supostamente ocorrida na Superintendência Regional de Ensino de Paracatu, à qual teriam sido submetidas três professoras da Escola Estadual Antônio Carlos; sejam encaminhadas ao promotor de Paracatu com atribuição de defesa de direitos humanos pedido de providências para que se apure denúncia de conversas no Facebook entre alunos da rede estadual de ensino e a superintendente regional de ensino de Paracatu, que teriam resultado em faltas às aulas por parte desses alunos; seja encaminhado ao ouvidor-geral educacional do Estado pedido de providências para que se apurem denúncias de abuso de poder da Superintendência Regional de Ensino de Paracatu nas escolas citadas nas notas taquigráficas da 51ª Reunião Extraordinária, que devem acompanhar o referido pedido; seja encaminhado à secretária estadual de Educação pedido de providências para que se apurem denúncias de que a superintendente regional de ensino de Paracatu teria afirmado, em reunião ocorrida em 17/8/2013 na Casa de Cultura de Paracatu, que "tinha ordens da secretária de educação para demitir ou tirar, sem processo, qualquer professor que a atrapalhasse"; seja encaminhado ao promotor de justiça com atribuição de defesa de direitos humanos de Paracatu pedido de providências para que se apurem as condições de demissão da Sra. Fátima Santos Ferreira, suposta vítima de assédio moral, por não ter atendido a pedido da superintendente de ensino de Paracatu, Andréia Pimentel Alvares, e do prefeito municipal para que fosse disponibilizada vaga na Escola Antônio Carlos para aluno fora da lista de espera; seja encaminhado ao corregedor-geral da Polícia Civil do Estado e ao promotor com atribuições de controle da atividade policial de Paracatu pedido de providências para que se apure suposto abuso de autoridade praticado pelos policiais responsáveis pelo Redes n.º 2013018491441-00, lavrado em 8/9/2013 na Loja Macônica Nova Luz Paracatuense; seja encaminhado às secretárias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que se agilize a aposentadoria da servidora Angela Maria Machado Souza, masp n.º 314108-2, tendo em vista seu afastamento preliminar, publicado em 10/3/2012; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública para debater suposta violação de direitos humanos ocorrida com a instauração de processo disciplinar contra o 2º-Ten. PM Edson Francisco Vieira Coelho e a Sd. PM Tamires Fernanda de F. Setta; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater as condições de demissão de servidores da Cemig Serviços S/A, buscar soluções para a situação desses trabalhadores e elucidar as razões que levaram ao impedimento de seu acesso ao saguão da empresa para visita aos servidores demitidos; Arlen Santiago em que solicita seja realizada audiência pública para debater ataques e ameaças de morte sofridos pelos índios xacriabás, conforme noticiado pela imprensa; e Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre os fatos ocorridos nas dependências da mencionada empresa, em 16/9/2013, quando o deputado Rogério Correia, por solicitação de empregados da Cemig Serviços S/A, esteve no local para colaborar nas negociações entre a empresa e os funcionários. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião especial, a realizar-se no Plenário, no dia 4/10/2013, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Rogério Correia – Paulo Lamac.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.260/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27/5/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12/6/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 24/6/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 27/5/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 22/5/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8/7/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o Selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foi apresentada ao projeto a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.353/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.354/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12/6/2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17/12/2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do Governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 28, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Justiça, e nº 2, da Comissão de Administração Pública, e das Emendas nºs 1, 4, 7, 13, 23 a 26, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013, do Governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6/12/2007, no âmbito das repartições públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30/7/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça conclui



pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado.

Finalidade: enaltecer o trabalho da delegada Lorena Vaz de Melo e das equipes de policiais das delegacias de Nova Lima, Ouro Preto, Itabirito, Mariana, Pedro Leopoldo, Sabará e Vespasiano que participaram da captura de quadrilha especializada em furtos a residências nos Bairros Belvedere e Vila da Serra, localizados nos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 25/2012, do deputado Anselmo José Domingos; Projetos de Lei nºs 4.350/2013, do deputado Cabo Júlio; 2.275 e 2.642/2011, do deputado Leonardo Moreira; 2.662/2011, do deputado Anselmo José Domingos; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.008/2012, do deputado Anselmo José Domingos; 3.742/2013, do deputado Fred Costa; 3.894/2013, da deputada Ana Maria Resende; 3.999/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.231/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.433/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.496/2013, do governador do Estado; 4.505 e 4.518/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira; 4.526/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.540/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.002 e 3.599/2012, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.896/2013, da deputada Maria Tereza Lara; 4.119/2013, do deputado Célio Moreira; 4.136/2013, do deputado Fábio Cherem; 4.366/2013, do deputado Rômulo Viegas; 4.396/2013, da deputada Ana Maria Resende; 4.492/2013, do deputado Fabiano Tolentino; 4.495/2013, do governador do Estado; 4.497/2013, do deputado Dinis Pinheiro; 4.502/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.509/2013, do deputado Tadeu Martins Leite; 4.511/2013, do deputado Paulo Lamac; 4.512/2013, do deputado Tiago Ulisses; 4.513/2013, do deputado Neilando Pimenta; 4.517/2013, do deputado Dinis Pinheiro; 4.522/2013, do deputado Marques Abreu; 4.524/2013, do deputado Inácio Franco; 4.528/2013, do deputado Fabiano Tolentino.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 8/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.707 e 5.757/2013, do Deputado Bosco; e 5.759/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com a presença de convidados, sobre o aumento salarial para o funcionalismo público do Estado na data base de 2013, como estabelece a Lei de Política Remuneratória.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.504/2011, do deputado Délio Malheiros; e 2.405/2011, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.584/2013, do deputado Anselmo José Domingos; e 5.833/2013, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.704 e 5.840/2013, da deputada Liza Prado; e 5.710/2013, do deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com a presença de convidados, sobre qualificação profissional e economia criativa e seus impactos no setor turístico.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 8/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 113/2011, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.688/2013, do deputado Bosco; 5.706/2013, do deputado Pompílio Canavez; 5.753/2013, do deputado Duarte Bechir.

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, a outorga de permissão de serviço público de transporte de táxi em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente Contagem, Ribeirão das Neves e Sabará.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 8/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 5.723, 5.724, 5.725, 5.728, e 5.731/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 9/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.408/2013, do deputado Duarte Bechir; 4.347/2013, do deputado Romel Anízio; e 4.447/2013, da deputada Luzia Ferreira.
Requerimentos nºs 5.705 e 5.754/2013, da deputada Liza Prado.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/10/2013**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 8/10/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27/5/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12/6/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 24/6/2013, 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 27/5/2013, 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 22/5/2013, 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8/7/2013, 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12/6/2013, e 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17/12/2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; dos Projetos de Lei Complementar nºs 23/2012, do Governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado - PCMG -, e 41/2013, do Governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6/12/2007, no âmbito das repartições públicas do Estado; 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências, 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências, 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o Selo Amigo do Esporte no Estado, 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas, 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica, 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica, 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o

imóvel que especifica, 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica, 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado, 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica, 4.040/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30/7/2003; 4.107/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica, 4.189/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso, 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, 4.260/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado, 4.353/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público; e 4.354/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de outubro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duílio de Castro, Lafayette de Andrada, Marques Abreu e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Sebastião Costa, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o Cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Perrella, Tadeu Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2013, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, Paulo Guedes, Rômulo Viegas e Tenente Lúcio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Luzia Ferreira, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/10/2013, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre emenda(s) apresentada(s) em Plenário aos Projetos de Lei Complementar nºs 23/2012 e 41/2013, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Zé Maia, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.774/2013****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Celinho do Sinttrocel, o projeto de lei em tela declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Previdência e Ação Social e foi analisada preliminarmente pela primeira, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, em cumprimento ao disposto no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, com sede no Município de Coronel Fabriciano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção de ações na área social e de defesa e garantia de direitos.

Na consecução de seu propósito, a instituição presta serviços gratuitos àqueles que dela necessitam, promovendo a assistência social de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais e ao amparo e à proteção da família, do patrimônio histórico, cultural e artístico, bem como à promoção do voluntariado.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido no Município de Coronel Fabriciano pela Associação Comunitária do Bairro Bela Vista em prol da melhoria das condições de vida de seus moradores, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.774/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.307/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Moradores e Moradoras do Bairro Sion, com sede no Município de João Monlevade.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a" do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.307/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Moradores e Moradoras do Bairro Sion, com sede no Município de João Monlevade, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo trabalhar em prol da comunidade desse bairro.

Com esse propósito, a instituição visa promover atividades sociais, educacionais, culturais e desportivas; cultivar a cordialidade entre os associados; representar e defender os direitos dos cidadãos; preservar o meio ambiente; e colaborar na realização de pesquisas sobre a situação socioeconômica dos moradores do bairro.

Considerando o trabalho social desenvolvido pela referida associação pela melhoria da qualidade de vida dos moradores do Bairro Sion, no Município de João Monlevade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.307/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.326/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado André Quintão, o projeto de lei em tela declara de utilidade pública a Associação das Mulheres Rurais do Povoado de Graçópolis, com sede no Município de Imbé de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

A proposição em análise visa declarar de utilidade pública a Associação das Mulheres Rurais do Povoado de Graçópolis, com sede no Município de Imbé de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo promover o desenvolvimento da comunidade assistida.

Na consecução de seu propósito, a instituição tem por objetivo promover programas sociais perante seus associados e suas famílias, bem como os cidadãos carentes que os solicitarem ou deles necessitarem, no campo da saúde, do combate à fome e à pobreza, da integração ao mercado de trabalho, da proteção do meio ambiente, da cultura e do esporte, da geração de emprego e renda por meio da agricultura e da pecuária, entre outras áreas sociais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação das Mulheres Rurais do Povoado de Graçópolis em prol da melhoria das condições de vida de seus moradores, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.326/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.375/2013

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o Projeto de Lei nº 4.375/2013 tem por objetivo instituir o Dia do Agente de Segurança Penitenciário no Estado e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.375/2013 pretende instituir o Dia do Agente de Segurança Penitenciário no Estado, a ser comemorado, anualmente, em 30 de julho, data em que foi criada a carreira.

O cargo de agente de segurança penitenciário faz parte da estrutura da Secretaria de Defesa Social e tem como principais atribuições “garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos penais; exercer atividades de escolta e custódia de sentenciados; e desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos penais, inclusive nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações”.

As atividades inerentes ao exercício do cargo são consideradas imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nos termos do art. 3º, IV, da Lei Federal nº 11.473, de 2007. Além disso, se não atendidas, colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população e por isso são consideradas atividades essenciais, nos termos da Lei Federal nº 7.783, de 1989, conhecida como Lei das Greves.

Segundo a justificação do projeto, citando dados da Organização Internacional do Trabalho, é a segunda profissão mais perigosa do mundo. No Brasil, para vigiar aproximadamente 500 mil presos, há cerca de 65 mil agentes de segurança penitenciários, número considerado insuficiente, pois o ideal, para preservar a segurança do profissional, é que haja um agente para cada cinco detentos.

Reputamos justa e oportuna a homenagem que se pretende prestar aos agentes de segurança penitenciários, por meio da instituição de uma data comemorativa dedicada a esses profissionais indispensáveis à segurança da sociedade.

A Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, não identificou óbice à tramitação do projeto. No entanto, com o propósito de adequar a matéria à técnica legislativa, apresentou o Substitutivo nº 1, com o qual concordamos.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.375/2013 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2013.

Leonardo Moreira, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.422/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Leonídio Bouças, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Ambiental e Desportiva Pinheirense – Ascad –, com sede no Município de João Pinheiro.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.422/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural, Ambiental e Desportiva Pinheirense – Ascad –, com sede no Município de João Pinheiro, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a integração dos moradores do Município de João Pinheiro.



Com esse propósito, a instituição fomenta o desenvolvimento de projetos com entidades públicas e privadas para beneficiar a comunidade local, com atenção especial nas áreas da cultura, educação ambiental e desportiva; promove a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável; incentiva o voluntariado e a cultura; e defende a conservação do patrimônio histórico e artístico.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Ascad no Município de João Pinheiro, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.422/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.445/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Carlos Mosconi, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores do Serrote, com sede no Município de Lambari.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a" do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.445/2013 visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores do Serrote, com sede no Município de Lambari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover o desenvolvimento integrado da comunidade em que atua.

Com esse propósito, a instituição busca representar a comunidade no atendimento de suas reivindicações perante órgãos públicos e privados; melhorar as condições de vida dos moradores da região; fomentar a capacitação de seus associados na agricultura; integrar a comunidade no mercado de trabalho; habilitar pessoas com deficiência; divulgar a cultura e o esporte e proteger o meio ambiente.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação dos Moradores e Agricultores do Serrote no Município e Lambari, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.445/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.453/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Fabiano Tolentino, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Abrigo Casa da Restauração, com sede no Município de Santo Antônio do Monte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.453/2013 pretende declarar de utilidade pública a entidade Abrigo Casa da Restauração, com sede no Município de Santo Antônio do Monte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar serviços de acolhimento a crianças e adolescentes privados da convivência familiar.

Com esse propósito, a instituição implementa ações e projetos de assistência social e psicológica com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários de seus assistidos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Abrigo Casa da Restauração pelas crianças e pelos adolescentes em situação de pobreza de Santo Antônio do Monte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.453/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.464/2013****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Batista de Amparo Social e Cultural, com sede no Município de Belo Oriente.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a" do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.464/2013 visa declarar de utilidade pública a Associação Batista de Amparo Social e Cultural, com sede no Município de Belo Oriente, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar serviços de atendimento, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos, especialmente na área social.

Com esse propósito, a entidade representa seus associados perante instituições públicas e privadas; oferece assistência social e jurídica; realiza atividades nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde; desenvolve ações em defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico; promove ações de capacitação profissional e defende os direitos de grupos sociais vulneráveis.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação Batista de Amparo Social e Cultural no Município de Belo Oriente, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.464/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2013.

Bosco, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/10/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Chere

exonerando Felipe de Queiroz Coutinho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Maria Aparecida Gêge da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Romíria de Castro Araújo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Carlos Henrique dos Santos Silveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Felipe de Queiroz Coutinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida Gêge da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Romíria de Castro Araújo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Norah Renault Pinto Rodrigues do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Alexandre Braga para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

**ERRATAS****ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, EM 3/10/2013**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/10/2013, na pág. 2, sob o título "Ofícios", no terceiro ofício, onde se lê:

“Do Sr. Marco Antônio Rebole Romanelli”, leia-se:

“Do Sr. Marco Antônio Rebelo Romanelli”.



MANIFESTAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/10/2013, na pág. 84, após:
"de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 110ª Cia. do 12º Batalhão de Polícia Militar Militar, pela atuação em operação em Piumhi, que resultou na apreensão de 36kg de maconha", acrescente-se:
“(Requerimento nº 5.457/2013, do deputado Cabo Júlio)”.